

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA**

**VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESPÍRITO SANTO:
CONCEITO E MENSURAÇÃO**

DANIELLE SANTOS DO NASCIMENTO SEDDON

VITÓRIA
JUNHO, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA**

**VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESPÍRITO SANTO:
CONCEITO E MENSURAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia

DANIELLE SANTOS DO NASCIMENTO SEDDON

Orientador
Dr. Robson A. Grassi

VITÓRIA
JUNHO, 2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S447v Seddon, Danielle Santos do Nascimento, 1989-
Vulnerabilidade social no Espírito Santo : conceito e
mensuração / Danielle Santos do Nascimento Seddon. – 2014.
104 f. : il.

Orientador: Robson Antonio Grassi.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Espírito Santo (Estado) - Aspectos sociais. 2. Espírito
Santo (Estado) - Censo demográfico. 3. Índice de
Vulnerabilidade Social do Espírito Santo (IVES). I. Grassi,
Robson Antonio. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 330

“Vulnerabilidade Social no Espírito Santo: Conceito e Mensuração”

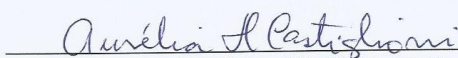
Danielle Santos do Nascimento Seddon

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.


Aprovada em 09 de junho de 2014 por:



Prof. Dr. Robson Antônio Grassi – Orientador -UFES



Profª Drª Aurélia H. Castiglioni - UFES



Profª. Drª Rosane Silva Pinto de Mendonça – UFF

Ao meu pai, Manoel (*in memoriam*), meu exemplo de vida e minha eterna inspiração

“As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”

Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 1990)

RESUMO

O desenvolvimento socioeconômico pode ser mais ou menos desigual de acordo com as características de cada população e governos e pesquisadores do Espírito Santo têm dado atenção especial para estes estudos. Na temática de vulnerabilidade social, a falta de definição de qual grupamento populacional é considerado socialmente vulnerável faz com que as políticas públicas do estado percam focalização. Assim, nesta pesquisa foi elaborado o Índice de Vulnerabilidade Social do Espírito Santo (IVES), um índice sintético composto por quatro dimensões (educação; empregabilidade, alocação do tempo e renda; infraestrutura domiciliar; composição familiar e mortalidade), para cada município do estado. Partindo de um método de *clustering* foram criadas escalas para análise do índice (baixa, média, alta e muito alta) e os resultados apontaram para uma vulnerabilidade social média no estado, sendo a dimensão de empregabilidade, alocação do tempo e renda a que merece mais atenção das políticas, onde mais de 90% dos municípios possuem vulnerabilidade social muito alta.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Espírito Santo, Censo Demográfico 2010, Índice de Vulnerabilidade Social do Espírito Santo, IVES

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SEADE	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IDF	Índice de Desenvolvimento da Família
IVSF	Índice de Vulnerabilidade Social da Família
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
IVFPR	Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - Amazonas
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social do Amazonas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEMAS	Secretaria de Assistência Social do Município de Vitória
IVES	Índice de Vulnerabilidade Social do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: CONCEITUANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL.....	14
SEÇÃO 1.1. ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	14
SEÇÃO 1.2: AS BASES LEGAIS NACIONAIS DAS POLÍTICAS DE COMBATE À VULNERABILIDADE SOCIAL.....	19
SUBSEÇÃO 1.2.1: LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19
SUBSEÇÃO 1.2.2: POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS 2004.....	20
SUBSEÇÃO 1.2.3: OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	23
SEÇÃO 1.3: ESTUDOS NACIONAIS APLICADOS SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL	26
CAPÍTULO 2: A VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESPÍRITO SANTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	43
SEÇÃO 2.1: CONTEXTO ATUAL DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PLANOS E POLÍTICAS DO GOVERNO DO ESTADO EM ANDAMENTO	43
SEÇÃO 2.2: PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	50
SEÇÃO 1.4: MATRIZ PÚBLICO-ALVO <i>VERSUS</i> DIMENSÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	55
CAPÍTULO 3: MENSURANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESPÍRITO SANTO	58
SEÇÃO 3.1 – ANÁLISE DESCRITIVA DOS INDICADORES SELECIONADOS PARA O IVES	67
SEÇÃO 3.2 – RESULTADOS DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO.....	71

CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
ANEXO 1 – INDICADORES SELECIONADOS PARA O IVES POR MUNICÍPIO	85
ANEXO 2: TOTAL DE FAMÍLIAS E DA POPULAÇÃO SEGUNDO ESCALAS DO IVES	101

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico pode ser mais ou menos desigual de acordo com as características de cada população. Seja por consequência das diferentes decisões tomadas pelos agentes, seja pela formação histórica, cultura, crença, seja pela falta de igualdade de oportunidades, o fato é que as pessoas não possuem acesso igualitário a todos os bens e serviços ofertados em uma sociedade.

Em meio às diferenças socioeconômicas, é possível identificar pobres, não pobres analfabetos, alfabetizados, ocupados, desempregados. Grupos populacionais antagônicos que permitem estudos comparativos para a identificação de suas necessidades. Dentre os grupos antagônicos que podem ser formados, um muito comum que se destaca é o de vulneráveis e não vulneráveis.

A temática desta pesquisa parte de uma percepção empírica da autora. Após cinco anos de experiência em estudos e pesquisas socioeconômicas envolvendo pobreza, desigualdade, distribuição de renda, características pessoais da população, aspectos demográficos e avaliações de políticas públicas, parte delas voltadas para o estado do Espírito Santo, um termo amplamente utilizado entre os cientistas sociais - sociólogos, geógrafos, economistas, entre outros – chamou atenção por sua complexidade e multidisciplinaridade: *vulnerabilidade social*.

Apesar de o termo vulnerabilidade ser amplamente utilizado, a definição de um grupo vulnerável e sua distinção do não vulnerável é obscura. A vulnerabilidade não trata exclusivamente de pobreza, extrema pobreza, desemprego, analfabetismo, moradia, território.

O que pode ser considerado vulnerabilidade social? As pessoas são vulneráveis? Quais características definem um grupo em situação de vulnerabilidade? Vulnerabilidade é territorial? Há graus de vulnerabilidade? O que é vulnerabilidade social, afinal?

O que é claro sobre o conceito, no caso do Espírito Santo, é que a vulnerabilidade está presente em desenhos de políticas públicas e sociais. Ora parte da população ora diferentes áreas do território são classificadas como socialmente vulneráveis. Este termo, frequentemente, está associado à pobreza, falta de acessibilidade aos equipamentos básicos,

insegurança alimentar, desemprego, mas a vulnerabilidade social não é equivalente a nenhum desses termos individualmente. O combate da vulnerabilidade social é um novo passo da política pública, que deixa de ser linear e unidimensional e passa a ser multidimensional. Percebeu-se que, além dos problemas individuais que o desemprego, a pobreza ou a insegurança alimentar podem causar há um agravamento quando um indivíduo ou uma família estão expostos a uma combinação de problemas como esses.

A vulnerabilidade do Espírito Santo passou, portanto, a ser caracterizada como um conjunto de elementos que caracterizam um grupo e que merecem atenção do Estado, mas em nenhum momento houve a preocupação em conceituar e quantificar essa vulnerabilidade.

Então, o que temos no Espírito Santo é um volume de recurso e uma política pública voltados para o combate de um problema social, a vulnerabilidade, que não possui um conceito claramente definido. Isso resulta em duas consequências imediatas. A primeira é a falta de focalização da política pública. Uma vez que não se delimita o que é a vulnerabilidade social, inúmeros grupos populacionais tornam-se públicos potenciais. A segunda é a incapacidade da avaliação e do acompanhamento da política pública: sabemos que há uma parcela da população atendida, mas não se sabe sobre a eficiência, efetividade ou eficácia dessa política, uma vez que os parâmetros para determinação da vulnerabilidade social não são conhecidos.

Outros estados brasileiros já enxergaram a necessidade de identificar esses grupos socialmente vulneráveis. Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas são exemplos de estados que desenvolveram metodologias para caracterizar essa população e estabelecer diferentes frentes de combate à vulnerabilidade. No estado de São Paulo os projetos aprovados pelas diferentes esferas governamentais já levam em consideração o Índice de vulnerabilidade desenvolvido e fazem referência aos grupos de média e alta vulnerabilidade social.

O objetivo central desta pesquisa é aprofundar o entendimento da vulnerabilidade social no estado do Espírito Santo, caracterizando conceitualmente e identificando quantitativamente o termo.

Para tanto, o primeiro passo é entender a vulnerabilidade social e como ela é tratada no Espírito Santo, o que será apresentado nos dois primeiros capítulos. O primeiro apresentará insumos teóricos para a compreensão sobre o tema vulnerabilidade social e como essa discussão nos leva a um conceito que pode ser aplicável à realidade capixaba. Com esses

insumos teóricos, o segundo capítulo apresentará como a vulnerabilidade social vem sendo tratada no Espírito Santo, ressaltando as bases legais que sustentam a política pública. O objetivo é colocar o leitor no mesmo ponto de vista do pesquisador, de forma que ele possa conhecer melhor a problemática e entender em qual contexto essa pesquisa foi desenhada. O exercício dos dois primeiros capítulos será importante para traçarmos um eixo entre o que existe sobre o tema e as políticas desenvolvidas no Espírito Santo.

O capítulo 3 será a mensuração da vulnerabilidade social no Espírito Santo. Conhecendo a forma que os gestores tratam o tema e com o conceito teórico definido teremos insumos suficientes para mensurar a vulnerabilidade social.

Partiremos da análise teórica do tema e nos aproximaremos gradativamente do estudo empírico, associando a forma de tratar a vulnerabilidade social no Espírito Santo às contribuições teóricas sobre o tema, procurando extrair um eixo central de análise. Com esse eixo a análise quantitativa trará uma proposta para identificação e mensuração da vulnerabilidade social. Encerrando a pesquisa, apresentaremos ao leitor as principais conclusões e apontamentos sobre o tema, atualização de indicadores e bases de dados utilizadas para continuidade dos estudos e a magnitude da vulnerabilidade social no Espírito Santo.

CAPÍTULO 1: CONCEITUANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL

Estudar aspectos socioeconômicos de uma população, identificar e separar grupamentos populacionais antagônicos são ações usuais e amplamente utilizadas principalmente para gerar informações que servirão de base para focalização de uma política pública. Há pobres, não pobres, empregados, desempregados, inativos, crianças que frequentam escolas, crianças fora da escola, entre outros. A vulnerabilidade, a princípio, não se resume a um desses grupamentos, mas pode incorporar diferentes combinações de características e, ainda, estar associada de alguma forma a um território.

O objetivo desse capítulo é criar uma base teórica e um conceito para a discussão da vulnerabilidade social no Espírito Santo, de forma que o leitor possa compreender em que momento o tema ganhou importância para a pesquisa socioeconômica e como ele é tratado. Com insumos sobre a teoria que existe por trás dos estudos de vulnerabilidade social poderemos olhar para o Espírito Santo e entender como essa problemática é tratada no estado.

Não se trata de um resgate histórico da vulnerabilidade social, mas de uma apresentação de pesquisas, estudos e conceitos relevantes e selecionados sobre o tema que auxiliem na construção do conceito e na quantificação da vulnerabilidade social. Partiremos de uma visão macro e nos aproximaremos gradativamente da visão micro do problema de forma que o levantamento teórico possa convergir com as constatações empíricas do capítulo seguinte.

SEÇÃO 1.1. ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL

Estudos e pesquisas sobre vulnerabilidade social ganharam destaque no cenário acadêmico recentemente. Focalizando a análise nas organizações internacionais – como Banco Mundial e Comissão Econômica para América Latina e Caribe – o tema começou a ganhar destaque na década de 1990, com foco nos países latinoamericanos.

O interesse dessas instituições estava voltado para entender aspectos do desenvolvimento populacional desses países e o papel do Estado: a situação econômica era de inserção dos países latinoamericanos na economia internacional, com abertura de mercados e ajustes financeiros; a situação social, por outro lado, era de uma população mais empobrecida com

sinais de dependência econômica do Estado para provisão de serviços básicos e assistência, características que iam de encontro às proposições de ajustes fiscais.

MOSER (1998), antropóloga do Banco Mundial, destacou que os anos 1990 foram marcados por uma nova agenda de combate à pobreza nos organismos internacionais, não mais relacionada apenas à insuficiência de renda. A autora destacou que, além da insuficiência de renda, era necessário dar atenção aos outros fatores que interferiam na qualidade de vida das famílias, como formação do capital humano (educação e saúde), acessibilidade a bens básicos e ao trabalho e estrutura familiar.

O Banco Mundial passou a basear sua estratégia de redução da pobreza em um tripé: crescimento econômico, capital humano e proteção social para os mais vulneráveis. E tratar os mais vulneráveis era diferente de tratar a pobreza. Enquanto a pobreza, como insuficiência de renda, era vista como algo estático, a vulnerabilidade social carregava em si um elemento dinâmico, formado por uma combinação de elementos da vida dos indivíduos.

KATZMAN (1999), em um estudo para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconheceu as contribuições de MOSER e do Banco Mundial sobre a vulnerabilidade, ressaltando que os estudos caminharam na direção correta, mas que já era necessário aprofundar mais o assunto, em busca dos mecanismos determinantes da distribuição dos ativos. KATZMAN (1999) considerou que uma pessoa, um domicílio ou um determinado grupo era considerado vulnerável quando:

“Se encuentra entre los grupos más amenazados por una exclusión de los puestos de calidad en el mercado de trabajo, y de una estabilidad laboral.

Su inserción en redes sociales de tipo familiar y comunitario son débiles.

El acceso a los distintos servicios públicos es de carácter irregular.

Tal debilidad tiene dos tipos de efectos: por un lado, ante una eventual degradación de la condición laboral, la integración a tales esferas de bienestar se vería amenazada. En otro sentido, la débil integración implica que ésta no es capaz de soportar demandas de cierta intensidad.” (KATZMAN, 1999)

Para o autor, havia diferentes tipos de vulnerabilidade que deveriam ser diferenciadas e, em seu trabalho, ressaltou duas: a vulnerabilidade estável e a vulnerabilidade recente. A primeira considerava que os indivíduos possuíam atributos vulneráveis estáveis, como baixa

escolaridade e demandas de saúde escassamente atendidas. A segunda considerava indivíduos em situação de vulnerabilidade social devido a uma crise recente do mercado de trabalho, tendo como consequência a precarização do trabalho, degradação das condições de vida e endividamento. As classificações eram importantes, segundo o autor, para uma análise de portfólio dos recursos dos domicílios, de forma que os programas sociais pudessem não só retirar as famílias de uma situação de pobreza, mas também lutar contra a exclusão em uma perspectiva temporal.

KATZMAN, apesar de ter apresentado uma perspectiva com mais peso para as vulnerabilidades associadas ao mercado de trabalho, deu um passo adiante no estudo da vulnerabilidade social em relação à MOSER, na medida em que propôs uma categorização do tema, para melhor focalização das políticas e uma possível quantificação da vulnerabilidade social. VIGNOLI (2000) apontou essa importância da quantificação da vulnerabilidade em um estudo da CEPAL, com base em análises empíricas da questão social e demográfica na Bolívia, Equador, Nicarágua e Uruguai, já apontando indicadores que poderiam fazer parte de uma investigação sobre a vulnerabilidade social, como tamanho do domicílio, escolaridade e idade do chefe do domicílio, dependência demográfica (crianças e idosos), índices de juventude e velhice, presença de menores de 15 anos.

PIZARRO (2001), em estudo para CEPAL, ressaltou que os termos *vulnerabilidade* e *grupos vulneráveis*, eram usados com frequência por intelectuais e governantes na América Latina, mas sem grande precisão conceitual, muitas vezes sendo confundida com pobreza:

“(...) el enfoque de pobreza califica de forma descriptiva determinados atributos de personas y familias, sin dar mayor cuenta de los procesos causales que le dan origen. La vulnerabilidad, en cambio, hace referencia al carácter de las estructuras e instituciones económico-sociales y al impacto que éstas provocan en comunidades, familias y personas en distintas dimensiones de la vida social.” (PIZARRO, 2001)

Em suma:

“Mientras la primera [pobreza] se refiere a la escasez de ingresos monetarios para cubrir las necesidades básicas alimentarias y no alimentarias de los hogares, la vulnerabilidad hace énfasis en el impacto que provocan eventos económico-sociales extremos sobre las capacidades de las personas. (...) mientras la pobreza es una medición estadística de los recursos monetarios con que cuentan los hogares, la vulnerabilidad da cuenta del impacto del sistema económico y sus instituciones

sobre los recursos con que cuentan las personas.” (PIZZARRO, 2001)

PIZZARRO fez uma separação causal para diferenciar a pobreza da vulnerabilidade social. Para ele, a pobreza era consequência da insuficiência de renda enquanto a vulnerabilidade social era consequência da estrutura do sistema econômico e suas instituições sobre os recursos disponíveis para as pessoas.

Para o autor, a vulnerabilidade social presente atualmente na América Latina foi intensificada pela abertura comercial vivida pelos países, atingindo a população via setores produtivos cada vez mais privatizados, sob um regime de busca intensiva de melhorias de produtividade em contraposição ao ambiente social com capital humano limitado, o que gerou uma heterogeneidade produtiva, com consequente precariedade do trabalho e redução da capacidade de negociação dos sindicatos. As economias estavam por um lado ligadas ao contexto globalizado e por outro precisando lidar com uma parcela da população que não seria inserida nesta nova dinâmica.

“Ésta [la vulnerabilidad] existía en el pasado pero se ha acentuado dramáticamente en la década del noventa, como resultado de la ampliación de las brechas de productividad tanto entre ramas de actividad económica como entre empresas grandes, altamente modernizadas, y empresas pequeñas, con escaso progreso técnico. La inversión y el crecimiento se han concentrado sólo en algunas ramas dinámicas, ligadas a las exportaciones, y en ciertas actividades de infraestructura que sirven de apoyo al mejoramiento de la competencia internacional.” (PIZZARRO, 2001)

O efeito dinâmico da abertura comercial foi a intensificação da desigualdade, incapacidade de geração de renda de parte da população não inserida ou até mesmo excluída do processo produtivo por deficiência de seu capital humano, intensificação da informalidade e de trabalho precários.

Essa discussão também teve seu espaço no cenário nacional. KOWARICK (2003) se afastou do problema conceitual e levantou um debate sobre a responsabilidade do combate à vulnerabilidade social: poderia ela ser atribuída ao indivíduo, e sua ação para sair de uma situação problemática; ou ao Estado, que deveria oferecer bases mínimas para que os cidadãos possam viver. Apesar de não se posicionar em relação à responsabilidade, o autor apresenta características da vulnerabilidade social que se encaixam nessa transição dos estudos em considerar além da pobreza, a vulnerabilidade:

“(...) os diagnósticos e as proposições se calibram em torno do que se convencionou chamar de *nova pobreza*. Nova pobreza, porque a vulnerabilidade deixa de afetar só os grupos periféricos para se tornar um problema que desaba sobre as camadas que ocupam os estratos inferiores da pirâmide social. Não é mais a fímbria da sociedade, mas se trata agora também de suas bases.” (KOWARICK, 2003)

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou em 2007 um estudo denominado Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social. No estudo, o MTE ressalta os pontos de consenso no debate da vulnerabilidade social:

“Dentre os vários enfoques dados ao termo *vulnerabilidade social*, observa-se um razoável consenso em torno a uma questão fundamental: a qualidade do termo deve-se a sua capacidade de captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades, a partir da identificação de zonas de vulnerabilidades que envolvem desde os setores que buscam uma melhor posição social, até os setores médios que lutam para manter seu padrão de inserção e bem estar, ameaçados pela tendência a precarização do mercado de trabalho. Tudo isso em confronto com a estrutura de oportunidades existentes em cada país em um dado momento histórico.” (MTE, 2007)

Fica claro que há um eixo central que pode ser traçado pelas contribuições dos autores do Banco Mundial, CEPAL, OIT e MTE: a atual discussão sobre a vulnerabilidade social se intensificou com a abertura econômica dos países e começou a ser aprofundada a partir dos estudos da pobreza. Constatou-se que a atenção das políticas públicas não deveria estar apenas voltada para o combate da pobreza, embora a insuficiência de renda e a precariedade do trabalho tenham se apresentado como fatores relevantes: parte da população latina tinha um conjunto de características que a colocava, não em uma situação de pobreza, mas de forte iminência de pobreza e de necessidades assistenciais do Estado. O Estado, por sua vez, em um contexto de controle fiscal deveria buscar, cada vez mais, conhecer esse grupo.

Nessa perspectiva, as políticas públicas atuariam de forma preventiva em relação aos problemas sociais futuro ou em relação à proliferação desses problemas. Com recursos limitados, não se tratava mais de combater apenas a pobreza, mas sim, de prevenir que os indivíduos e suas famílias atingissem uma situação social na qual seria necessária a intervenção direta do Estado. O Estado atuaria na provisão mínima de bens e serviços, acompanhando a formação de capital humano, na inserção no mercado de trabalho e, em contrapartida, teria indivíduos com condições de serem produtivos e autônomos em relação à

provisão individual de bens. Olhar para esse grupo como uma ação preventiva, antes que um problema social mais amplo viesse à tona, era atuar sobre um grupo dinâmico, vulnerável.

Por um lado, os países se inseriam em uma dinâmica produtiva internacional nova, com abertura de mercados e novas formas de produção. Por outro, tinham que conviver com o fato de que parte de sua população não estava – e nem seria – inserida nessa nova dinâmica.

Entretanto, reconhecimento da vulnerabilidade social como um problema a ser tratado pela política pública brasileira não ficou apenas no âmbito da caracterização teórica do tema. A legislação passou a fundamentar legalmente o combate à vulnerabilidade social no país e diferentes autores em diferentes estados passaram a se preocupar com a identificação e mensuração da vulnerabilidade social, como veremos nas seções seguintes.

SEÇÃO 1.2: AS BASES LEGAIS NACIONAIS DAS POLÍTICAS DE COMBATE À VULNERABILIDADE SOCIAL

Subseção 1.2.1: Lei Orgânica de Assistência Social

A discussão sobre a vulnerabilidade social faz parte de um contexto mais amplo de problemas sociais e está intimamente relacionada às ações e políticas de assistência social no país.

O papel da assistência social como política pública é recente: somente a partir da Constituição de 1988 ela passou a ser tratada como uma política pública no mesmo nível da saúde e da previdência social. Em 1993, foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742 -, classificando a assistência social como uma política de seguridade social não contributiva e um dever do Estado. Inicialmente responsabilidade do Ministério do Bem-Estar Social, desde 2003 a Política Nacional de Assistência Social é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

Ao longo do texto da Lei, destacam-se alguns pontos em relação ao atendimento e responsabilidade dos governos com a população. A Lei garante benefício de prestação continuada de um salário mínimo mensal aos deficientes e idosos de 70 anos ou mais (passando a 65 anos ou mais para homens e 60 anos ou mais para mulheres a partir do Estatuto do Idoso) que não possuem meios de prover a própria vida ou de sua família. Além disso, consideram como incapazes de prover a manutenção de uma pessoa deficiente ou idosa

à família que possui renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo. Além do benefício de prestação continuada, a lei prevê benefícios eventuais para famílias com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo para auxílios natalidade e funeral. No artigo 32, 2º parágrafo, a vulnerabilidade é tratada pela primeira vez no texto da Lei, ressaltando que:

“Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade” (BRASIL, 1993)

A LOAS criou bases para relevância do tema assistência social em âmbito nacional e deu caminhos a serem seguidos por estados e municípios, ressaltando as populações prioritárias na política social. A partir dela, foram elaboradas as políticas nacionais e planos municipais de assistência social.

Subseção 1.2.2: Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004

A atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS) destaca que é preciso ter uma visão social de proteção, o que envolve conhecer vulnerabilidades sociais às quais os indivíduos estão sujeitos, levando em conta três vertentes de proteção social:

“(…) **as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família**¹. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. O conhecimento existente sobre as demandas por proteção social é genérico, pode medir e classificar as situações do ponto de vista nacional, mas não explicá-las. Este objetivo deverá ser parte do alcance da política nacional em articulação com estudos e pesquisas.” (MDS, 2004)

Ao ressaltar as três vertentes da proteção social, a PNAS começa a revelar, sob o ponto de vista da política nacional. O aspecto *circunstância* merece atenção especial: não só características do indivíduo e sua família são elementos que interferem nas vulnerabilidades. O ambiente no qual o indivíduo vive com sua família é igualmente importante.

¹ Grifo nosso.

Partindo da visão *sociofamiliar*, o texto da PNAS foi elaborado considerando a necessidade de descentralização da assistência social, dividindo e coordenando ações com estados e municípios de modo a garantir que as particularidades de cada território sejam levadas em consideração nas ações assistenciais:

“Nesta direção, tendo como base informações do Censo Demográfico de 2000 e da Síntese de Indicadores Sociais – 2003, elaborado a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD de 2002, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como o Atlas de Desenvolvimento Humano 2002, e tendo a Política de Assistência Social assumido a centralidade sociofamiliar no âmbito de suas ações, cabe reconhecer a dinâmica demográfica e socioeconômica associadas aos processos de exclusão/inclusão social, vulnerabilidade aos riscos pessoais e sociais em curso no Brasil, em seus diferentes territórios.” (MDS, 2004)

E completa:

“Tendo em vista que normalmente essas informações permitem no máximo o reconhecimento por Estado brasileiro, e considerando o fato de que o modelo de desigualdade socioterritorial do País se reproduz na dinâmica das cidades, também se faz necessário um panorama desses territórios, espaços privilegiados de intervenção da política de assistência social.” (MDS, 2004)

Para respeitar as particularidades socioterritoriais, a PNAS criou uma tipologia de municípios para dar suporte às políticas nacionais: *municípios pequenos 1*, com população até 20 mil habitantes; *municípios pequenos 2*, com população de mais de 20 mil até 50 mil habitantes; *municípios médios*, com população de mais de 50 mil até 100 mil habitantes; *municípios grandes*, com população de mais de 100 mil até 900 mil habitantes; e *metrópoles*, com população maior que 900 mil habitantes.

Assim, a Política Nacional de Assistência Social foi desenhada partindo de uma análise situacional da demanda, baseada em cinco temas considerados importantes: aspectos demográficos; a família e indivíduos; proteção integral; equidade; e pessoas com deficiência.

Os Aspectos Demográficos ressaltaram que a forma de distribuição da população no território nacional deve ser levada em consideração na PNAS. Em municípios muito populosos (médio e grande porte e metrópoles) a alta taxa de urbanização trouxe consigo precarização dos modos de vida devido ao desemprego, informalidade, violência. Destacou-se, ainda, que 20%

da população brasileira concentravam-se nas metrópoles, sendo 97% desta população residente em área urbana. Por outro lado, 73% dos municípios eram de porte pequeno (até 20 mil habitantes), nos quais 45% da população viviam em área rural, o que ressaltou a importância da análise territorial diferenciada. Em relação à estrutura etária da população, os indicadores do tema mostraram a necessidade da atenção ao idoso, devido à redução da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida observada no período.

O tema Família e Indivíduos apontou como destaque o aumento da posição da mulher como pessoa de referência da família, 29% em média.

A Proteção Integral dividiu-se em crianças, adolescentes e jovens; trabalho de crianças e adolescentes; e gravidez na adolescência. Em famílias com crianças, 36,3% tinham rendimento per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e 62,6% tinham rendimento per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Em relação à frequência à escola, a concentração de crianças fora da escola era maior em municípios pequenos e médios (até 100 mil habitantes). A mesma tendência foi observada para defasagem escolar e baixa escolaridade média da população. Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes trabalhavam em 2002 e suas principais atividades estavam relacionadas ao trabalho doméstico e trabalhos não remunerados. A gravidez de meninas de 15 a 17 anos não demonstrava grandes concentrações em municípios de pequeno porte, em geral, atingia 8,45% das meninas nesta faixa etária.

A Equidade foi focalizada entre idosos que representavam 5,85% da população. Mais de 70% dos idosos eram aposentados ou pensionistas em 2002 e, considerando a faixa etária de 60 anos ou mais, 64,6% dos idosos eram a pessoa de referência da família.

O tema Pessoas com Deficiência apontou a necessidade de atenção para este grupo populacional: 14,48% da população brasileira tinha algum tipo de deficiência.

Com base nos temas levantados e respeitando as características socioterritoriais do país, a PNAS define o público usuário da Política:

“(…) cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e socialidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção

no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem afetar o risco pessoal e social.” (MDS, 2004)

A descentralização político-administrativa da assistência é um ponto de destaque na PNAS. A esfera federal é a responsável por coordenar e estabelecer normas gerais da assistência, enquanto as demais esferas são responsáveis pela coordenação e execução de programas. Partindo dos princípios e diretrizes da PNAS, cada estado, município e o Distrito Federal deve “coordenar, formular e co-financiar, além de monitorar, avaliar, capacitar e sistematizar as informações” (MDS, 2004)

Em outro trecho, a PNAS ressalta novamente a necessidade de acompanhamento e monitoramento das ações por meio da:

“(…) utilização de indicadores para construção do Sistema de Avaliação de Impacto e Resultados da Política Nacional de Assistência Social; e implementação do sistema de acompanhamento da rede socioassistencial. Assim, na agenda básica da Política Nacional de Assistência Social, estas questões encontram-se vinculadas ao nível estratégico, definidas pelo escopo de construir um sistema de informação que permita o monitoramento e avaliação de impacto dos benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza.” (MDS, 2004)

Subseção 1.2.3: Operacionalização da Política Nacional de Assistência Social

Para regulamentar a PNAS, foi instituída em 2005 a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que definiu a divisão de responsabilidades entre as três esferas governamentais e critérios de divisão de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) entre estados, municípios e Distrito Federal, ressaltando a importância de um critério claro e metodologicamente fundamentado para a partilha:

“A operacionalização do art. 18, inciso IX, da LOAS, que prevê a utilização de indicadores para a partilha mais equitativa de recursos no âmbito da política de Assistência Social, traz o desafio de relacionar informações sociais, econômicas, demográficas e cadastrais com as escalas territoriais e as diversidades regionais presentes no desenho federativo do país. Traz, ainda, o desafio de estabelecer, com base nesses indicadores, partilha e distribuição de recursos fundamentada em metodologia objetiva e critérios públicos e universais que sejam, ao mesmo tempo, transparentes e compreensíveis por todas as instâncias que operam a política de Assistência Social,

em especial, aquelas incumbidas do controle social.” (MDS, 2005)

Assim, com base no público-alvo da PNAS considerou-se na Norma população vulnerável a pessoa residente com ao menos uma das características seguintes:

- (a) Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados:** segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se infraestrutura inadequada domicílios particulares permanentes com abastecimento de água não realizado pela rede geral, sem banheiro e sanitário ou escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar, lixo não coletado e mais de 2 moradores por dormitório;
- (b) Família com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo;**
- (c) Família com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo;**
- (d) Família na qual há uma chefe mulher sem cônjuge, analfabeta e com filhos menores de 15 anos;**
- (e) Família na qual há ao menos uma pessoa com 16 anos ou mais desocupada (procurando emprego) com menos de 4 anos de estudo;**
- (f) Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe;**
- (g) Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude;**
- (h) Família com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo com pessoas de 60 anos ou mais;**
- (i) Família com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo com pessoas com deficiência.** (MDS, 2005)

A combinação dessas características compõe, segundo a NOB/SUAS, a *taxa de vulnerabilidade social* em cada território.

A partilha de recursos foi desenhada em etapas. Sob o montante de recursos disponível divide-se o valor segundo porte populacional de municípios proporcionalmente à população residente, chegando a 5 grupos de recursos. Cada um deles é dividido proporcionalmente entre os estados de acordo com a taxa de vulnerabilidade estadual. Internamente a cada estado, o volume final é dividido entre os municípios de acordo com os indicadores selecionados por porte de município.

Os indicadores selecionados são 4: três básicos e 1 complementar de acordo com o porte do município escolhido pela gestão.

- **Indicadores básicos:** taxa de vulnerabilidade municipal, receita corrente líquida municipal per capita, recursos transferidos pelo FNAS para o fundo municipal per capita;
- **Indicadores complementares (municípios pequenos 1 e 2):** taxa de urbanização (porcentagem de população residente em área urbana), especificidade regional (porcentagem da população residente em região especificada: fronteira, portuária, calhas de rios, povos da floresta, quilombola, indígena, assentamentos rurais, metropolitanas e semiárido), taxa de intensidade da pobreza (distância da renda per capita dos pobres em relação à linha de pobreza – ½ salário mínimo), taxa de crescimento da população residente, taxa de evasão escolar (relação entre o número de alunos afastados por abandono das escolas e o número total de matriculados);
- **Indicadores complementares (municípios médios e grandes):** qualificação da mão de obra (porcentagem da população em idade ativa – 15 a 64 anos – com até 8 anos de estudo), taxa de intensidade da pobreza, taxa de crescimento da população residente, taxa de evasão escolar;
- **Indicadores complementares (metrópoles):** taxa de homicídios (relação entre o número de óbitos por homicídio e a população total), taxa de homicídios de jovens (relação entre o número de óbitos por homicídio de pessoas de 15 a 29 anos em relação à população total de 15 a 29 anos), taxa de mortalidade infantil (relação entre o número de óbitos de menores de 1 ano e o número de nascidos vivos no ano), taxa de intensidade da pobreza, taxa de crescimento da população residente. (MDS, 2005)

Todos os indicadores são padronizados entre 0 e 1, onde 0 representa a melhor situação do indicador analisado e 1 a pior situação. O indicador final se dá pelo somatório dos indicadores básicos padronizados e o indicador complementar, sendo que a taxa de vulnerabilidade municipal recebe peso 2. Assim, o indicador final varia entre 0 e 5.

SEÇÃO 1.3: ESTUDOS NACIONAIS APLICADOS SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL

No âmbito nacional, a vulnerabilidade social e, principalmente, a sua mensuração faz parte da discussão recente dos institutos de pesquisa e secretarias e está relacionada menos à questão conceitual e mais à questão quantitativa com o objetivo de medir a magnitude da vulnerabilidade.

Entender como a vulnerabilidade social é mensurada nos estudos nacionais nos dará insumos para conceituar e quantificar de acordo com a realidade do Espírito Santo. Para cada estudo a seguir será apresentada uma tabela consolidando os indicadores utilizados por cada autor com o objetivo de mapear as dimensões que vêm sendo associadas à vulnerabilidade social.

O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) desenvolvido por BARROS, CARVALHO e FRANCO (2003) foi uma das mais bem sucedidas metodologias mensuração de desenvolvimento familiar e hoje faz parte de um dos indicadores acompanhados pelo governo federal no Cadastro Único. Apesar de o IDF não estar diretamente relacionado à vulnerabilidade social, ele parte do princípio de que a pobreza não é determinada apenas pela insuficiência de renda, ou seja, a pobreza é multidimensional e o Índice explora ao máximo, a base de dados em que a metodologia é aplicada.

Dada essa multidimensionalidade, os autores procuraram desenvolver uma metodologia para mensurar essas características, incorporando diferentes indicadores. O desafio foi a composição e combinação de indicadores, como destacaram:

“(...) considere o seguinte exemplo. A cidade A apresenta resultados para algumas das dimensões da pobreza melhores do que os respectivos resultados na cidade B, ao passo que a cidade B apresenta melhores resultados em dimensões em que a cidade A é mais fraca. O que afirmar a respeito de qual dessas cidades está em piores condições de pobreza? (...) Tudo o que se poderia afirmar é que a cidade A é melhor que a B em certas dimensões e que a cidade B é melhor que a A nas demais dimensões. [Mas], (...) na prática, as pessoas fazem suas ordenações. Escolhem um bairro para viver em detrimento de outro, e para isso, precisam levar em consideração que um bairro apresenta algumas dimensões melhores e outras piores. Votam em programas políticos que privilegiam a melhora de determinadas dimensões em detrimento de outras e por aí vai. Exatamente por isso, afirmar que duas coisas são incomparáveis quando a sociedade as está comparando,

significa uma enorme perda em termos de capacidade de análise. Dessa forma, uma importante missão para os cientistas sociais é decifrar como as pessoas estão fazendo, na prática, suas ordenações. De posse desse conhecimento, pode-se gerar indicadores que facilitem a realização dessas ordenações. De fato, a principal contribuição dos cientistas sociais para tais ordenações está na construção de um indicador sintético que revele como as pessoas efetivamente escolhem. Mais do que isso, a principal contribuição dos cientistas sociais para esse tema é descobrir que espécie de indicador sintético as pessoas têm em mente ao realizar suas opções.” (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003)

A mensuração da pobreza passaria, portanto, pela consideração de diferentes indicadores e deveria ser ordenável, tendo em vista que os indicadores são sempre analisados de forma ordenada ou comparada a algum ponto de referência. Nos exemplos citados, as cidades A e B podem ter melhorado ou piorado em diferentes elementos não comparáveis diretamente entre si - como saúde e educação – mas seria impossível dizer pela simples análise dos indicadores de saúde e educação qual das duas cidades melhorou mais. É nesse tipo de análise que o indicador sintético se encaixa.

Dessa forma, os autores chegaram ao elo entre um problema social que é multidimensional e a forma de mensurar esse problema, criando um indicador sintético que pudesse não só agregar as diferentes dimensões do problema como também pudesse permitir uma comparação entre diferentes grupos de forma a determinar aqueles em melhor ou pior situação, dentro dos temas considerados importantes para a análise.

A multidimensionalidade da pobreza foi organizada em seis dimensões que, agregadas, compuseram o IDF: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais.

Focalizando nossa análise na dimensão de ausência de vulnerabilidade, os autores consideram 10 indicadores organizados em 5 componentes (desenvolvidos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD):

Tabela 1.1 - Componente de ausência de vulnerabilidade do Índice de Desenvolvimento da Família: BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003

Subcomponentes/ indicadores
Atenção e cuidado com crianças, adolescentes e jovens
Ausência de menores de um ano
Ausência de criança
Ausência de criança ou adolescente
Ausência de criança ou adolescente ou jovem
Presença do cônjuge
Responsável pela família é do sexo masculino
Responsável pela família é do sexo masculino e vive em presença do cônjuge
Ausência de desvantagem física
Ausência de pessoa com incapacidade visual na família
Ausência de pessoa com incapacidade auditiva na família
Ausência de pessoa com incapacidade para deambular na família
Ausência de pessoa com deficiências físicas na família
Ausência de desvantagem social
Ausência de pessoa com problemas mentais permanentes na família
Ausência de não-brancos na família
Família não mora em setor classificado como aglomerado subnormal
Responsável pela família reside na mesma cidade desde 1995
Ausência de adulto com idade igual ou maior do que 75 anos

Fonte: Elaboração própria com base em BARROS, CARVALHO e FRANCO (2003)

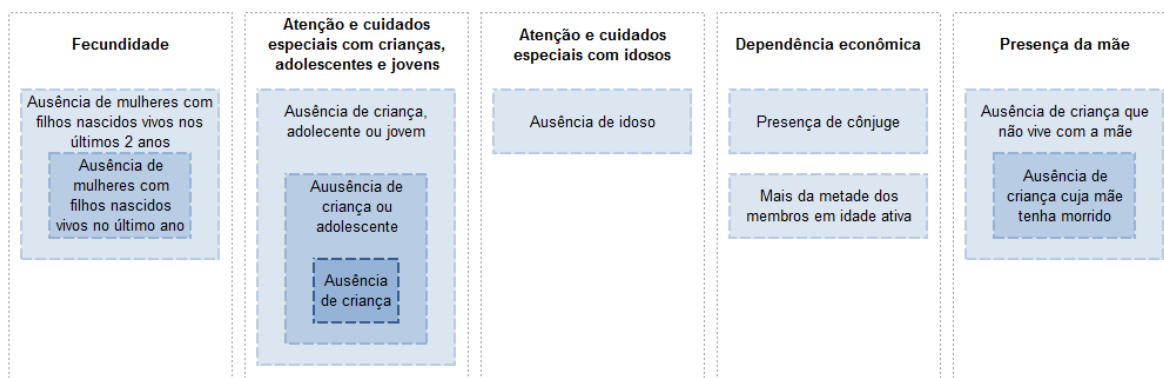
Para chegar ao valor sintético da dimensão de ausência de vulnerabilidade, BARROS, CARVALHO e FRANCO optaram por uma construção de indicadores em cascata para ponderar, dentro da dimensão, os grupos considerados mais vulneráveis. Assim:

“(…) o indicador sintético de cada componente, S_{jk} , é a média aritmética dos indicadores utilizados para representar esse componente. Da mesma forma, o indicador sintético de cada dimensão, S_k , é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus componentes. Por fim, o indicador sintético global, S , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.” (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003)

A agregabilidade é feita em etapas: a média dos indicadores nos dá o valor de cada componente e a média dos 5 componentes, o valor a dimensão de ausência de vulnerabilidade. A média das 6 dimensões nos dá, portanto, o valor do IDF. As informações são agregadas a partir do nível familiar, o que permite que o indicador seja calculado para diferentes grupos populacionais (brancos, negros, ocupados, desempregados, etc.). Atualmente, essa

metodologia é aplicada à PNAD e ao Cadastro Único e está em desenvolvimento para ser aplicada ao Censo Demográfico.

Diagrama 1.1 - Indicadores em cascata: Dimensão de Ausência de Vulnerabilidade do Índice de Desenvolvimento da Família



Fonte: Elaboração própria. BARROS, CARVALHO e FRANCO (2003).

Para FURTADO (2013), o conceito de vulnerabilidade está relacionado à incapacidade de resposta de uma família há um evento inesperado. Com base nisso, o autor calculou o índice de vulnerabilidade das famílias para o Brasil com base nos resultados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 adaptando a metodologia do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) desenvolvido 10 anos antes por BARROS, CARVALHO e FRANCO (2003).

Essa adaptação feita pelo autor é uma transformação do índice sintético de desenvolvimento em um índice sintético de vulnerabilidade. Tratou-se de um exercício importante, porque ampliou a aplicabilidade do indicador sintético a outra base de dados, entretanto, a tentativa de adaptação feita pelo autor apresentou questões problemáticas.

O autor assume que a vulnerabilidade é o inverso do desenvolvimento e apenas inverte a lógica dos indicadores para estimação de seu índice. Isso resulta em um índice de vulnerabilidade possui a própria vulnerabilidade social como um de seus componentes (vulnerabilidade social, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infantojuvenil, condições habitacionais), justificado pelo autor como uma dimensão global da vulnerabilidade.

Tabela 1.2 - Indicador de vulnerabilidade: FURTADO, 2013

Indicadores
Alguma mulher teve filho nascido vivo no último ano
Alguma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
Presença de criança. Considera criança com 12 anos ou menos idade
Presença de criança ou adolescente. Considera adolescente com 17 anos ou menos
Presença de criança, adolescente ou jovem
Presença de idoso
Ausência de cônjuge
Menos da metade dos membros encontram-se em idade ativa
Presença de pessoas com dificuldade grande ou impossibilidade de caminhar, enxergar, ouvir ou com deficiência mental permanente
Presença criança no domicílio que não viva com a mãe

Fonte: Elaboração própria com base em FURTADO (2013).

Em relação à construção original dos indicadores do IDF, BARROS, CARVALHO e FRANCO destacaram que faz parte da metodologia explorar um banco de dados específico, ou seja, o IDF foi construído com base na PNAD, o IDF do Cadastro Único foi feito respeitando a estrutura desta base administrativa. FURTADO, por sua vez, apenas replicou os indicadores para os Censos Demográficos de 2000 e 2010, implicando em dois problemas estruturais de seu índice de vulnerabilidade.

O analfabetismo funcional foi considerado por FURTADO como menos de 8 anos de estudo (fundamental incompleto), quando no Brasil e nos países latinoamericanos o parâmetro usado é menos de 4 anos de estudo. A renda de transferências com base no Censo Demográfico 2010 é estimada erroneamente como a renda total menos a renda do trabalho, tendo em vista que essa diferença nos dá, além das transferências de renda, os rendimentos advindos de aluguéis, aplicações financeiras, juros recebidos, etc, rendimentos não associados à vulnerabilidade social. Ambos os indicadores superestimam as estimativas de suas dimensões e, por conseguinte, as estimativas do índice de vulnerabilidade. Esses elementos apontam que deve haver um estudo intensivo da metodologia de construção de indicadores sintéticos antes de analisar os resultados.

Os estudos regionalizados também são aplicados e estão concentrados na mensuração da vulnerabilidade. Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Ceará são exemplos de estados que desenvolveram seus próprios índices de vulnerabilidade.

No estado de São Paulo, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (SEADE) desenvolveu o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), partindo de dois pressupostos: o primeiro ressalta que a multidimensionalidade da pobreza deve ser levada em consideração no estudo da vulnerabilidade social, assim, indicadores de renda e de condições familiares devem fazer parte do índice; e segundo ressalta que a vulnerabilidade está fortemente associada – como causa e consequência – à questão territorial devido à segregação espacial e, por esse motivo, cria padrões de desigualdade que são importantes para o direcionamento de políticas públicas para as áreas prioritárias. (SEADE, 2000)

Sobre a multidimensionalidade da pobreza, a SEADE destaca que:

“(…) a simples condição de família monoparental, com crianças pequenas e chefiada por uma mulher, não a torna necessariamente vulnerável, mas a combinação dessa situação com a baixa escolaridade da chefe configura uma situação de vulnerabilidade social, uma vez que os recursos cognitivos possuídos por essa família podem ser insuficientes para lhe garantir níveis adequados de bem estar, expondo-a, assim, à riscos variados, como agravos à saúde, violência e pobreza. Por conseguinte, as famílias com tais características concentram-se em determinadas áreas urbanas, essas localidades podem ser definidas como prioritárias para intervenções específicas com vistas à redução desses riscos e/ ou superação dessa situação.” (SEADE, 2000)

Os indicadores do Índice foram organizados em dois fatores após a aplicação de um modelo de análise fatorial:

“Por meio da análise de agrupamentos, buscou-se identificar setores censitários com perfis semelhantes em termos de condições socioeconômicas (Fator 1) e ciclo familiar (Fator 2), gerando uma tipologia com seis grupos distintos de setores censitários, denominada de Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Essa escala composta de seis tipos de setores censitários, identifica setores que agregam populações com diferentes níveis de carências socioeconômicas e estrutura etária. Para fins operacionais, os dois fatores foram categorizados: o fator socioeconômico é expresso em quatro classes – baixo, médio, alto e muito alto, e o fator relacionado ao ciclo de vida em três categorias – famílias jovens, famílias adultas e famílias idosas.”

Tabela 1.3 - Índice de Vulnerabilidade Social Paulista: Estado de São Paulo, 2000

Fator/ Indicador	Cargas Fatoriais		Coeficientes	
	Fator 1	Fator 2	Fator 1	Fator 2
Fator 1 – Socioeconômico				
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio alfabetizados	0.813	0.192	0.236	-0.085
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo	0.942	0.236	0.270	-0.091
Escolaridade média (em anos de estudo) do responsável pelo domicílio	0.948	0.244	0.271	0.089
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio	0.766	0.260	0.204	-0.039
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio com rendimento de até 3 salários mínimos	-0.896	-0.300	-0.240	0.048
Fator 2 - Ciclo de Vida Familiar				
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio com idade entre 10 e 29 anos	-0.260	-0.898	0.116	-0.411
Idade média do responsável pelo domicílio	0.150	0.941	-0.163	0.458
Porcentagem de crianças de 0 a 4 anos	-0.399	-0.828	0.052	-0.343

Fonte: Elaboração própria com base em SEADE (2000).

Quadro 1.1 - Categorias do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

		Fator 2 - Ciclo de Vida das Famílias		
		Jovens (até -0,5)	Adultas (-0,5 a 0,3)	Idosas (>0,3)
Fator 1 - Socioeconômico	Baixo (até -0,5)	Muito alta	Alta	
	Médio (-0,5 a 1,0)	Média		Muito baixa
	Alto (1,0 a 1,5)	Baixa		
	Muito alto (>1,5)	Não vulneráveis		

Fonte: SEADE, 2000.

Diferentemente dos índices anteriores, o IPVS considera que as características de vulnerabilidade das famílias e de seus membros estão fortemente relacionadas ao perfil do chefe do domicílio e é calculado para a unidade territorial (setores censitários) de interesse, e não para os indivíduos.

Com base nas categorizações criadas, a SEADE padronizou o tratamento da vulnerabilidade social no Estado de São Paulo, divulgando relatórios e dados para diferentes unidades territoriais: estado, regiões administrativas, municípios e áreas de atuação das subprefeituras.

No Rio de Janeiro, a Secretaria de Meio Ambiente realizou em 2011 um mapeamento da vulnerabilidade da população do estado. O estudo foi focalizado nas mudanças climáticas,

meio ambiente e saúde, mas incorporou também o Índice de Vulnerabilidade Social da Família (IVSF) como parte de um índice geral de vulnerabilidade.

No estudo, a Secretaria considera que os grupos sociais mais vulneráveis são aqueles “com menor capacidade de reagir a adversidades em geral”, isto é, aqueles que “terão menor resiliência frente aos possíveis impactos das mudanças do clima, tais como excesso de chuvas, enchentes, ressacas e doenças” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011). Além disso, ressalta as dificuldades de mensuração associadas ao tema:

“A vulnerabilidade não se distribui de forma homogênea e uniforme no espaço intra-urbano, da mesma forma que não se concentra em alguma área contígua definida, ou seja, a segregação social no espaço não é ‘perfeita’. Nem todos os assentamentos identificados como de baixa renda são ocupados apenas por pobres e nem todos os pobres ocupam áreas tidas como carentes. Essa constatação imediata para qualquer observador atento reflete, ao mesmo tempo, algumas das dificuldades clássicas para se definir, caracterizar e localizar as diversas situações de vulnerabilidade social.” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011)

O estudo não considera a vulnerabilidade um sinônimo de pobreza e aponta que o objetivo do IVSF é uma tentativa de sintetizar elementos e características da pobreza, contribuindo para a formulação e apoio de políticas públicas, também partindo de uma adaptação do IDF para o Censo Demográfico de 2000.

Tabela 1.4 - Índice de Vulnerabilidade Social da Família: Estado do Rio de Janeiro, 2011

Componentes/ subcomponentes/ indicador
Estrutura Familiar
Atenção e cuidado com crianças, adolescentes e jovens
V1 - ausência de menores de um ano
V2 - ausência de criança
V3 - ausência de criança ou adolescente
V4 - ausência de criança ou adolescente ou jovem
Presença do cônjuge
V5 - responsável pela família é do sexo masculino
V6 - responsável pela família é do sexo masculino e vive em presença do cônjuge
Ausência de desvantagem física
V7 - ausência de pessoa com incapacidade visual na família
V8 - ausência de pessoa com incapacidade auditiva na família
V9 - ausência de pessoa com incapacidade para deambular na família
V10 - ausência de pessoa com deficiências físicas na família
Ausência de desvantagem social
V11 - ausência de pessoa com problemas mentais permanentes na família
V12 - ausência de não-brancos na família
V13 - família não mora em setor classificado como aglomerado subnormal
V14 - responsável pela família reside na mesma cidade desde 1995
V15 - ausência de adulto com idade igual ou maior do que 75 anos.

Continua >>>

Componentes/ subcomponentes/ indicador
Acesso ao conhecimento
Analfabetismo
C1 – responsável pela família sabe ler e escrever;
C2 – responsável pela família tem mais do que quatro anos de estudo
C3 – ausência de adulto (pessoa com 25 anos ou mais) analfabeto
Escolaridade
C4 – responsável pela família tem pelo menos ensino fundamental completo ou I grau
C5 – responsável pela família tem pelo menos ensino médio ou II grau
C6 – responsável pela família com alguma educação superior
C7 – algum outro componente da família com alguma educação superior
Acesso ao trabalho
Disponibilidade de trabalho
T1 - responsável pela família trabalha com remuneração
T2 - adultos (25 anos ou mais) trabalham com remuneração
Qualidade do posto de trabalho
T3 - responsável pela família é contribuinte de previdência oficial
T4 - responsável pela família não trabalha mais do que 10 horas/dia – considerou-se semana de 5 dias de trabalho
Remuneração
T5 - responsável pela família com total de rendimentos do trabalho principal superior a 1 salário-mínimo
T6 - responsável pela família com total de rendimentos do trabalho principal superior a dois salários-mínimos
T7 - responsável pela família com total de rendimentos do trabalho principal superior a três salários-mínimos
Disponibilidade de recursos (renda)
Pobreza
R1 - renda familiar per capita superior à linha de pobreza regionalizada
Desenvolvimento infanto-juvenil
Proteção contra o trabalho precoce
D1 - ausência de crianças entre 10 e 11 anos trabalhando
D2 - ausência de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos trabalhando
Acesso à escola
D3 - ausência de criança entre três a seis anos fora da escola
D4 - ausência de criança/adolescente entre sete a 14 anos fora da escola
D5 - ausência de criança/adolescente entre sete e 17 anos fora da escola
Progresso escolar
D6 - criança/adolescente entre 10 e 14 anos tem mais do que quatro anos de estudo
D7 - adolescente entre 15 e 17 anos tem mais do que quatro anos de estudo
Mortalidade de filhos
D8 - nenhuma mulher teve filho nascido morto
D9 - total de filhos nascidos vivos que estavam vivos é igual ao total de filhos tidos

Continua >>>

Componentes/ subcomponentes/ indicador
Condições habitacionais
Propriedade
H1 - domicílio próprio
H2 - domicílio próprio e terreno próprio
Densidade
H3 - até três moradores por dormitório
Abrigabilidade
H4 - existência de banheiro
Acesso a serviço de abastecimento d'água
H5 - abastecimento adequado (rede geral e pelo menos um cômodo com canalização interna)
Acesso a serviço de esgotamento sanitário
H6 - esgotamento adequado (rede geral ou fossa séptica)
Acesso a serviço de coleta de lixo
H7 - destino do lixo adequado (lixo coletado por serviço de limpeza)
Acesso a serviço de energia elétrica
H8 - existência de iluminação elétrica
Acesso a bens duráveis
H9 - existência de rádio
H10 - existência de rádio; e televisão
H11 - existência de rádio; televisão; e geladeira ou freezer
H12 - existência de rádio; televisão; geladeira ou freezer; e máquina de lavar roupa
H13 - existência de rádio; televisão; geladeira ou freezer; máquina de lavar roupa; e linha telefônica instalada
H14 - existência de rádio; televisão; geladeira ou freezer; máquina de lavar roupa; linha telefônica instalada; e microcomputador

Fonte: Elaboração própria com base em GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2011).

Diferentemente de FURTADO (2013), que manteve em seu índice a dimensão de vulnerabilidade social, o IVSF substituiu a dimensão de ausência de vulnerabilidade do IDF pela dimensão de estrutura familiar e manteve a metodologia de formulação de indicadores em cascata, chegando ao indicador sintético:

“O indicador sintético de cada um dos 22 componentes é a média aritmética das variáveis utilizadas para representar cada componente. Foram escolhidos para pontos de corte os valores de 1/3 (0,33) e 2/3 (0,67), o que permite dividir a distribuição em três categorias com relação à sua vulnerabilidade social, classificando-as em mais vulnerável ($< 0,33$), vulnerabilidade intermediária (entre $\geq 0,33$ e $\leq 0,67$) e menor vulnerabilidade ($> 0,67$). A média do IVSF para o ERJ [Estado do Rio de Janeiro] foi de 0,61 o que demonstra que, para a análise do valor do IVSF, o ERJ encontra-se em uma posição

intermediária, isto é, com vulnerabilidade média.”
(GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011)

No Estado do Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) lançou em 2012 uma nota técnica sobre o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR). NAZARENO, SOUZA JUNIOR e IGNÁCIO (2012), autores da nota, apresentaram uma proposta de criação de um indicador sintético com base no Cadastro Único. O IVFPR é composto por 19 indicadores organizados em 4 dimensões: adequação do domicílio, perfil e composição familiar, acesso ao trabalho e renda, e condições de escolaridade.

Cada indicador do IVFPR era composto por 2 ou mais categorias, às quais foram atribuídas pontuações de 0 (menor vulnerabilidade) a 12 pontos (maior vulnerabilidade). As dimensões são padronizadas e o IVFPR é, por fim, calculado como a média aritmética das 4 dimensões.

Tabela 1.5 - Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses: Estado do Paraná, 2012

Dimensão/ Componente/ Categorias
Adequação do domicílio
Espécie do domicílio
Particular improvisado
Coletivo
Particular permanente
Densidade por dormitório
Mais do que 3 pessoas por dormitório
Com 3 pessoas por dormitório ou menos
Material de construção do domicílio
Palha/madeira aproveitada/taipa revestida ou não/outro material
Alvenaria com ou sem revestimento/madeira aparelhada
Água encanada
Não tem água canalizada em pelo menos um cômodo.
Tem água canalizada em pelo menos um cômodo
Esgotamento sanitário
Não tem banheiro sanitário no domicílio ou propriedade
Tem banheiro e o escoamento vai para fossa séptica, ou rudimentar, ou para vala a céu aberto, direto para rio, lago ou mar.
Tem banheiro e o escoamento vai para rede coletora de esgoto ou pluvial.

Continua >>>

Componentes/ subcomponentes/ indicador
Perfil e composição familiar
Responsabilidade pela família
Uniparental (chefe de família não divide a responsabilidade pelo domicílio; sem cônjuge). O chefe de família é homem ou mulher e tem cônjuge
Razão entre crianças, adolescentes e adultos
Não há adultos, a família é chefiada por menores de 18 anos Maior ou igual a 1 Menor do que 1
Presença de trabalho infantil na família
Sim Não
Presença de crianças e adolescentes internados
Sim Não
Presença de adultos internados
Sim Não
Presença de idosos internados
Sim Não
Presença de pessoas com deficiência na família
Sim Não
Idosos em condição de agregado
Há idosos Não há idosos
Analfabetismo do chefe de família
O responsável pela família não sabe ler O responsável pela família sabe ler
Acesso a trabalho e renda na família
Trabalho dos adultos
Proporção de pessoas adultas na família, em idade ativa (>17 e <65), que estão trabalhando na data da entrevista
Renda familiar mensal per capita
De 0 até ¼ do salário mínimo per capita > ¼ do salário mínimo até ½ do salário mínimo per capita Mais de ½ salário mínimo per capita
Condições de escolaridade
Crianças e adolescentes fora da escola
Existência de crianças e adolescentes que não têm seu direito à educação básica assegurado
Defasagem idade-série
Existência de pessoas em idade escolar (6 a 17 anos) da educação básica e que estão frequentando escola, mas não no ano correspondente à idade (defasagem de no mínimo 3 anos)
Jovens e adultos sem ensino fundamental
Existência de pessoas que não frequentam escola (com 18 ou mais anos de idade) e que não concluíram a educação fundamental

Fonte: Elaboração própria com base em NAZARENO, SOUZA JUNIOR e IGNÁCIO (2012).

Em relação às limitações de utilização do IVFPR, elas estão relacionadas ao banco de dados escolhido. No estudo, NAZARENO, SOUZA JUNIOR e IGNÁCIO destacam os tratamentos realizados com o banco de dados para torná-lo apto para o processamento de dados do Índice e suas limitações de utilização. Isso indica que o estudo e a análise do banco de dados antes do processamento é de fundamental importância e devem ser prioridade de pesquisadores e gestores ao trabalharem com o Cadastro Único.

O Cadastro Único é uma base administrativa que recebe informações continuamente e, portanto, está suscetível a erros de declaração, digitação e temporalidade da informação, o que requer um trabalho prévio de tratamento das informações. Outra limitação está associada ao viés do IVFPR: o Cadastro Único é preenchido para um grupo específico de famílias – em geral, pobres - o que pode refletir em um índice alto de vulnerabilidade. A última questão está associada ao grupo populacional que não faz parte do Cadastro Único: pode haver famílias não cadastradas que se encontram em situação de vulnerabilidade social que não farão parte do índice.

O Cadastro Único é uma excelente fonte de informações que é de responsabilidade dos estados e municípios, o que facilita a atualização dos dados. Entretanto o trabalho com o Cadastro Único deve sempre estar associado ao treinamento dos profissionais responsáveis pelo cadastro, definição clara do público de interesse e contínua atualização de dados, o que pode minimizar o viés do Índice e melhorar a qualidade da informação cadastrada.

No Amazonas, o índice de vulnerabilidade foi proposto pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN). O Índice de Vulnerabilidade Social do Amazonas (IVS) também é um índice sintético que considera a vulnerabilidade como algo multidimensional. Ele é composto por 3 dimensões (renda, escolaridade e ciclo de vida familiar) e é calculado com base no Censo Demográfico.

Em termos de características estruturais, o IVS aponta para um híbrido entre os índices do Rio de Janeiro e São Paulo, apesar de o estudo não apontar estes índices como fonte: as dimensões de renda e escolaridade são compostas por indicadores relacionados ao chefe do domicílio, já a dimensão de ciclo de vida familiar os indicadores estão relacionados às características demográficas (razão de dependência e número de pessoas por domicílio) e de saneamento (acessibilidade à água tratada, coleta de lixo e esgotamento sanitário).

Tabela 1.6 - Índice de Vulnerabilidade Social do Amazonas: Estado do Amazonas, 2007

Dimensão/ indicador
Renda
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio
Porcentagem de responsáveis com rendimento de até 1 salário mínimo ou sem rendimento no total de responsáveis do setor censitário
Escolaridade
Porcentagem de pessoas residentes não-alfabetizados
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio não-alfabetizados
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio com ou menos de oito anos de estudo
Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio
Ciclo de vida familiar
Razão de dependência
Número médio de pessoas por domicílio
Porcentagem de domicílios sem abastecimento de água
Porcentagem de domicílios sem coleta de lixo (coletado por serviço de limpeza e/ou coletado em caçamba de serviço de limpeza)
Porcentagem de domicílios sem esgotamento sanitário – rede geral ou fossa séptica

Fonte: Elaboração própria com base em SEPLAN (2007).

Na construção do Índice, cada indicador possui um peso diferenciado dentro de sua dimensão, e as dimensões possuem peso 0,3 (renda), 0,5 (escolaridade) e 0,3 (ciclo de vida familiar). Apesar de ser o único índice, dentre os apresentados, a ponderar de forma diferente e direta indicadores e dimensões, a SEPLAN não deixa claro quais métodos foram utilizados o que seria fundamental para entender esse viés relacionado às características do chefe.

No Espírito Santo, a Secretaria de Assistência Social do Município de Vitória (SEMAS) realizou em 2011, um estudo sobre o perfil da vulnerabilidade social no município. Não houve uma proposta de criação de índice, mas o estudo indicou a necessidade de entender e conhecer a vulnerabilidade social. Os temas que entraram nessa análise foram: características do município (demografia e acesso a programa de transferência de renda), características do responsável e do domicílio, jovens, crianças, mulheres, idosos e deficientes (apontados como população com maior grau de vulnerabilidade social), e precarização do trabalho.

Por mais que haja diferenças entre os estudos teóricos e aplicados sobre a vulnerabilidade social, podemos extrair deles uma linha central para esta pesquisa.

No contexto internacional, o estudo da vulnerabilidade social começou a tomar forma nos anos 1990 em um contexto inicial de abertura econômica dos países latinoamericanos frente

às limitações de condições de vida da população. Nesse ambiente, a população em vulnerabilidade social poderia atingir a economia dos países de duas formas: tanto pela iminente necessidade de apoio do Estado para manutenção de condições de vida mínimas para as famílias quanto para uma futura escassez de capital humano em condições de produzir e atender às empresas (o que fica evidenciado na presença dos elementos do mercado de trabalho em todas as análises acima).

A atenção à população vulnerável foi fundamental do ponto de vista assistencial, mas também fundamental para o crescimento econômico, uma vez que conhecer essa população era uma forma de mensurar e quantificar custos e benefícios. Assim, o conhecimento a vulnerabilidade social é uma estratégia assistencial, por promover o atendimento das famílias, e ao mesmo tempo econômica, uma vez que a mensuração possibilita traçar estratégias para o seu combate.

Sob o ponto de vista dos estudos aplicados, a vulnerabilidade social apresentou-se como multidimensional. Não se tratava de pobreza: a pobreza fazia parte da vulnerabilidade social (todo pobre é vulnerável, mas nem todo vulnerável é pobre). No Brasil, a própria política nacional de assistência social ressalta a necessidade de estados e municípios acompanharem suas populações vulneráveis, mesmo tendo diretrizes nacionais estabelecidas. Os estudos nacionais estão cada vez mais regionalizados e aplicados para atender às gestões locais e respeitar as diferentes características sociais dos estados, mas ainda há dúvidas e divergências entre os estudos e dúvidas sobre quais características escolher para composição dos índices.

Então, retomamos a questão inicial: *o que é vulnerabilidade social, afinal?* Para essa pesquisa, definiremos a vulnerabilidade social como **uma situação na qual o conjunto de características de uma família gera custos imediatos – ou gerará custos futuros – a terceiros em virtude das características socioeconômicas de seus membros ou do ambiente em que vive**. Detalhando o conceito, temos:

A vulnerabilidade social é uma situação que envolve um conjunto de características de uma família. Não se trata de uma característica inerente ao indivíduo. As pessoas em si não são vulneráveis. Sendo assim, o idoso, a criança, ou o deficiente não são vulneráveis, mas se eles viverem em um ambiente familiar desfavorável para o seu desenvolvimento a sua presença pode agravar a vulnerabilidade de uma família;

A vulnerabilidade social está relacionada a um conjunto de características da família. Apesar de alguns estudos tratarem pessoa ou o território como vulneráveis a pessoa, por uma característica pessoal, pode apenas agravar a vulnerabilidade, o território pode concentrar pessoas em situação de vulnerabilidade;

A vulnerabilidade social gera custos imediatos ou futuros a terceiros. Apesar de não ter sido citado diretamente nas metodologias analisadas, vemos que este elemento é o eixo central de todos os estudos. A vulnerabilidade social passou a ser estudada mais de perto porque a combinação de certas características resulta em uma situação socioeconômica que gera custos para sua correção e, se não tratada, refletirá em aumento de gastos para dar suporte a esses indivíduos.

Tendo em vista esse conceito, iniciaremos a nossa aproximação com a problemática deste trabalho aplicada à realidade capixaba. Analisaremos em seguida como a vulnerabilidade social é tratada no Espírito Santo e como convergir a política pública com o conceito desenvolvido.

CAPÍTULO 2: A VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESPÍRITO SANTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com os insumos teóricos sobre a vulnerabilidade social adquiridos até esta etapa, o objetivo desse capítulo é entender como a vulnerabilidade social vem sendo tratada no Espírito Santo, buscando elementos empíricos que criem bases para a mensuração no capítulo seguinte.

Identificaremos o que está sendo desenvolvido pelo Governo do Estado em termos de políticas públicas de combate à vulnerabilidade social, os instrumentos legais que dão suporte para essas políticas e como essas políticas se relacionam com o conceito desenvolvido no capítulo anterior.

SEÇÃO 2.1: CONTEXTO ATUAL DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PLANOS E POLÍTICAS DO GOVERNO DO ESTADO EM ANDAMENTO

O Governo do Estado do Espírito Santo possui atualmente três grandes documentos de planejamento que direcionam a política pública estadual: o Planejamento Estratégico Novos Caminhos, o Plano Plurianual e o ES 2030.

O Planejamento Estratégico 2011-2014, o documento Novos Caminhos, foi elaborado para atender dois focos prioritários: atendimento dos extratos mais vulneráveis da população e redução das desigualdades regionais. Dando atenção especial ao tema da vulnerabilidade, ao longo do documento o atendimento da população mais vulnerável foi apresentado em três diferentes eixos estratégicos.

No eixo de Desenvolvimento da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer foram apresentados 13 projetos e ações voltados para universalização da educação, melhoria da qualidade da educação e desenvolvimento de modalidades esportivas. A população atendida envolvia jovens e adultos em atraso escolar, internos do sistema prisional, quilombolas, indígenas, assentados, camponeses, pessoas com necessidades especiais, com destaque para preocupação com a alocação do tempo de crianças, adolescentes e jovens, o que incluiu implantação de projetos esportivos e escolas em tempo integral.

Tabela 2.1 - Atendimento aos extratos mais vulneráveis da população segundo o Planejamento Estratégico Novos Caminhos: Espírito Santo, 2011-2014

Eixo: Desenvolvimento da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer

Desafio	Estratégias	Projetos e ações	Metas
Universalizar a educação básica	Ampliar o atendimento aos segmentos mais vulneráveis	Ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos	68 mil novas vagas ofertadas na educação de jovens e adultos, presencial ou à distância, nos 78 municípios
		Ações para redução do analfabetismo	60.000 adultos analfabetos atendidos
		Expansão da oferta da educação, cultura, esporte e lazer em prisões	100% das unidades prisionais atendidas na educação, cultura e esporte
		Expansão da oferta da educação, cultura, esporte e lazer em unidade de medidas socioeducativas	100% das unidades de medidas socioeducativas atendidas na educação, cultura e esporte
		Apoio às comunidades quilombolas na oferta educacional	13 escolas municipais, localizadas em quilombos, apoiadas com obras de infraestrutura
		Apoio às comunidades indígenas na oferta educacional	Duas novas escolas de ensino médio integrado à educação profissional implantada em comunidades indígenas
		Melhoria da infraestrutura escolar em assentamentos	19 escolas em assentamento reconstruídas
		Atendimento às comunidades camponesas com oferta educacional adequada a sua realidade	Mais 800 novas vagas ofertadas a jovens dos campo, na educação de jovens e adultos com qualificação profissional e bolsa permanência
		Melhoria da educação inclusiva	Plano de melhoria das escolas uni/pluridocentes implementado
Melhorar a qualidade da aprendizagem da educação básica	Ampliar o tempo de permanência do estudante na escola	Aumento da oferta de educação em jornada ampliada	30 escolas estaduais, localizadas em regiões vulneráveis, com oferta de educação em tempo integral
Tornar o Espírito Santo referência nacional e internacional em modalidades esportivas específicas	Promover inclusão social por meio de atividades esportivas e de lazer nas áreas mais vulneráveis	Ampliação do "Campeões de Futuro"	25.000 crianças e adolescentes atendidas pelo "Campeões de Futuro"
		Implantação do "Segundo Tempo"	25.000 crianças e adolescentes atendidos pelo "Segundo Tempo"
		Implantação do "Esporte pela Paz"	16.000 pessoas atendidas pelo "Esporte pela Paz" na RMGV

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos no Documento Novos Caminhos (Governo do Espírito Santo, 2011).

No Eixo Prevenção e Redução da Criminalidade, um dos desafios relacionados à vulnerabilidade é a redução de incidência de crimes letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte). As ações são voltadas para os Territórios da Paz, onde a vulnerabilidade está associada à área e não a um conjunto populacional específico.

Tabela 2.2 - Atendimento aos extratos mais vulneráveis da população segundo o Planejamento Estratégico Novos Caminhos: Espírito Santo, 2011-2014

Eixo: Prevenção e Redução da Criminalidade			
Desafio	Estratégias	Projetos e ações	Metas
Reduzir a incidência de crimes letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte)	Ampliar as ações de prevenção e enfrentamento qualificado	Ampliação da presença do Estado em áreas de vulnerabilidade social, prioritariamente nos Territórios de Paz	25 áreas vulneráveis atendidas
		Ampliação do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas)	225.000 alunos atendidos prioritariamente nas áreas de vulnerabilidade social

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos no Documento Novos Caminhos (Governo do Espírito Santo, 2011).

No ano de 2013, o governo capixaba publicou o primeiro balanço do planejamento estratégico: Novos Caminhos Principais Realizações em 2012. O balanço foi dividido segundo eixo, desafio e estratégias do planejamento estratégico, mas sem referência direta aos projetos e ações, refletindo um descasamento entre o planejamento e seu balanço inicial. Projetos, ações e metas não tiveram seu desenho inicial retomado ao longo do balanço, dificultando a análise do que foi ou não cumprido. Em geral, o documento apresenta políticas relacionadas às estratégias sem confronto entre meta e resultado alcançado em 2012, o que pode estar associado à dificuldade de indicadores de acompanhamento ou áreas que ainda não foram desenvolvidas.

Os eixos foram ligados a comitês estratégicos com o objetivo de monitorar intensivamente os processos e resultados dos programas e projetos. Assim, o eixo de Desenvolvimento da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer passou a ser acompanhado pelo comitê *Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esportes e Lazer*; e o eixo de Prevenção e Redução da Violência passou a ser acompanhado pelo comitê *Prevenção e Redução da Criminalidade*.

As ações dos comitês foram definidas por prioridades: expansão e melhoria do ensino médio; fortalecimento da atenção primária, Incluir, Programa de Ações Integradas sobre Drogas, Programa de Reestruturação e Ampliação da Capacidade da Rede de Serviços de Saúde; e Estado Presente, respectivamente associados aos comitês anteriormente descritos.

Quadro 2.1 - Metas do planejamento estratégico Novos Caminhos para extratos vulneráveis versus documento de principais realizações do planejamento: Eixo de Desenvolvimento da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer

Metas			
Resultados alcançados em 2012			
68 mil novas vagas ofertadas na educação de jovens e adultos, presencial ou à distância, nos 78 municípios	60.000 adultos analfabetos atendidos	100% das unidades prisionais atendidas na educação, cultura e esporte	100% das unidades de medidas socioeducativas atendidas na educação, cultura e esporte
13 escolas municipais, localizadas em quilombos, apoiadas com obras de infraestrutura	Duas novas escolas de ensino médio integrado à educação profissional implantada em comunidades indígenas	19 escolas em assentamento reconstruídas	Mais 800 novas vagas ofertadas a jovens dos campo, na educação de jovens e adultos com qualificação profissional e bolsa permanência
Plano de melhoria das escolas uni/pluridocentes implementado	30 escolas estaduais, localizadas em regiões vulneráveis, com oferta de educação em tempo integral	25.000 crianças e adolescentes atendidas pelo "Campeões de Futuro"	25.000 crianças e adolescentes atendidos pelo "Segundo Tempo"
16.000 pessoas atendidas pelo "Esporte pela Paz" na RMGV	7.510 matrículas no ensino médio integrado à educação profissional em 68 escolas de 46 municípios	11.000 vagas em cursos técnicos em 46 cursos técnicos em 62 municípios	Reforço escolar para 5.000 alunos da primeira série do ensino médio
6.550 alunos atendidos no Pré-Enem	Capacitação de 1.844 professores do Ensino Médio	Construção e reforma de escolas	Cursos de inglês em 6 Centros Estaduais de Idiomas em Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina
Programa Coordenadores de Pais em 15 escolas do Estado Presente	Investimento das obras do Estádio Kleber Andrade	Reforma e Ampliação do CT Jayme Navarro de Carvalho	4.100 pessoas de 6 a 17 anos atendidas pelo Esporte pela Paz
Entrega de 13 praças	24 unidades do Campo de Bola I		

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos Novos Caminhos e Novos Caminhos - principais realizações em 2012.

Quadro 2.2 - Metas do planejamento estratégico Novos Caminhos para extratos vulneráveis versus documento de principais realizações do planejamento: Eixo de Prevenção e Redução da Criminalidade

Metas	Resultados alcançados em 2012		
Ampliação da presença do Estado em áreas de vulnerabilidade social, prioritariamente nos Territórios de Paz: 25 áreas vulneráveis atendidas	Ampliação do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas): 225.000 alunos atendidos prioritariamente nas áreas de vulnerabilidade social	R\$ 5 milhões em construção e reforma das unidades de Polícia Civil em todo o Estado	Em Piúma, as obras da Unidade de Polícia Integrada estão em andamento
Nomeção de 855 policiais civis e 150 policiais militares	Investimento de R\$ 20 milhões na polícia técnico-científica	A Polícia Militar recebeu 41 viaturas para a ampliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd)	O Batalhão de Missões Especiais (BME) recebeu o posto de Comando Móvel
60 caminhonetes para BME e Rotam	205 motocicletas para PM	Ambulâncias equipadas, quadriciclos e carro de combate à incêndio para PC e Bombeiros	200 armas elétricas para BME e Rotam
Entrega de pistolas elétricas, metralhadores, pistolas .40, coletes balísticos, escudos e capacetes balísticos e granadas	940 novas armas para PC	Entrega da Unidade Padrão do CBMES-Vitória	

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos Novos Caminhos e Novos Caminhos - principais realizações em 2012.

O Plano Plurianual 2012-2015 do Espírito Santo (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2012) possui quatro programas voltados para população em vulnerabilidade social. Os programas abordam temas de inclusão social, escolaridade, emprego, trabalho, renda e segurança, nos quais a vulnerabilidade social está associada a grupos populacionais específicos (jovens com baixa escolaridade, quilombolas, indígenas, comunidades campesinas) e a áreas específicas delimitadas pela intensidade da vulnerabilidade social. A segurança está associada ao território, enquanto os demais temas estão associados às características do indivíduo.

Tabela 2.3 - Programas voltados para a população em situação de vulnerabilidade social: Plano Plurianual do Espírito Santo, 2012-2015

Programa	Objetivo	Público-alvo	Valor
Inclusão e Diversidade na Educação	Realizar ações de inclusão escolar de adolescentes, jovens e adultos, respeitando as diversidades, e promovendo acesso ao currículo escolar como forma de atender os segmentos mais vulneráveis da população capixaba nas modalidades de ensino da educação básica	Jovens e adultos que não concluíram a escolarização básica na idade correta, pessoas privadas de liberdade, quilombolas, indígenas, comunidades camponesas, pessoas com necessidades especiais e outros	R\$ 77,136,179.00
Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	Gerar oportunidade de trabalho e renda, com ampliação da empregabilidade e da capacidade empreendedora da população, do desenvolvimento social e econômico local, contribuindo para a redução dos níveis de desemprego e subemprego e da pobreza	Desempregados, subempregados, grupos em vulnerabilidade social , artesãos e jovens	R\$ 2,551,117.00
Redução de Homicídios	Reduzir o número de homicídios no estado do espírito santo por meio da prevenção e combate à criminalidade e à violência, com a articulação de uma rede de ações e projetos integrados, estudos e pesquisas, inclusive com campanhas contra o uso de drogas lícitas e ilícitas, promovendo a cidadania e a paz social nas áreas de maior vulnerabilidade social do estado	População em geral e comunidades em situação de vulnerabilidade e maior risco social	R\$ 85,481,457.00
Estado Presente	Articular um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, prioritariamente em regiões de alta vulnerabilidade social , alinhando projetos de combate à criminalidade com políticas públicas inclusivas, visando reduzir os índices de violência e as desigualdades sociais	População de áreas socialmente vulneráveis	R\$ 350,610.00

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos do Plano Plurianual 2012-2015 (Governo do Espírito Santo, 2012).

No Plano de Desenvolvimento ES 2030, visão de futuro e planejamentos para o estado do Espírito Santo em 2030, a vulnerabilidade social é tratada no tema de prevenção à violência, onde foi ressaltado que essas políticas devem ser concentradas em *áreas de maior vulnerabilidade social*. Os grupos populacionais mais vulneráveis dentro deste tema de prevenção à violência foram de “jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos, populações de áreas com maior incidência criminal e mulheres vítimas de violência de gênero”. (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013b)

O ES 2030 surgiu em um contexto de necessidade de atualização do antigo ES 2025, um planejamento estratégico para o Espírito Santo em 2025. Nota-se que, no contexto da vulnerabilidade social, o ES 2030 configurou mais uma reformulação que uma atualização. No ES2025, houve proposições e observações sobre a exposição das pessoas em

vulnerabilidade social a eventos sociais, tais como (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2006):

“Universalização do acesso à tecnologia da informação e a ampliação da oferta educacional para jovens e adultos em condições de *alta vulnerabilidade*” (p.53)

“Garantir o acesso às creches e pré-escolas a todas as famílias em situação de *vulnerabilidade social*, sem substituir o sistema privado ou do terceiro setor existente.” (p.92)

“Ampliar a oferta de educação a adultos, voltada para pessoas com mais de 18 anos, em situação de *vulnerabilidade social*, que desejem concluir o ensino fundamental e médio” (p. 96)

“Melhorar a qualidade de vida da população de maior *vulnerabilidade social* por meio do atendimento dos serviços primários de saúde à família e à mulher” (p.96)

“Implementação, em todas as regiões marcadas por *vulnerabilidade social*, da prestação de serviços primários de saúde junto às famílias e mulheres.” (p.96)

“Incentivar, mediante a concessão de bolsas, o retorno e a permanência na escola de jovens de 15 a 19 anos em condições de *vulnerabilidade social*.” (p.99)

“Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), com uma taxa de 84 homicídios, a situação [da violência] é ainda mais alarmante, com maior incidência sobre homens jovens em situação de *vulnerabilidade social*,” (p.97)

A indefinição do que se considera vulnerabilidade social no estado ficou clara, assim como a importância de pesquisas que aprofundem a investigação sobre o tema.

Por outro lado, não podemos ignorar as medidas que vem sendo tomadas atendem o que os gestores consideram prioritário no bem estar da população. Existe, portanto, uma visão socialmente estabelecida do que se considera vulnerabilidade social: uma visão construída empiricamente a partir de sucessivas ações e políticas ao longo dos anos que, apesar de não estar metodologicamente estruturada, têm atuado na melhoria do bem-estar da população capixaba.

Partindo desta ideia, iniciaremos o aprofundamento do estudo do tema: se políticas estão sendo desenhadas para grupos populacionais específicos considerados vulneráveis investigaremos se existem bases legais e institucionais que sustentam essas ações.

SEÇÃO 2.2: PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 1995, o Governo Estadual do Espírito Santo criou o Conselho Estadual de Assistência Social (CONEAS) e o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), por meio da Lei nº 5.162 e de acordo com as recomendações da LOAS. As atribuições do CONEAS foram organizadas em dezoito itens, dentre os quais “estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Estadual de Assistência Social” (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1995).

Atualmente, vemos que a falta de definição e de coesão entre políticas estaduais do Espírito Santo sobre a temática de vulnerabilidade social. Isso pode estar associada à falta de um Plano (ou Política) Estadual de Assistência Social que oriente as ações. No estado não há uma orientação centralizada sobre a assistência social, tampouco uma definição de vulnerabilidade social. De acordo com o Relatório Final da Subcomissão Especial Destinada a Acompanhar e Discutir o Sistema Único de Assistência Social, o Espírito Santo não possui um Plano Estadual de Assistência Social e apresenta deficiências de recursos humanos.

Sobre diagnósticos sociais e estudos aplicados realizados no estado, o Relatório apontou que o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) realizou estudos de alguns temas, como pobreza. Sobre o atendimento do Sistema Único de Assistência Social, foi ressaltado no Relatório que:

“A demanda existente ainda não é completamente atendida. (...) a maioria dos municípios tem o PAIF [Proteção e Atendimento Integral à Família], faz acompanhamento do PBF [Programa Bolsa Família], embora não atenda a dota a demanda, atende idosos e pessoas com deficiência, mas ainda há carência de acompanhamento (...). Quanto ao PBF, nenhum município consegue ofertar esse serviço com a qualidade necessária, por causa do quadro de pessoa reduzido. Usa-se o censo 2006 para o perfil PBF, que está desatualizando, não permitindo atingir todas as famílias com perfil. (...) Abrigamento para grupos vulneráveis só em municípios de grande porte.” (SUBSUAS, 2011)

Analisando as publicações do IJSN, apontadas no Relatório como referências de estudo no estado, vemos que tratam-se de estudos setoriais, temáticos. Três estudos, em especial, abordam o tema vulnerabilidade social.

O seminário *O Cadastro Único como Ferramenta de Gestão: usos e potencialidades*, (SAMPAIO, 2009) não tratou diretamente da assistência nem da vulnerabilidade social, mas

levantou um importante tema, apontando o Cadastro Único como um elemento informacional importante que pode ser utilizado pelos gestores para o desenho de indicadores de acompanhamento da população pobre. Por se tratar de uma base administrativa, o Cadastro é atualizado continuamente e o acesso ao banco de dados pode ser feito diretamente pelo governo estadual.

O seminário *Vulnerabilidade Social no Norte do Espírito Santo: diagnóstico e perspectivas* apresentou a vulnerabilidade social de uma ótica multidimensional, mas sem consolidação ou definição metodológica conceitual. Pobreza, escolaridade, distorção idade-série, desocupação, crianças, mulheres, jovens, alocação do tempo do jovem, arranjos familiares, gravidez na adolescência e mortalidade por causas externas foram os temas abordados no seminário, cuja conclusão foi feita com apontamentos de grupos vulneráveis: a pobreza e a desocupação eram maiores entre as mulheres; as mortes violentas e menores expectativas de vida estavam associadas mais aos homens; os jovens com baixa escolaridade, desocupados, em famílias desestruturadas, de baixa renda e em áreas com maiores índices de vitimização caracterizavam, segundo o estudo, um cenário de vulnerabilidade social e sua reprodução. (SAMPAIO e GUADALUPE, 2011)

O texto para discussão *Juventude e Vulnerabilidade Social no Espírito Santo: explorando fatores explicativos* (GUADALUPE, 2011) partiu de um desenho teórico da vulnerabilidade social aplicada à juventude. Segundo o autor, a vulnerabilidade social da juventude não é uma consequência direta de um único fator, mas sim de características combinadas em diferentes aspectos da vida do jovem que o levam a esta situação.

Os aspectos apontados pelo autor como agravantes da vulnerabilidade social dos jovens capixabas foram: pobreza, baixa escolaridade, alocação do tempo entre trabalho e estudo, arranjo familiar e gênero (gravidez na adolescência e jovens homens vítimas de violência). Mas, apesar de destacar que a vulnerabilidade social está relacionada à combinação de diferentes aspectos da vida do jovem, o autor apresentou os indicadores separados pelos temas acima, sem discorrer sobre uma possível elevação da vulnerabilidade no caso de jovens que possuem dois ou mais aspectos.

Apesar da ausência do Plano Estadual de Assistência Social, 67 dos 78 municípios capixabas possuem Planos Municipais de Assistência Social. A frequência pode estar associada ao pré-requisito do plano para o acesso ao repasse de recursos do governo federal, conforme previsto

na NOB/SUAS. A falta de acesso à informação sobre os planos municipais para acesso público é grande. Apenas 4 municípios possuem seus planos disponíveis para consulta em suas páginas oficiais.

Tabela 2.4 - Planos municipais de assistência social: Municípios do Espírito Santo

Município	Possui plano	Período do Plano disponível para consulta	Criação do Conselho Municipal de Assistência Social
Informações gerais			
Total de municípios: 78			
Total de municípios com plano: 66			
Informações por município			
Afonso Cláudio	sim	-	1995
Água Doce do Norte	sim	-	1998
Águia Branca	sim	-	1996
Alegre	sim	-	1997
Alfredo Chaves	sim	-	2010
Alto Rio Novo	sim	-	1995
Anchieta	não	-	1997
Apiacá	sim	-	1994
Aracruz	sim	-	1998
Atilio Vivacqua	sim	-	1997
Baixo Guandu	sim	-	2009
Barra de São Francisco	sim	-	1996
Boa Esperança	não	-	1996
Bom Jesus do Norte	sim	-	1996
Brejetuba	sim	-	2010
Cachoeiro de Itapemirim	sim	2013-2017	1993
Cariacica	sim ¹	-	1995
Castelo	não	-	1998
Colatina	sim	-	1998
Conceição da Barra	sim	-	1995
Conceição do Castelo	sim	-	1996
Divino de São Lourenço	sim	-	1999
Domingos Martins	não	-	2001
Dores do Rio Preto	sim	-	2010
Ecoporanga	sim	-	1996
Fundão	sim	-	1997
Governador Lindenberg	sim	-	2010
Guaçuí	sim	-	1996
Guarapari	sim	-	1997
Ibatiba	sim	-	1957
Ibiraçu	sim	-	1994
Ibitirama	sim	-	2007
Iconha	sim	-	1998
Irupi	sim	-	1996
Itaguaçu	sim	-	1996
Itapemirim	sim	-	1995
Itarana	sim	-	1997
Lúna	não	-	2007
Jaguare	sim	-	1996

continua >

Município	Possui plano	Período do Plano disponível para consulta	Criação do Conselho Municipal de Assistência Social
Informações por município (continuação)			
Jerônimo Monteiro	sim	-	1995
João Neiva	não	-	1995
Laranja da Terra	não	-	1995
Linhares	sim	2014-2017	2006
Mantenópolis	sim	-	1996
Marataizes	sim	-	1997
Marechal Floriano	sim	-	2007
Marilândia	sim	-	2011
Mimoso do Sul	sim	-	1997
Montanha	sim	-	1998
Mucurici	sim	-	1995
Muniz Freire	sim	-	2011
Muqui	sim	-	1995
Nova Venécia	sim	-	1996
Pancas	sim	-	1995
Pedro Canário	sim	-	1997
Pinheiros	sim	-	1995
Piúma	não	-	2011
Ponto Belo	sim	-	1997
Presidente Kennedy	sim	-	1997
Rio Bananal	sim	-	1996
Rio Novo do Sul	sim	-	1996
Santa Leopoldina	sim	-	2011
Santa Maria de Jetibá	não	-	1993
Santa Teresa	sim	-	2011
São Domingos do Norte	sim	-	1996
São Gabriel da Palha	não	-	1996
São José do Calçado	não	-	1996
São Mateus	sim	-	1996
São Roque do Canaã	sim	-	1997
Serra	sim	-	1995
Sooretama	sim	-	1998
Vargem Alta	sim	-	1996
Venda Nova do Imigrante	sim	-	2008
Viana	sim	-	1995
Vila Pavão	sim	-	1996
Vila Valério	sim	-	1997
Vila Velha	sim	2014-2017	1996
Vitória	sim	2005-2012	1996

Fonte: Elaboração Própria. Dados obtidos com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE), 2012.

Nota 1: Caricica aprovou o Plano Municipal de Assistência Social em 2012. Todos os demais dados foram atualizados com base nas informações disponíveis pelas Prefeituras.

SEÇÃO 1.4: MATRIZ PÚBLICO-ALVO *VERSUS* DIMENSÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

O que vimos neste capítulo é que a política pública do Espírito Santo atua no combate a um conjunto de indicadores associados, pelos gestores e pesquisadores, à vulnerabilidade social. Entretanto a falta de definição da vulnerabilidade, associada tanto à falta de uma política estadual de assistência social quanto à complexidade e multidimensionalidade do tema, resulta em ações e políticas pontuais sem a devida focalização.

Não há dúvidas que o jovem fora da escola, o desempregado, o idoso, o morador de uma área ou região violenta necessitem do apoio da política pública. A problemática surge quando essas características passam a ser tratadas como sinônimo de vulnerabilidade social, sem uma conceituação clara do termo, pois a focalização de uma política pública fica prejudicada, principalmente se ela é realizada em uma situação de escassez de recursos: *qual combinação de características de um indivíduo é capaz de diferenciá-lo de outro indivíduo em termos de vulnerabilidade social? Isto é, no momento da atuação da política, onde focalizar as ações? No desemprego? No acesso à escola? Em um território específico? Como combinar esses diferentes elementos? Quem é a população em situação vulnerabilidade social no Espírito Santo?*

Por outro lado, os marcos legais que tratam da vulnerabilidade social no Brasil orientam e apontam características populacionais associadas à vulnerabilidade, traçando formas de atuação da política nacional, mas ressaltando sempre a necessidade de olhar atentamente para as características internas de estados e municípios, reconhecendo as diferenças existentes entre a população brasileira.

Sendo assim, com base nas políticas desenvolvidas pelo Governo do Estado do Espírito Santo, nas orientações da legislação nacional e reconhecendo (com base nas políticas e na legislação) que a vulnerabilidade social é uma situação na qual o conjunto de características de uma família gera custos imediatos – ou gerará custos futuros – a terceiros em virtude das características socioeconômicas de seus membros ou do ambiente em que vive, elaboramos uma tabela sobre a vulnerabilidade social no Espírito Santo.

As linhas da tabela apresentam as dimensões nas quais a vulnerabilidade social foi tratada no Espírito Santo complementada com os componentes da taxa de vulnerabilidade social calculada pelo MDS, tendo em vista que esta é taxa que orienta as políticas nacionais.

As colunas da tabela apresentam os grupos de indivíduos que foram considerados públicos-alvo no combate à vulnerabilidade social. A partir deste ponto, a matriz será utilizada como base para a mensuração da vulnerabilidade social no Espírito Santo.

Tabela 2.5: Matriz empírica da vulnerabilidade social no Espírito Santo

Dimensão de vulnerabilidade	Público					
	Crianças	Jovens		Adultos	Idosos	Pessoas com necessidades especiais
		Homens	Mulheres			
Educação						
Atraso escolar	●	●	●	●		●
Abandono		●	●			●
Não frequência à escola	●	●	●			
Baixa escolaridade média		●	●	●	●	●
Emprego						
Desemprego		●	●	●		
Subemprego		●	●	●		
Trabalho infantil	●					
Cultura, Esporte e Lazer						
Falta de atividades para alocação do tempo	●	●	●			
Renda						
Insuficiência de renda	●	●	●	●	●	●
Desigualdade	●	●	●	●	●	●
Distância da renda dos pobres em relação à linha de pobreza						
Saúde						
Gravidez precoce			●			
Falta de acessibilidade aos serviços básicos	●	●	●	●	●	●
Composição familiar						
Chefe de família sem cônjuge		●	●	●		
Violência						
Exposição à crimes letais intencionais	●	●		●		
Exposição à drogas	●	●	●	●		
Violência doméstica			●			
Território						
Rural	●	●	●	●	●	●
Quilombola	●	●	●	●	●	●
Indígena	●	●	●	●	●	●
Campesino	●	●	●	●	●	●
Territórios da Paz	●	●	●	●	●	

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 2.5 o que vemos é que a vulnerabilidade vem sendo fortemente associada à proteção à infância, com uma tentativa de reestruturação da juventude para sua transição para a vida adulta e com adultos que tenham condições socioeconômicas de auxiliar o desenvolvimento de crianças, jovens e idosos.

Analisando a matriz, todos os públicos apresentados deveriam estar em domicílios com acesso aos serviços básicos e fora da situação de pobreza e violência.

As crianças deveriam estar na escola, com atividades no contraturno. Os jovens devem estar com um nível de escolaridade adequado a sua idade, com acesso ao mercado de trabalho, com baixos índices de gravidez na juventude. As pessoas com necessidades especiais devem estar inseridas no cotidiano das atividades desenvolvidas na sociedade como um todo, tendo acesso à escola e ao mercado de trabalho. Essas características reduziram, com base no levantamento realizado, a vulnerabilidade social da população.

A dimensão territorial foi inserida na matriz como um painel diferenciado por ser uma estratégia de atuação das políticas, tendo em vista que há territórios específicos em que o Governo do Estado do Espírito Santo tem maior atenção à vulnerabilidade social. A população carcerária, apesar de ter sido relacionada nas políticas capixabas, é formada por jovens, adultos e idosos e, portanto, já está compreendida em um desses grupos na matriz.

Retomando o que foi visto no capítulo anterior, vemos a convergência entre o conceito e as políticas públicas capixabas. Todas as dimensões abordadas nas políticas públicas resultam ou resultarão em custos para o Estado ou para o setor privado. A baixa escolaridade, atraso escolar oneram o sistema de ensino e prejudicam a formação do capital humano. O desemprego, subemprego e trabalho infantil reduz a renda da população. A insuficiência de renda traz insegurança alimentar, problemas de saúde. A gravidez precoce pode retirar as mães do mercado de trabalho e dos estudos.

Cada elemento pode ser pareado a um custo efetivo que pode ser privado (a família ou as empresas gastarão mais recursos para essas correções, por exemplo) ou público (o governo gastará mais por ter mais famílias acessando programas de transferência de renda, por exemplo), lembrando sempre que colunas da matriz representam características pessoais que podem intensificar a vulnerabilidade, mas por serem inerentes ao indivíduo, não configuram uma vulnerabilidade social por si mesma. Ou seja: ser criança, idoso, deficiente, etc, não torna

um indivíduo vulnerável. Mas, ter essas características em um domicílio com infraestrutura comprometida e baixa renda, por exemplo, configura uma situação de vulnerabilidade.

Com base nesse conceito e nas políticas públicas desenvolvidas no Espírito Santo apresentadas, iniciaremos a construção de um índice de vulnerabilidade social para o estado.

CAPÍTULO 3: MENSURANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESPÍRITO SANTO

O primeiro passo para mensurar a vulnerabilidade social no Espírito Santo é identificar entre as informações disponíveis aquelas que podem ser úteis para a análise, ou seja, aquelas que estejam de acordo com o desenho teórico da vulnerabilidade social feito nos capítulos anteriores e que podem ser transformadas em indicadores.

Sabemos que a menor unidade de análise serão as famílias capixabas e que a unidade territorial é um elemento estratégico para atuação do Governo do Estado, inclusive em parceria com prefeituras, para o combate da vulnerabilidade social.

Como destacou SAMPAIO (2009), uma opção de bases de dados para o estudo da vulnerabilidade social seria o Cadastro Único. Os pontos positivos dessa base estão associados à atualização constante do banco de dados e o controle da base de dados, que é de responsabilidade estadual. Logo, a acessibilidade às informações seria rápida e constante. Já os pontos negativos estão associados ao viés do tipo de informação cadastrada: apenas as famílias que se cadastraram fazem parte do banco de dados; o cadastramento é focalizado nas famílias pobres (renda domiciliar per capita até meio salário mínimo)², por ser um dos critérios base para o recebimento do Bolsa Família. Esses elementos dificultariam a identificação das famílias vulneráveis.

Outros bancos de dados como DataSUS, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Censo Escolar, possuem aplicabilidade limitada ao objetivo do banco de dados, uma vez que reúnem informações específicas de um tema (saúde, trabalho e educação), em diferentes níveis de agregação

² Famílias com renda superior podem ser cadastradas desde que estejam vinculadas a algum programa social municipal, estadual ou federal.

(município, escola, turma, aluno) e necessitariam ser analisados em conjunto com outras bases de dados.

No âmbito das pesquisas nacionais, é necessário identificar uma pesquisa que tivesse significância para níveis mais desagregados que a unidade da federação, uma vez que o objetivo é estudar as famílias capixabas.

Nesses termos, o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta-se como uma boa opção de dados primária de qualidade que reúne informações sobre características domiciliares, deslocamento, migração, escolaridade, renda, mercado de trabalho, deficiência, nupcialidade e fecundidade

“Os censos demográficos produzem informações que permitem conhecer a distribuição territorial e as principais características das pessoas e dos domicílios, e acompanhar sua evolução ao longo do tempo, sendo imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Por pesquisarem todos os domicílios do País, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos, cujas realidades socioeconômicas dependem dos resultados censitários para serem conhecidas.” (IBGE, 2010a)

O Censo Demográfico é uma pesquisa decenal populacional. Investiga características de toda a população brasileira em um questionário curto (questionário do universo). O Censo possui ainda um questionário longo, aplicado a uma amostra populacional, cuja desagregação territorial mínima é a área de ponderação³.

Para os municípios com mais de 190 mil habitantes, foi facultado às prefeituras a definição de suas áreas de ponderação, normalmente associados às leis de bairros, facilitando o acesso e utilização futuros dos dados do Censo pelas prefeituras.

³ “Define-se área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração dos pesos de forma a produzir estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo. O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas. Assim este tamanho mínimo foi definido em 400 domicílios ocupados na amostra, exceto para os municípios que não atingem este total onde, neste caso, o próprio município é considerado uma área de ponderação.” (IBGE, 2010b)

De acordo com o Censo Demográfico 2010, o mais atual, o Espírito Santo possui 192 áreas de ponderação e 25 dos seus 78 municípios possuem mais de uma área de ponderação. Isso significa que, com base nos microdados da amostra do censo é possível realizar estimativas populacionais em até 192 desagregações territoriais.

Tabela 3.1 - Municípios segundo quantidade de áreas de ponderação no Censo Demográfico: Espírito Santo, 2010

Município	Total de áreas de ponderação	Município	Total de áreas de ponderação
Águia Branca	1	Ponto Belo	1
Água Doce do Norte	1	Presidente Kennedy	1
Alfredo Chaves	1	Rio Bananal	1
Alto Rio Novo	1	Rio Novo do Sul	1
Anchieta	1	Santa Leopoldina	1
Apiacá	1	Santa Teresa	1
Atilio Vivacqua	1	São Domingos do Norte	1
Boa Esperança	1	São José do Calçado	1
Bom Jesus do Norte	1	São Roque do Canaã	1
Brejetuba	1	Sooretama	1
Conceição do Castelo	1	Vargem Alta	1
Divino de São Lourenço	1	Venda Nova do Imigrante	1
Dores do Rio Preto	1	Vila Pavão	1
Ecoporanga	1	Vila Valério	1
Fundão	1	Afonso Cláudio	2
Governador Lindenberg	1	Alegre	2
Ibatiba	1	Aracruz	4
Ibiraçu	1	Baixo Guandu	2
Ibitirama	1	Barra de São Francisco	2
Iconha	1	Cachoeiro de Itapemirim	9
Irupi	1	Cariacica	15
Itaguaçu	1	Castelo	2
Itarana	1	Colatina	7
Jaguaré	1	Conceição da Barra	2
Jerônimo Monteiro	1	Domingos Martins	2
João Neiva	1	Guaçuí	2
Laranja da Terra	1	Guarapari	6
Mantenópolis	1	Itapemirim	2
Marechal Floriano	1	Iúna	2
Marilândia	1	Linhares	7
Mimoso do Sul	1	Marataizes	2
Montanha	1	Nova Venécia	2
Mucurici	1	Santa Maria de Jetibá	2
Muniz Freire	1	São Gabriel da Palha	2
Muqui	1	São Mateus	6
Pancas	1	Serra	21
Pedro Canário	1	Viana	3
Pinheiros	1	Vila Velha	19
Piúma	1	Vitória	14

Fonte: Dados obtidos com base na documentação do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Para este trabalho, utilizaremos os microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010 e focalizaremos a análise no nível municipal, mas apontando que todos os dados podem ser estimados para as 192 desagregações territoriais. Com base no questionário da pesquisa, e na matriz empírica de vulnerabilidade social construída no capítulo anterior, partiremos para a construção dos indicadores para a composição do Índice de Vulnerabilidade Social do Espírito Santo (IVES).

Sabendo que a vulnerabilidade social é uma situação na qual o conjunto de características de uma família gera custos imediatos – ou gerará custos futuros – a terceiros em virtude das características socioeconômicas de seus membros ou do ambiente em que vive, precisamos definir quais elementos compõem essa suscetibilidade ao custo.

Partindo das dimensões empíricas de educação, emprego, cultura, esporte, lazer, renda, saúde e composição familiar e contrapondo-as ao questionário do Censo Demográfico apresentada anteriormente (matriz teórica), chegamos a uma lista de 20 indicadores organizados em quatro dimensões de vulnerabilidade social.

As dimensões originais foram reestruturadas de forma que elas ficassem equilibradas no que se refere ao número de indicadores. Assim, nenhuma dimensão possui peso maior que a outra. Além disso, devido à estrutura do questionário da amostra do Censo Demográfico, que não investiga elementos de cultura, esporte, lazer ou saúde, foram criadas variáveis *proxy* que refletissem essas dimensões: cultura, esporte e lazer passaram a ser refletidas pela alocação do tempo do indivíduo e sua vulnerabilidade associada àqueles que não estudam, não trabalham, não procuram emprego e não são aposentados; saúde passou a ser captada pela qualidade da infraestrutura domiciliar e mortalidade.

Os 20 indicadores selecionados consideraram a vulnerabilidade em diferentes aspectos de uma família. Na dimensão de educação consideramos como características de vulnerabilidade o fato de crianças e adolescentes em idade escolar fora da escola, a não conclusão do ensino básico dos adultos e o analfabetismo a partir de 8 anos de idade. Os limites de idade seguiram as recomendações do Ministério da Educação para a frequência na idade correta de cada nível de ensino e idade meta para alfabetização das crianças (8 anos). A educação infantil, apesar de não ser obrigatória, foi considerada nesta dimensão por fazer parte do projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) a universalização da pré-escola (crianças de 4 e 5 anos) e o atendimento de 50% das crianças de até 3 anos.

Na dimensão de empregabilidade, alocação do tempo e renda a vulnerabilidade foi associada à falta de emprego entre as pessoas que buscaram trabalho, à renda *per capita* baixa (abaixo de meio salário mínimo), ao trabalho infantil, à alocação do tempo e ao subemprego. O subemprego foi considerado como uma situação iminente de custos para as famílias: apesar de estarem trabalhando, as pessoas subempregadas estão expostas ao risco de perderem sua fonte de renda de forma drástica por não estarem associadas à Previdência ou regulamentadas. Já a alocação do tempo, por não ser investigada diretamente pelo questionário do Censo Demográfico, foi estimada por meio do indicador “não estuda, não trabalha, não procura emprego e não é aposentado”. Esse indicador capta as pessoas que possuem uma idade mínima para trabalhar ou estudar e não estão realizando nenhuma dessas atividades.

A dimensão de infraestrutura familiar foi criada com indicadores *proxy* de saúde. Como não há no questionário do Censo Demográfico perguntas sobre a situação individual da saúde das pessoas, consideramos a infraestrutura do domicílio como um indicador mínimo de saúde.

Por fim, a dimensão de composição familiar e mortalidade considerou a estrutura familiar e os aspectos de saúde ligados à mortalidade. Consideramos a mortalidade infantil e de pessoa em idade ativa e fecundidade precoce como *proxy* de saúde porque, em geral, estão associadas à mortes violentas, acidentes e baixo desenvolvimento, indicadores inclusive já adotados por outros índices. Já a estrutura familiar com mais dependentes que pessoas em idade ativa e famílias monoparentais foram considerados para atender aos apontamentos feitos pelas políticas estaduais sobre chefes de família sem cônjuge.

Tabela 3.2: Construção de indicadores de vulnerabilidade social

Dimensão da matriz empírica	Dimensão do índice	Indicador	Descrição	Peso
Educação	Educação	Analfabetismo	Não sabe ler ou escrever um bilhete simples	Total de pessoas com mais de 8 anos de idade ¹ analfabetas
		Não frequência à creche ou pré-escola	Não frequenta creche, pré-escola nem outro grau superior a este	Total de pessoas de 0 a 5 anos fora da creche ou pré-escola
		Não frequenta o ensino fundamental	Não frequenta ensino fundamental nem outro grau superior a este	Total de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam o fundamental
		Não frequência ao ensino médio	Não frequenta o ensino médio nem outro grau superior a este	Total de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentam o médio
		Ensino médio incompleto	Não concluiu o ensino médio (regular ou supletivo)	Total de pessoas de 18 anos e mais que não concluiu o ensino médio
Emprego	Empregabilidade, alocação do tempo e renda	Desemprego	Pessoas que não trabalharam, mas procuraram emprego	Total de pessoas de 15 a 64 anos desempregadas
		Subemprego	Ocupação principal sem remuneração, empregados sem carteira assinada ou contrapropria não contribuintes da Previdência, dentre ocupados	Total de pessoas de 15 a 64 anos subempregadas
		Trabalho infantil	Ocupados de 10 a 14 anos	Total de pessoas de 10 a 14 anos ocupadas
Cultura, esporte e lazer	Empregabilidade, alocação do tempo e renda	Não estuda, não trabalha, não procura emprego e não é aposentado	Não estuda, não trabalha, não procura emprego e não é aposentado/ pensionista	Total de pessoas de 15 anos e mais que nem trabalham, nem estudam, nem procuram emprego e nem são aposentados ou pensionistas
Renda		Renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza	Renda per capita inferior a meio salário mínimo	Total de moradores
Saúde	Infraestrutura domiciliar	Material de construção não permanente	Material de revestimento das paredes não é de alvenaria ou madeira apropriada para construção	Total de moradores
		Acesso inadequado à água	Água não ligada à rede geral de distribuição	Total de moradores
		Acesso inadequado à coleta de lixo	Coleta de lixo não realizada (direta ou em caçambas)	Total de moradores
		Acesso inadequado à energia elétrica	Energia não é de companhia distribuidora com relógio	Total de moradores
		Esgotamento inadequado	Escoadouro sanitário não é feito por rede geral ou fossa séptica ou não possui banheiro de uso exclusivo	Total de moradores
Composição familiar	Composição familiar e mortalidade	Morte de pessoa em idade ativa	Alguma pessoa em idade ativa faleceu	Total de pessoas de 15 a 64 anos falecidas
		Morte de crianças	Alguma criança faleceu no último ano	Total de pessoas de 0 a 5 anos
		Famílias monoparentais	Pessoa vive com filho e não possui cônjuge	Total de moradores
		Fecundidade precoce	Criança ou adolescente de 10 a 17 anos que teve filho nascido vivo no último ano	Total de pessoas de 10 a 17 anos
		Número de dependentes superior a quantidade de pessoas em idade ativa	Somatório de pessoas de 0 a 14 anos e 65 anos ou mais ou deficientes dividido pelo total de pessoas de 15 a 64 anos	Todos os moradores

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Idade adequada de acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (MEC, 2012)

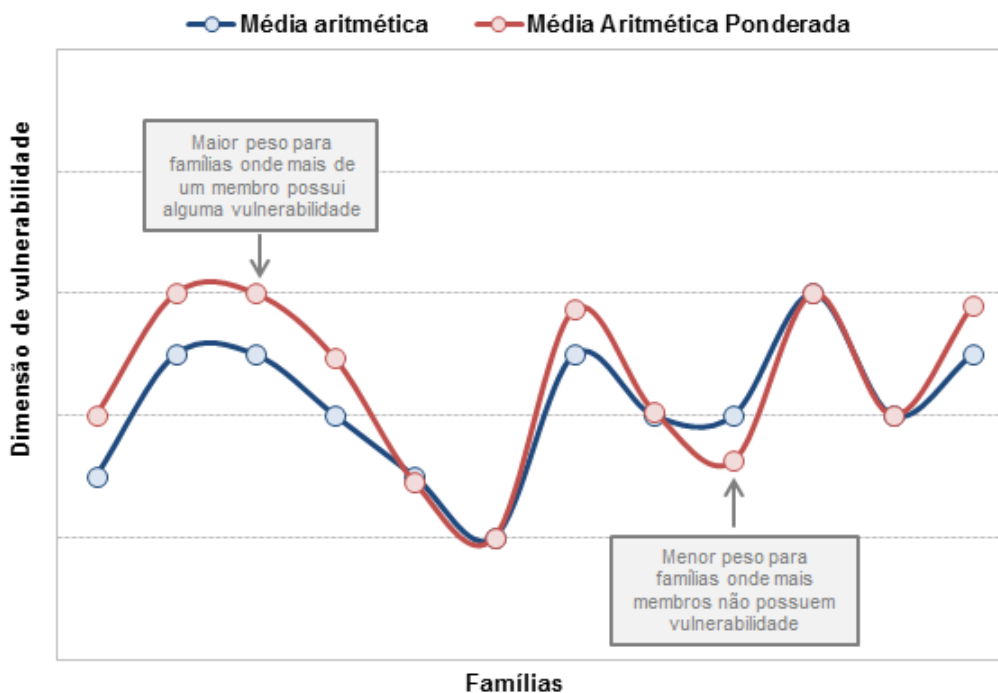
Um aspecto que diferencia o IVES dos demais índices analisados no capítulo anterior é a sua forma de agregação dos indicadores. Percebeu-se ao longo da pesquisa que a vulnerabilidade não estava associada a uma característica pessoal ou demográfica do indivíduo pertencente a cada família. Sendo assim, famílias que possuem crianças não são necessariamente vulneráveis. Mas, a presença de crianças pode agravar a situação de vulnerabilidade social de uma família. Os indicadores foram desenhados para identificarem aspectos da vulnerabilidade das famílias ponderados pela quantidade de pessoas que contribuem para essa característica.

Para a agregação dos dados optou-se pela média aritmética dos indicadores, seguindo o modelo utilizado nos índices nacionais, mas adaptado para dois níveis. Dentro de cada dimensão consideraremos a média aritmética ponderada dos indicadores, de forma que as famílias em que há maior número de membros com uma característica de vulnerabilidade recebem valores mais altos de vulnerabilidade e famílias com maior número de membros sem vulnerabilidade recebam menores valores do índice.

O gráfico abaixo apresenta as diferenças de estimativas entre uma média aritmética simples e ponderada. Cada ponto alinhado azul e vermelho representa uma mesma família, com as mesmas características, diferindo apenas a forma de cálculo da dimensão de vulnerabilidade.

Nota-se que a curva vermelha (média aritmética ponderada) apresenta picos e vales mais acentuados. Os picos da média aritmética ponderada dão peso maior às famílias em que mais de um membro possui certa vulnerabilidade. Os vales da média aritmética ponderada reduzem a vulnerabilidade se a família possui mais de um membro sem características de vulnerabilidade.

Gráfico 3.1 - Metodologias de cálculo do índice de vulnerabilidade: média aritmética simples e ponderada



Fonte: Elaboração própria.

Assim, o cálculo de cada dimensão é dado por:

$$D_i = \frac{\sum_{j=1}^5 ind_{ij} p_{ij}}{\sum_{j=1}^5 p_{ij}}$$

Onde, D representa a i-ésima dimensão analisada, ind o j-ésimo indicador da i-ésima dimensão analisada e p seu respectivo peso.

Já entre as dimensões, não há hierarquia definida entre elas, seguindo um sistema neutro de pesos, assim como é feito no IDF e nos demais índices apresentados.

$$IVES = \frac{\sum_{i=1}^4 D_i}{4}$$

Para orientar a análise de resultados, foram criadas escalas de análise da vulnerabilidade (sem vulnerabilidade, vulnerabilidade baixa, vulnerabilidade média, vulnerabilidade alta e vulnerabilidade muito alta).

Como não se sabe de antemão qual o limite que cada escala deve ter, foi elaborado um processo de *clustering* dos dados. Com base no valor do IVES calculado para cada família separamos 3 grupamentos de forma que dentro de cada grupo as famílias eram mais semelhantes possível e entre os grupos as famílias eram o mais distintas entre si. Com base no método *k-means* os dados são separados em k grupamentos mutuamente excludentes. Em cada grupamento, são definidos elementos centrais (centroides) de forma que os centroides de cada grupamento sejam os mais distantes possíveis e a distribuição de dados de cada grupamento seja mais próxima do centroide quanto possível.

Com o auxílio do programa estatístico Stata, foi criado o *looping* de combinações variadas de grupos em torno dos centroides de forma a minimizar o somatório das distâncias entre as observações de cada grupo, onde c representa o centroide do grupo:

$$\rightarrow \min \sum_{i=1}^j |IVES_i - c_i|^2$$

Após a identificação dos grupos, calculamos o valor médio de cada grupamento, considerando estes como os pontos de corte entre as escalas do IVES.

Tabela 3.3 - Escala do Índice de Vulnerabilidade do Espírito Santo

Escala	Valores
Ausência de vulnerabilidade	0
Vulnerabilidade baixa	Acima de 0 até 0,236
Vulnerabilidade média	Acima de 0,236 a 0,441
Vulnerabilidade alta	Acima de 0,441 a 0,647
Vulnerabilidade muito alta	Acima de 0,647

Fonte: Elaboração própria.

SEÇÃO 3.1 – ANÁLISE DESCRITIVA DOS INDICADORES SELECIONADOS PARA O IVES

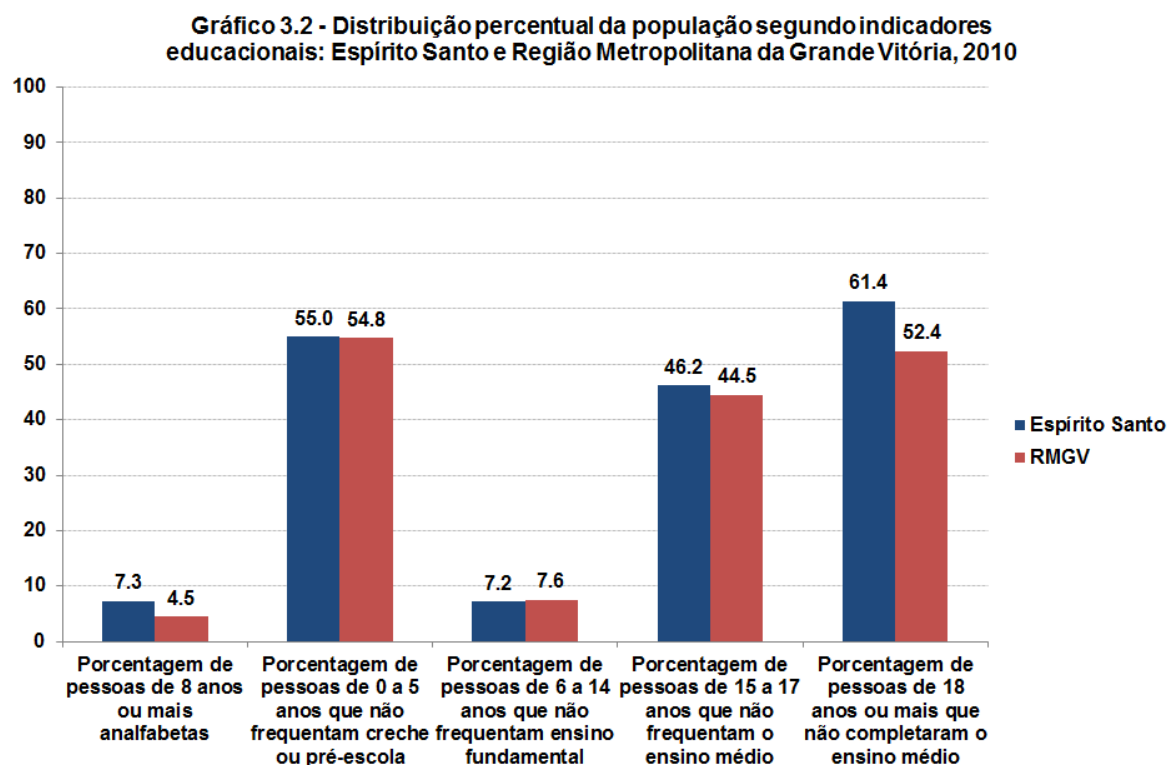
Nesta seção apresentaremos os resultados descritivos dos indicadores que compõem o Índice de Vulnerabilidade do Espírito Santo. O objetivo é entender o comportamento individual de cada indicador para, posteriormente, analisarmos como é seu comportamento conjunto dentro do índice de vulnerabilidade. Todos os indicadores foram construídos para a população residente em domicílios particulares permanentes.

Em termos gerais, os indicadores socioeconômicos apresentam um padrão: os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, conjuntamente, apresentam os melhores resultados, sendo o município de Vitória o que mais se destaca. Essa heterogeneidade entre os municípios reforça a ideia de regionalização dos estudos para melhoria da focalização das ações. Os valores totais da população e os resultados completos por município encontram-se no Anexo 1.

Dentro da dimensão de educação, a porcentagem de analfabetos com 8 anos ou mais é baixa (7,3% da população do estado, 226.327 pessoas). O acesso ao ensino fundamental na idade adequada é grande, tendo em vista que apenas 7,2% (36.998) das crianças não estão matriculadas neste nível de ensino. Por outro lado, mais da metade da população adulta (61,4%, 1.538.309 pessoas) não possui ensino médio completo, 46,4% (83.793) dos

adolescentes não frequentam o ensino médio – em atraso ou não frequentando escola – e 55% (162.219) das crianças de até 5 anos não frequentam creche ou pré-escola.

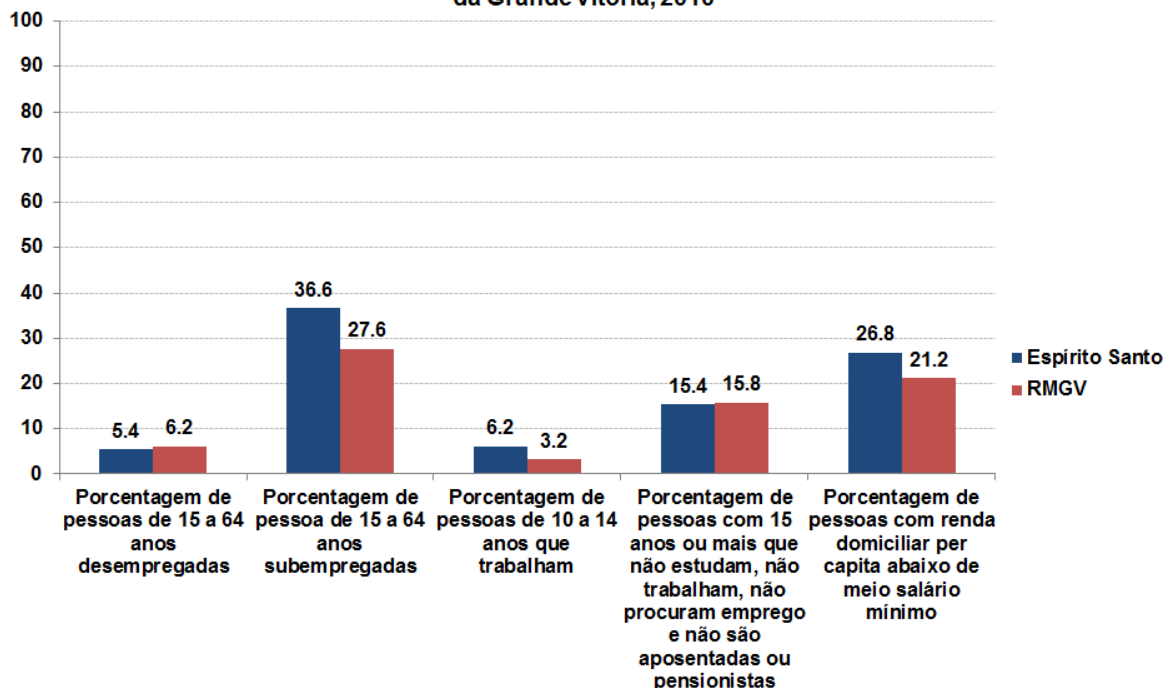
Os problemas estão mais associados ao acesso à educação infantil e à conclusão da educação básica dos adultos.



Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Na dimensão de empregabilidade, alocação do tempo e renda, vemos que as porcentagens de desempregados e de trabalho infantil são baixas (5,4% e 6,2%, 132.687 e 18.572 pessoas respectivamente). Mas, dentre os ocupados, mais de um terço encontra-se em situação de subemprego (empregados sem carteira assinada, sem remuneração ou conta-própria não contribuintes da Previdência). Cerca de um quarto da população possui renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo e 15,4% (414.123) das pessoas de 15 anos ou mais não realizam nenhuma atividade produtiva ou de estudo (não estudam, não trabalham, não procuram emprego e não são aposentados ou pensionistas).

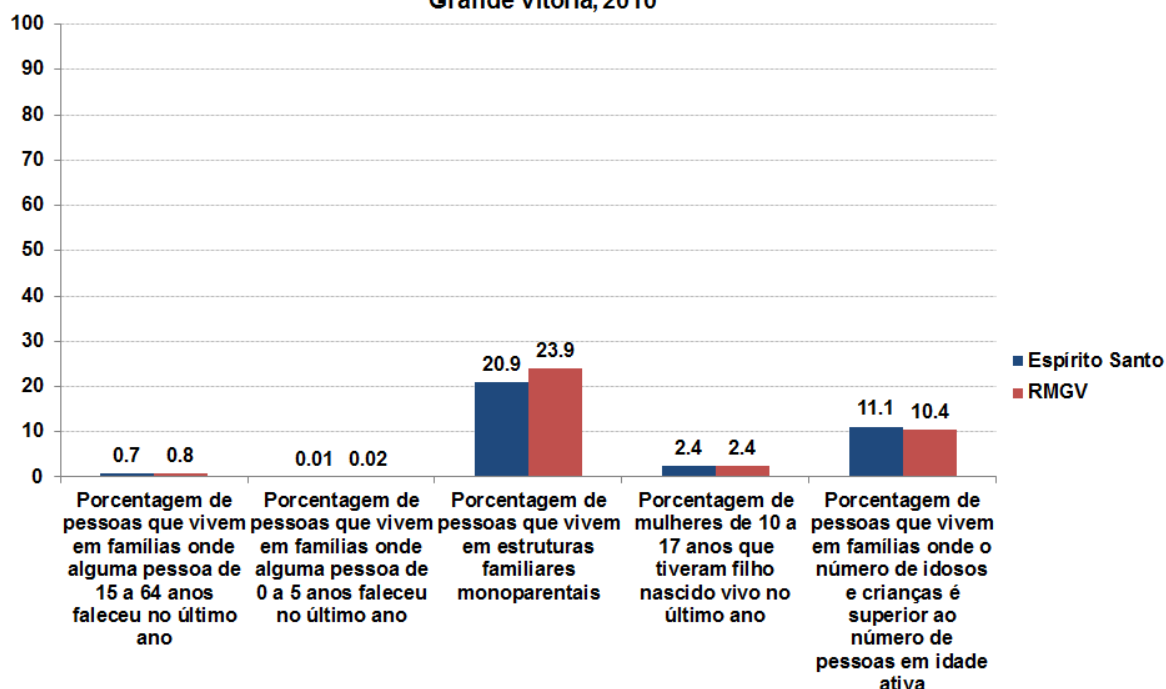
Gráfico 3.3 - Distribuição percentual da população segundo indicadores de empregabilidade, alocação do tempo e renda: Espírito Santo e Região Metropolitana da Grande Vitória, 2010



Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Dentre os indicadores da dimensão de composição familiar e mortalidade, menos de 1% da população capixaba vive em domicílio com mortalidade de pessoa em idade ativa ou criança de até 5 anos de idade (25.695 e 475 pessoas). Um quinto da população (567.429) vivem em estruturas familiares monoparentais. Cerca de 6 mil jovens meninas tiveram filhos nascidos vivos (2,4%) e 11,1% (389.121) das pessoas vivem em famílias com número de crianças e idosos superior ao número de pessoas em idade ativa.

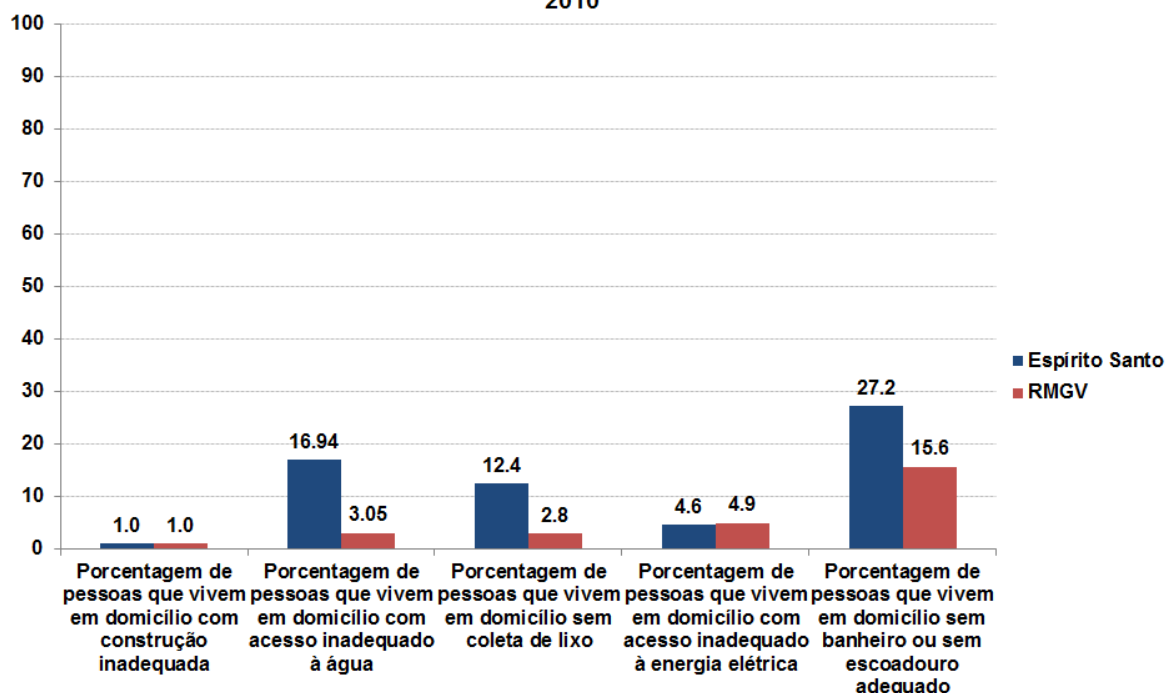
Gráfico 3.4 - Distribuição percentual da população segundo indicadores de composição familiar e mortalidade: Espírito Santo e Região Metropolitana da Grande Vitória, 2010



Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Em relação à dimensão de infraestrutura domiciliar, apesar de a adequabilidade da construção dos domicílios e o acesso à energia elétrica serem altos, o acesso a serviços básicos como água, coleta de lixo e captação de esgoto ainda apresentam problemas, principalmente no interior do estado: 16,9% (592.294) da população não possuem acesso à água ligada à rede geral, 12,4% (433.717) não possuem coleta de lixo (direta ou em caçamba) e 27,2% (950.758) não possuem banheiro ou o escoadouro não é ligado à rede geral ou fossa séptica.

Gráfico 3.5 - Distribuição percentual da população segundo indicadores de infraestrutura domiciliar: Espírito Santo e Região Metropolitana da Grande Vitória, 2010



Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Individualmente esses indicadores apresentam características isoladas da vulnerabilidade social, como apontado nos indicadores calculados nos estudos feitos pelo IJSN. Na seção seguinte veremos como esses indicadores interagem em conjunto e como as famílias se distribuem no Espírito Santo em função da sua vulnerabilidade social.

SEÇÃO 3.2 – RESULTADOS DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

O Índice de Vulnerabilidade do Espírito Santo (IVES) varia em uma escala de 0 a 1, onde 0 representa a ausência de vulnerabilidade e 1 representa a vulnerabilidade máxima que pode ser atingida por uma família. Cada dimensão pode ser individualmente analisada e possui variabilidade entre 0 e 1 nas mesmas condições do IVES.

O IVES considera como base de informações todas as pessoas residentes em domicílios particulares permanentes (desconsiderando domicílios coletivos), pois o questionário do Censo Demográfico só capta as informações de infraestrutura desses domicílios.

A vulnerabilidade social atinge 84,2% das famílias capixabas (mais de 900 mil famílias). Em seus níveis mais elevados (vulnerabilidade alta e muito alta, índices acima de 0,441) essa porcentagem chega a 26,7%. A vulnerabilidade média estadual encontra-se na categoria média, sendo a melhor dimensão a de infraestrutura domiciliar (vulnerabilidade baixa: 0,119) e a pior dimensão a de empregabilidade, alocação do tempo e renda (vulnerabilidade alta: 0,676).

Comparando os resultados do estado com os resultados da Região Metropolitana da Grande Vitória, vemos que nem sempre esta região apresenta melhores resultados que o estado: a dimensão de composição familiar e mortalidade da RMGV é 7% superior à média do estado (0,277 ante 0,258).⁴

⁴ O Anexo 2 possui tabulações auxiliares para os principais resultados.

Tabela 3.4 - Índice de Vulnerabilidade do Espírito Santo: Dimensões e distribuição da população por escala, 2010

Unidade territorial	Índice de Vulnerabilidade do Espírito Santo (IVES)	Dimensões do IVES				Distribuição da população por escala de vulnerabilidade (%)				
		Educação	Empregabilidade, alocação do tempo e renda	Infraestrutura domiciliar	Composição familiar e mortalidade	Sem vulnerabilidade	Baixa	Média	Alta	Muito alta
Espírito Santo	0.308	0.178	0.676	0.119	0.258	15.8	8.0	49.6	21.0	5.7
Região Metropolitana da Grande Vitória	0.281	0.159	0.638	0.052	0.277	20.1	6.1	50.0	19.4	4.3
Afonso Cláudio	0.367	0.215	0.740	0.275	0.239	8.3	10.7	46.7	25.6	8.7
Água Branca	0.408	0.217	0.790	0.399	0.227	5.7	8.9	44.0	28.4	13.1
Água Doce do Norte	0.398	0.276	0.784	0.297	0.235	3.7	12.1	44.6	27.8	11.8
Alegre	0.327	0.196	0.675	0.177	0.258	13.4	9.4	46.8	24.0	6.4
Alfredo Chaves	0.310	0.143	0.710	0.189	0.200	9.9	12.8	55.5	19.0	2.8
Alto Rio Novo	0.371	0.228	0.777	0.251	0.226	5.8	10.8	50.4	23.9	9.1
Anchieta	0.308	0.154	0.711	0.146	0.220	11.2	11.8	54.3	17.9	4.8
Apiacá	0.344	0.223	0.721	0.178	0.255	12.0	8.1	45.9	25.9	8.0
Aracruz	0.301	0.183	0.698	0.083	0.241	15.3	7.1	53.2	19.4	5.0
Atilio Vivacqua	0.320	0.181	0.701	0.137	0.263	14.1	9.0	51.0	19.6	6.4
Baixo Guandu	0.322	0.198	0.706	0.129	0.255	13.0	9.5	49.7	22.4	5.4
Barra de São Francisco	0.359	0.238	0.738	0.216	0.246	8.3	11.5	47.0	24.8	8.4
Boa Esperança	0.358	0.234	0.736	0.217	0.245	8.5	11.5	46.9	24.9	8.3
Bom Jesus do Norte	0.301	0.171	0.648	0.075	0.310	16.0	8.3	48.8	23.7	3.2
Brejetuba	0.414	0.270	0.843	0.372	0.168	3.1	8.6	47.0	30.2	11.2
Cachoeiro de Itapemirim	0.273	0.151	0.655	0.045	0.244	20.7	5.7	51.7	18.5	3.4
Cariacica	0.307	0.191	0.675	0.073	0.287	15.4	7.6	51.2	20.2	5.7
Castelo	0.301	0.166	0.659	0.170	0.211	16.4	9.9	49.3	19.3	5.1
Colatina	0.272	0.154	0.591	0.078	0.265	19.9	9.5	49.1	18.1	3.4
Conceição da Barra	0.375	0.239	0.778	0.224	0.262	5.2	11.7	49.1	22.8	11.1
Conceição do Castelo	0.359	0.197	0.733	0.272	0.233	8.4	11.2	48.4	23.7	8.3
Divino de São Lourenço	0.397	0.255	0.769	0.352	0.213	6.8	10.8	41.6	28.2	12.7
Domingos Martins	0.358	0.180	0.749	0.299	0.205	7.8	11.1	49.5	24.5	7.1
Dores do Rio Preto	0.355	0.240	0.767	0.224	0.191	8.4	9.4	52.6	22.1	7.6
Ecoporanga	0.382	0.232	0.775	0.259	0.260	5.6	10.5	46.4	29.0	8.6
Fundão	0.329	0.184	0.674	0.209	0.249	8.1	16.0	48.4	19.7	7.7
Governador Lindenberg	0.389	0.181	0.809	0.345	0.222	4.8	8.7	50.6	25.5	10.5
Guaçuí	0.332	0.188	0.722	0.139	0.276	14.2	7.3	47.5	22.6	8.4
Guarapari	0.311	0.176	0.686	0.111	0.270	14.5	9.1	49.4	20.5	6.4
Ibatiba	0.373	0.238	0.777	0.257	0.219	4.7	11.6	51.0	23.1	9.5
Ibiraçu	0.313	0.180	0.699	0.098	0.277	13.3	9.3	51.0	20.8	5.7
Ibitirama	0.441	0.281	0.856	0.366	0.260	4.1	6.0	36.7	38.8	14.5
Iconha	0.302	0.131	0.690	0.208	0.179	10.9	13.8	53.2	17.1	5.1

Continua>

Unidade territorial	Índice de Vulnerabilidade do Espírito Santo (IVES)	Dimensões do IVES				Distribuição da população por escala de vulnerabilidade (%)				
		Educação	Empregabilidade, alocação do tempo e renda	Infraestrutura domiciliar	Composição familiar e mortalidade	Sem vulnerabilidade	Baixa	Média	Alta	Muito alta
Irupi	0.407	0.250	0.804	0.375	0.199	5.2	9.3	41.9	32.7	10.9
Itaguaçu	0.333	0.185	0.687	0.243	0.218	9.3	14.6	48.4	21.1	6.6
Itapemirim	0.365	0.212	0.767	0.235	0.244	3.5	13.7	53.9	20.5	8.4
Itarana	0.347	0.164	0.748	0.240	0.235	8.7	10.7	51.8	22.2	6.6
Iúna	0.365	0.227	0.784	0.223	0.226	8.1	8.3	50.2	25.3	8.2
Jaguaré	0.371	0.226	0.804	0.210	0.246	7.7	7.5	51.9	23.3	9.6
Jerônimo Monteiro	0.328	0.197	0.707	0.145	0.263	14.4	8.4	45.6	25.4	6.2
João Neiva	0.290	0.169	0.658	0.082	0.252	16.7	6.4	53.9	18.9	4.0
Laranja da Terra	0.370	0.176	0.784	0.341	0.178	6.3	11.0	51.2	23.5	8.1
Linhares	0.310	0.199	0.656	0.129	0.256	16.4	9.2	46.7	20.5	7.1
Mantenópolis	0.389	0.249	0.808	0.244	0.255	5.4	9.1	45.1	30.7	9.7
Marataízes	0.347	0.195	0.796	0.156	0.243	8.5	7.6	50.6	27.6	5.7
Marechal Floriano	0.330	0.180	0.670	0.267	0.201	5.1	21.0	49.3	18.4	6.1
Marilândia	0.328	0.170	0.711	0.227	0.202	11.9	10.3	50.4	21.3	6.1
Mimoso do Sul	0.356	0.200	0.738	0.259	0.227	10.1	9.0	46.9	26.1	8.0
Montanha	0.363	0.247	0.779	0.156	0.271	7.4	9.0	48.9	26.8	8.0
Mucurici	0.370	0.220	0.762	0.232	0.268	7.1	11.4	46.9	25.5	9.2
Muniz Freire	0.375	0.214	0.765	0.302	0.217	6.2	11.9	49.1	21.9	10.9
Muqui	0.342	0.185	0.711	0.223	0.249	9.5	11.0	46.0	28.2	5.4
Nova Venécia	0.338	0.205	0.703	0.198	0.248	11.9	9.6	47.3	23.7	7.5
Pancas	0.399	0.230	0.798	0.327	0.242	5.5	8.3	45.1	29.2	11.9
Pedro Canário	0.366	0.270	0.779	0.151	0.263	6.3	10.5	51.1	23.6	8.5
Pinheiros	0.359	0.227	0.768	0.145	0.298	8.2	6.8	51.4	26.5	7.1
Piúma	0.312	0.168	0.747	0.090	0.242	12.4	7.7	55.3	19.1	5.5
Ponto Belo	0.362	0.279	0.759	0.145	0.264	7.1	9.5	50.2	26.0	7.2
Presidente Kennedy	0.383	0.246	0.747	0.284	0.255	5.2	13.1	47.2	22.2	12.4
Rio Bananal	0.386	0.203	0.797	0.366	0.177	6.1	8.0	48.0	29.0	8.8
Rio Novo do Sul	0.329	0.153	0.735	0.212	0.217	7.7	12.3	55.4	19.2	5.4
Santa Leopoldina	0.404	0.203	0.791	0.411	0.212	1.9	12.8	47.2	26.8	11.3
Santa Maria de Jetibá	0.378	0.224	0.762	0.345	0.183	4.9	13.2	46.8	24.9	10.1
Santa Teresa	0.320	0.167	0.682	0.204	0.229	10.2	13.5	52.1	18.3	5.9
São Domingos do Norte	0.386	0.205	0.761	0.329	0.249	5.8	11.0	47.0	21.8	14.5
São Gabriel da Palha	0.315	0.198	0.653	0.171	0.236	13.5	12.7	46.5	21.1	6.2
São José do Calçado	0.312	0.177	0.658	0.152	0.263	14.8	11.5	45.3	21.8	6.5
São Mateus	0.340	0.208	0.719	0.167	0.266	10.7	9.8	48.3	23.1	8.1
São Roque do Canaã	0.326	0.152	0.672	0.282	0.198	8.3	16.7	48.1	21.2	5.6
Serra	0.294	0.186	0.669	0.048	0.272	17.2	6.7	51.7	19.5	4.8
Sooretama	0.367	0.265	0.732	0.235	0.236	6.6	14.2	45.1	22.4	11.7
Vargem Alta	0.376	0.221	0.721	0.336	0.224	2.9	19.5	44.5	21.4	11.7
Venda Nova do Imigrante	0.293	0.154	0.688	0.135	0.196	13.7	11.3	53.2	18.7	3.1
Viana	0.327	0.194	0.723	0.116	0.274	11.6	8.5	51.8	21.8	6.3
Vila Pavão	0.370	0.201	0.740	0.369	0.169	5.7	12.6	49.9	23.6	8.2
Vila Valério	0.403	0.220	0.803	0.400	0.187	3.5	9.9	47.1	28.1	11.4
Vila Velha	0.269	0.143	0.621	0.040	0.271	22.1	5.5	49.5	19.2	3.7
Vitória	0.238	0.101	0.552	0.013	0.285	29.3	2.9	47.5	18.2	2.1

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

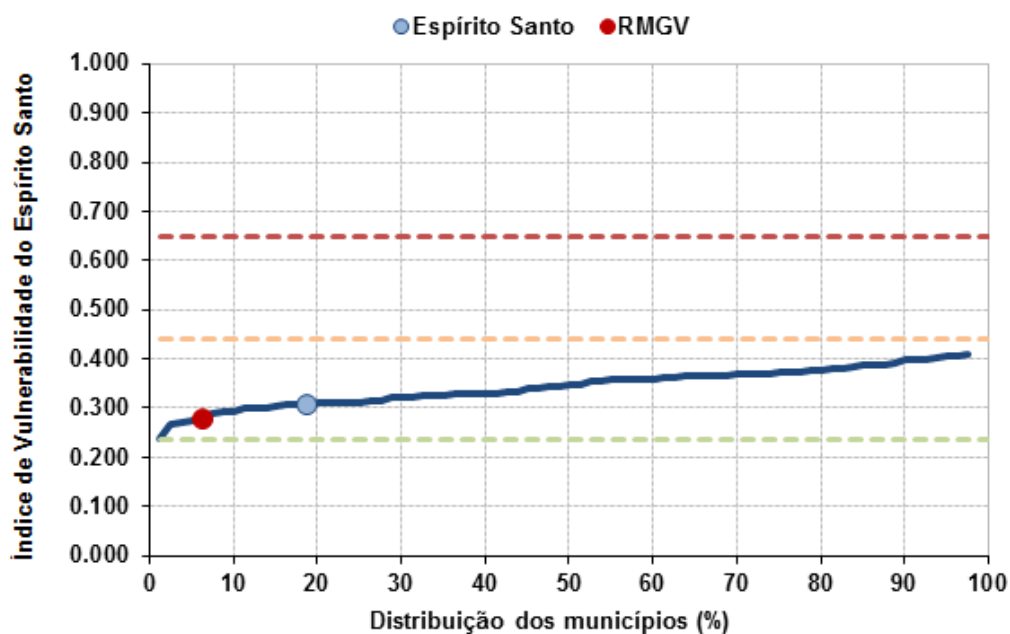
Entre os municípios vemos que a vulnerabilidade se distribui de forma desigual no estado. O município mais vulnerável é Ibitirama (IVES 0,441), onde 95,9% das famílias estão expostas a algum nível de vulnerabilidade (sendo 53,2% com vulnerabilidade alta ou muito alta) e o menos vulnerável é a capital, Vitória, (IVES 0,238), onde 70,7% das famílias estão expostas a algum nível de vulnerabilidade (sendo 20,3% com vulnerabilidade alta ou muito alta).

Ibitirama e Vitória aparecem, ainda, como pior e melhor desempenho, respectivamente, nas dimensões de educação e empregabilidade, alocação do tempo e renda. Na dimensão de infraestrutura domiciliar, Santa Leopoldina (0,411) aparece como pior município e Vitória ainda como melhor (0,013). A capital só perde a posição de melhor município segundo vulnerabilidade social na dimensão de composição familiar e mortalidade, onde Brejetuba aparece como melhor município (0,168) e Bom Jesus do Norte (0,310) como pior município.

Os gráficos de distribuição dos municípios (Parada de Pen) segundo o IVES e as dimensões de vulnerabilidade nos dão uma dimensão conjunta da vulnerabilidade no Espírito Santo. No eixo das abcissas está a distribuição percentual dos municípios e nas ordenadas o valor do índice e das dimensões. O ponto vermelho apresenta a situação da RMGV e o ponto azul a média do estado. As linhas tracejadas verde, laranja e vermelha apresentam as limítrofes entre as escalas do indicador: abaixo da verde, vulnerabilidade baixa; entre a verde e a laranja, vulnerabilidade média, entre a laranja e a vermelha, vulnerabilidade alta e acima da vermelha vulnerabilidade muito alta.

Analisando o gráfico de distribuição dos municípios segundo o IVES, vemos que o Espírito Santo possui uma vulnerabilidade média, onde a RMGV apresenta melhores resultados que a média do estado.

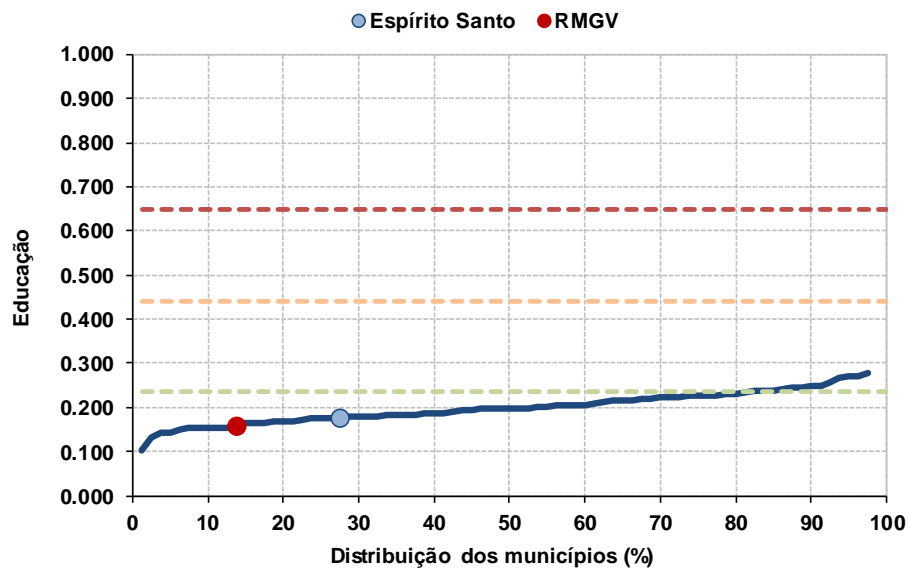
Gráfico 3.6 - Distribuição percentual dos municípios segundo Índice de Vulnerabilidade do Espírito Santo: Espírito Santo, 2010



Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

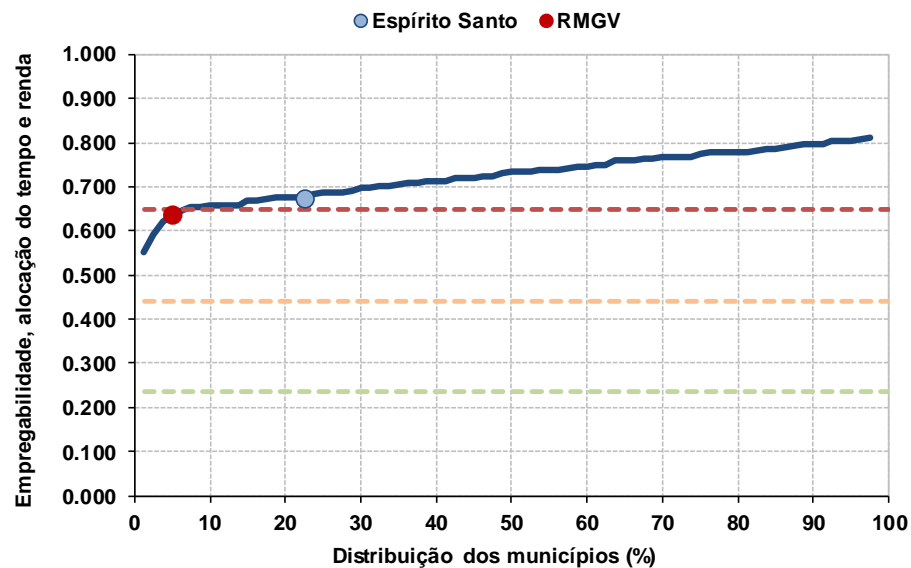
Analisando os gráficos de distribuição dos municípios segundo as dimensões do IVES a diferença da vulnerabilidade fica mais acentuada. Enquanto na dimensão de educação 80% dos municípios capixabas possuem vulnerabilidade baixa, na dimensão de empregabilidade, alocação do tempo e renda 90% dos municípios possuem vulnerabilidade muito alta.

Gráfico 3.7 - Distribuição percentual dos municípios segundo dimensão de Educação: Espírito Santo, 2010



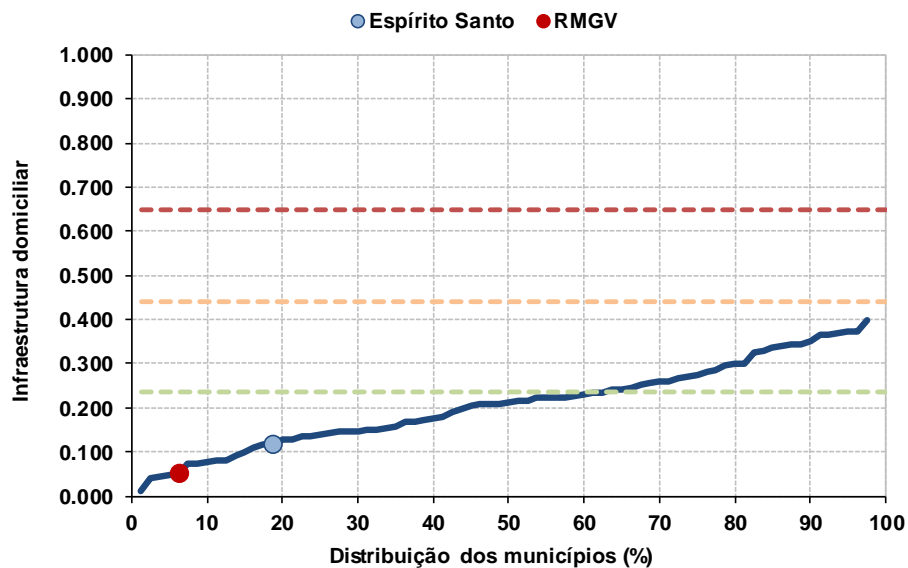
Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Gráfico 3.8 - Distribuição percentual dos municípios segundo dimensão de Empregabilidade, alocação do tempo e renda: Espírito Santo, 2010



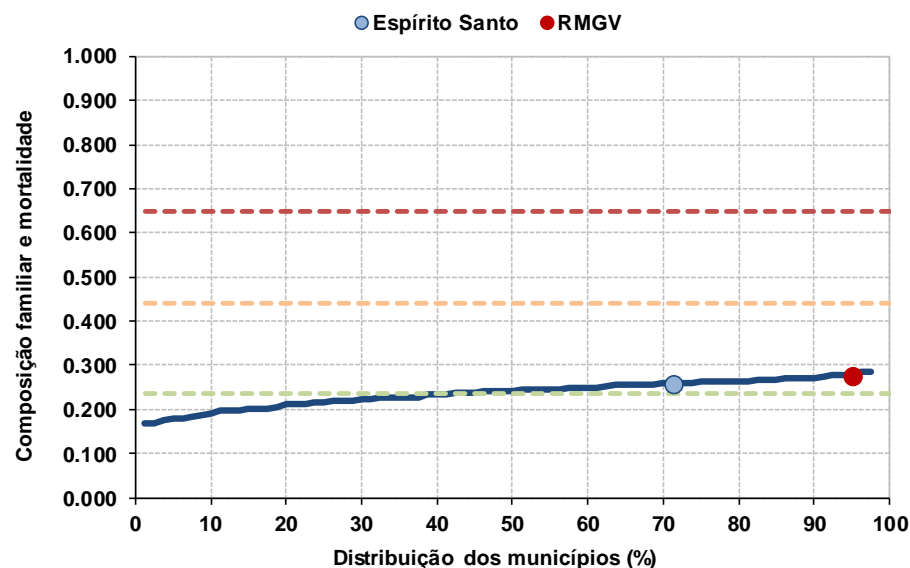
Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Gráfico 3.9 - Distribuição percentual dos municípios segundo dimensão de Infraestrutura domiciliar: Espírito Santo, 2010



Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Gráfico 3.10 - Distribuição percentual dos municípios segundo dimensão de Composição familiar e mortalidade: Espírito Santo, 2010



Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Em termos populacionais, cerca de 400 mil capixabas não possuem vulnerabilidade (IVES igual a zero), os demais 3,1 milhões possuem algum tipo de vulnerabilidade. O ponto positivo é que os graus mais altos atingem um menor contingente populacional (1,1 milhão de habitantes encontram-se em vulnerabilidade alta ou muito alta) e que a distribuição dessa população mais vulnerável é relativamente concentrada na RMGV (43% da população com alta ou muito alta vulnerabilidade).

No estado, a dimensão de empregabilidade merece maior atenção, que se destacou principalmente nos indicadores de subemprego, insuficiência de renda e pessoas com 15 anos ou mais que não realizam nenhuma atividade de alocação do tempo. Essa dimensão reforçou que a análise individualizada dos indicadores não é suficiente para medir a vulnerabilidade das famílias. Se apenas o desemprego tivesse sido analisado como indicador de empregabilidade a realidade do Espírito Santo seria bem diferente. Apenas 5,4% da população capixaba desempregada é um bom indicador quantitativo frente a realidade nacional, mas ao analisarmos que mais de um terço dos ocupados estão subempregados traz mais qualidade para a análise dos dados quando tratamos de vulnerabilidade.

A dimensão de educação, necessita de atenção para o estoque populacional que não frequenta mais a escola. Adultos que não completaram o ensino básico e jovens de 15 a 17 anos que não frequentam escola devem ser foco das políticas, uma vez que encontram-se em idade ativa, para que isso não tenha consequências futuras sobre o emprego e a capacidade de geração de renda.

Na dimensão de composição familiar e mortalidade, as famílias monoparentais podem não ser um determinante individual da vulnerabilidade, podendo estar associada a uma nova estrutura familiar, uma mudança de padrão. Para aprofundar essa questão é necessário que os gestores investiguem até que ponto a ausência de um dos pais pode interferir na vida de crianças e adolescentes, acompanhando mais de perto esses casos. Outra questão que merece atenção é a relação de dependentes com a população em idade ativa, onde o indicador, futuramente, pode apresentar uma tendência de alta devido ao envelhecimento da população.

Por último, na dimensão de infraestrutura domiciliar, o acesso ao mínimo aos equipamentos básicos é realizado em todo estado, mas as atenções precisam se voltar para a adequabilidade do acesso. Por mais que a saúde não tenha sido contemplada diretamente pelo indicador, a ausência de banheiro, escoadouro adequado, energia elétrica ligada à rede geral, coleta de lixo direta e água canalizada ressaltam condições de precariedade da saúde da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi iniciada com questionamentos a respeito da vulnerabilidade social no Espírito Santo. Apesar de as políticas públicas estaduais adotarem medidas de combate à vulnerabilidade social, não havia direcionamentos sobre como identificar essa população. A política pública estava atuando sobre questões comumente associadas à vulnerabilidade social, mas nunca antes efetivamente diagnosticadas como tal.

Chegamos ao final da pesquisa com respostas para as perguntas iniciais e desafios para pesquisas futuras. O trabalho teve características bastante exploratórias, buscando referências teóricas para o tema, uma conceituação e mensuração da vulnerabilidade social, sendo um ponto inicial de um amplo espectro de pesquisa social.

A vulnerabilidade social foi considerada como uma situação na qual o conjunto de características de uma família gera custos imediatos – ou gerará custos futuros – a terceiros em virtude das características socioeconômicas de seus membros ou do ambiente em que vive. Ou seja, a vulnerabilidade não está associada a um indivíduo ou ao fato de ele ser criança, idoso, deficiente. A vulnerabilidade está associada ao ambiente socioeconômico da família, podendo ser agravada em situações que envolvam certos grupos populacionais como estes.

Vimos, ainda que a vulnerabilidade não é territorial, mas a espacialização dos indicadores dá aos gestores um elemento importante para direcionar a intervenção. Há municípios com famílias mais vulneráveis que outros. Associar à distribuição espacial das famílias vulneráveis diferentes graus de vulnerabilidade permite um direcionamento para a política pública.

O momento é propício para a adoção de um conceito formal de vulnerabilidade social e de identificação dessa população. O Espírito Santo se destaca no cenário nacional por ter indicadores socioeconômicos positivos, em geral acima da média nacional, há interesse da gestão pública na vulnerabilidade social e outros estados já caminham no sentido da mensuração da vulnerabilidade.

Uma observação importante a ser ressaltada é a convergência observada entre as pesquisas e os estudos já realizados sobre a vulnerabilidade social e sua associação com os resultados do Índice de Vulnerabilidade Social do Espírito Santo (IVES): o mercado de trabalho é um elemento importante para o combate da vulnerabilidade social.

Por último, o IVES foi construído com base em um levantamento empírico das políticas estaduais, das teorias e da realidade capixaba, priorizando as ações que já estão implementadas no Espírito Santo, como uma metodologia que não vai de encontro às ações já realizadas.

Os estudos do banco Mundial, OIT e MTE ressaltam bastante a importância do acesso ao trabalho com qualidade, de forma que as famílias e os indivíduos tenham melhores condições de sobrevivência. E, atrelado ao mercado de trabalho, a educação como investimento no capital humano dos trabalhadores.

A mensuração da vulnerabilidade social e a utilização de indicadores sintéticos pode ser um passo adiante na política pública estadual, por fornecer um caráter multidimensional ao diagnóstico das necessidades da população.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de. CARVALHO, Mirela de. FRANCO, Samuel (2003). O **Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Texto para Discussão. N. 986. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4568

BRASIL (1993) **Lei nº 8.742**. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

FURTADO, Bernardo Alves (2013). **Índice de Vulnerabilidade das Famílias (2000-2010): Resultados**. Texto para Discussão. N. 1835. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1835.pdf

GUADALUPE, Thiago de Carvalho (2011). **Juventude e Vulnerabilidade Social no Espírito Santo: Explorando Fatores Explicativos**. Instituto Jones dos Santos Neves. Texto para Discussão n.27. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=967:td-27-juventude-e-vulnerabilidade-social-no-espírito-santo-explorando-fatores-explicativos&catid=145:estudos-sociais&Itemid=206

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1995). **Lei nº 5.162**.

_____ (2006). **Plano de Desenvolvimento: Espírito Santo 2025**. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Espírito Santo, 2006. Disponível em: http://www.planejamento.es.gov.br/DEFAULT.ASP?ARQ=PLANO_2025

_____ (2011). **Planejamento Estratégico 2011-2014: Novos Caminhos**. Secretaria de Economia e Planejamento. Disponível em: http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/plano_estrateg2011_2014.pdf. Acesso: fevereiro, 2014.

_____ (2012). **Plano Plurianual 2012-2015**. Lei 9.781 de 03/01/2012. Disponível em: http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/ppa_20122015/documentos/anexo_ppa.pdf. Acesso: fevereiro, 2014.

_____ (2013a). **Novos Caminhos: Principais Realizações em 2012**. Secretaria de Economia e Planejamento. Disponível em: http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/Novos%20Caminhos_2012.pdf Acesso: fevereiro, 2014.

_____ (2013b). **Plano de Desenvolvimento ES 2030**. Secretaria de Economia e Planejamento. Disponível em: <file:///C:/Users/Laboratorio2013/Downloads/ES2030.pdf> Acesso: fevereiro, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2011). **Mapa de Vulnerabilidade da População do Estado do Rio de Janeiro aos Impactos das Mudanças Climáticas nas Áreas Social, Ambiente e Saúde**. Secretaria de Meio Ambiente. Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/364217/DLFE-0943.pdf/rel_vulbilidade.pdf

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/metodologia/default_metodologia.shtm.

KATZMAN, Rubén *et alii* (1999). **Vulnerabilidad, Activos y Exclusión Social en Argentina y Uruguay**. Equipo Tecnico Multidisciplinario para Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. V. 177. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Santiago. Disponível em: http://www.oit.org.pe/WDMS/bib/publ/doctrab/dt_107.pdf

KATZMAN, R (2000). **Notas Sobre la Medición de la Vulnerabilidad Social**. In: La medición de la pobreza: métodos y aplicaciones. P. 275-301. Org.: BID-Banco Mundial-CEPAL-IDEA, 5º Taller Regional, Santiago de Chile, 2000.

KOWARICK, Lúcio (2003). **Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil: Estados Unidos, França e Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 18. N. 51. P.61-190.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004) **Resolução nº145**. Plano Nacional de Assistência Social – PNAS.

_____ (2005) **Resolução nº130**. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.

MEC, Ministério da Educação (2012). **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>

MOSER, Caroline O. N. (1998). **The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies**. World Development. V. 26. N.1. P.1-19. Washington DC. Disponível em: <http://www.chs.ubc.ca/srilanka/PDFs/The%20asset%20vulnerability%20matrix.pdf>.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego (2007). **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario_2009_TEXTOV1.pdf

NAZARENO, Louise R. de. SOUZA JUNIOR, Palmiro C. de. IGNÁCIO, Sérgio A. (2012). **Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses**. Nota Técnica IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Disponível em: http://www.familia.pr.gov.br/arquivos/File/familia_paranaense/Indice_Vulnerabilidade_familias.pdf

PIZARRO, Roberto. (2001) **La Vulnerabilidad Social y Sus Desafíos: Una Mirada desde América Latina**. División de Estadística e Prospecções Económicas. Série 6. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Santiago, 2001. Disponível em: http://www.cepal.org/search/default.asp?idioma=ES&base=/tpl/top-bottom.xslt&as_sitesearch=www.eclac.cl/

SAMPAIO, Ana Paula Santos. (2009) **O Cadastro Único como Ferramenta de Gestão: Usos e Potencialidades**. Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Seminário para a Conferência Estadual de Assistência Social. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=3093:Conferencia_Estadual.pdf&catid=329:ijsn&Itemid=197

SAMPAIO, Ana Paula Santos. GUADALUPE, Thiago de Carvalho (2011). **Vulnerabilidade Social no Norte do Espírito Santo: Diagnóstico e Perspectivas**. Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Seminário para Arquidiocese de São Mateus. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=3463:arquidiocese_saomatheus.pdf&catid=329:ijsn&Itemid=197

SEPLAN, Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (2007). **Índice de Vulnerabilidade Social do Amazonas**. Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.ivs.am.gov.br/metodologia.php>

SEADE, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (2000). **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/projetos/ipvs/>

SEMAS, Secretaria de Assistência Social do Município de Vitória (2011). **Perfil de Vulnerabilidade Social do Município de Vitória**. Gerência de Gestão da Assistência Social. Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/asocial/publicacoes/Perfil_Vulnerabilidade_Social_Versao_Preliminar.pdf

SUBSUAS, Subcomissão Especial Destinada a Acompanhar E Discutir o Sistema Único de Assistência Social (2011). **Relatório Final**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/cssf/conheca-a-comissao/subcomissoes/relatorio-final-subsuas>. Acesso: março, 2014.

VIGNOLI (2000). **Vulnerabilidad Demográfica: Uma Faceta de las Desventajas Sociales**. Série Población y Desarrollo. N. 5. Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). Santiago. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/4971/lc11422e.pdf>

ANEXO 1 – INDICADORES SELECIONADOS PARA O IVES POR MUNICÍPIO

Distribuição percentual da população segundo indicadores educacionais: Espírito Santo, 2010

Unidade territorial	Porcentagem de pessoas de 8 anos ou mais analfabetas	Porcentagem de pessoas de 0 a 5 anos que não frequentam creche ou pré-escola	Porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam ensino fundamental	Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentam o ensino médio	Porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais que não completaram o ensino médio
Espírito Santo	7.3	55.0	7.2	46.2	61.4
Região Metropolitana da Grande Vitória	4.5	54.8	7.6	44.5	52.4
Afonso Cláudio	12.2	57.6	11.3	52.8	75.7
Água Branca	13.3	60.3	4.2	37.3	75.4
Água Doce do Norte	17.2	69.8	5.2	54.1	79.3
Alegre	11.9	49.4	6.1	47.6	63.7
Alfredo Chaves	6.4	44.5	7.4	39.2	74.4
Alto Rio Novo	14.6	56.0	7.8	38.9	80.1
Anchieta	6.7	35.0	5.0	53.4	63.0
Apiacá	12.9	69.5	4.4	56.9	72.3
Aracruz	6.7	50.2	5.3	39.5	58.6
Atilio Vivacqua	8.8	48.4	8.1	50.2	70.4
Baixo Guandu	10.7	51.2	5.3	40.6	70.0
Barra de São Francisco	13.5	66.6	8.1	49.1	72.4
Boa Esperança	13.7	58.4	6.8	41.4	73.8
Bom Jesus do Norte	7.9	39.6	4.2	43.7	59.3
Brejetuba	16.3	74.7	5.8	44.8	78.3
Cachoeiro de Itapemirim	5.5	45.6	7.3	43.3	62.2
Cariacica	5.6	65.2	9.8	49.4	65.5
Castelo	7.4	52.3	6.9	45.4	68.1
Colatina	7.3	49.5	6.7	38.2	64.5
Conceição da Barra	12.7	55.5	4.1	42.6	72.2
Conceição do Castelo	11.4	49.2	8.1	57.3	76.0
Divino de São Lourenço	13.7	81.8	4.6	54.2	83.6
Domingos Martins	9.4	56.6	10.2	58.0	80.7
Dores do Rio Preto	15.9	70.5	9.9	46.8	81.0
Ecoporanga	17.7	48.3	6.5	44.1	75.6
Fundão	8.2	54.2	7.9	45.8	68.3
Governador Lindenberg	10.3	54.7	5.4	37.3	76.7
Guaçuí	10.1	58.1	5.3	48.4	68.0
Guarapari	6.1	61.5	8.6	53.2	61.0
Ibatiba	15.0	66.9	8.1	62.5	82.5
Ibiraçu	6.9	55.7	6.0	49.9	70.0
Ibitirama	17.8	72.5	6.4	59.0	83.2
Iconha	6.0	43.3	4.0	36.1	67.0

Continua>

Unidade territorial	Porcentagem de pessoas de 8 anos ou mais analfabetas	Porcentagem de pessoas de 0 a 5 anos que não frequentam creche ou pré-escola	Porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam ensino fundamental	Porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentam o ensino médio	Porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais que não completaram o ensino médio
Irupi	15.8	69.6	9.8	55.9	81.0
Itaguaçu	12.5	59.2	6.6	32.3	72.3
Itapemirim	10.8	57.4	5.9	56.1	77.4
Itarana	8.6	68.4	6.0	42.9	76.1
Iúna	12.1	72.1	7.6	54.2	77.2
Jaguaré	11.9	48.0	7.6	52.7	74.9
Jerônimo Monteiro	11.5	59.4	5.2	54.0	70.4
João Neiva	6.3	50.7	6.4	43.0	59.6
Laranja da Terra	11.1	61.3	6.1	41.2	82.9
Linhares	8.5	50.3	7.0	52.5	63.7
Mantenópolis	17.0	63.5	10.4	52.1	79.7
Marataizes	9.5	51.0	6.9	56.1	71.5
Marechal Floriano	8.7	56.2	4.1	48.4	75.3
Marilândia	11.6	58.4	6.7	32.9	77.3
Mimoso do Sul	11.1	64.9	5.3	62.6	74.9
Montanha	15.5	61.5	5.5	52.7	74.6
Mucurici	17.8	45.5	4.7	46.6	79.5
Muniz Freire	11.4	69.6	6.6	56.3	79.7
Muqui	10.1	60.4	7.8	43.2	68.3
Nova Venécia	10.4	64.0	6.4	41.8	68.4
Pancas	15.1	57.8	7.4	44.6	77.5
Pedro Canário	15.8	60.0	9.3	52.0	77.2
Pinheiros	13.8	56.3	5.9	47.0	75.4
Piúma	6.2	50.0	7.0	50.9	65.0
Ponto Belo	19.4	61.2	7.0	44.5	71.7
Presidente Kennedy	15.5	58.9	8.1	54.3	77.6
Rio Bananal	12.2	58.7	8.7	47.3	77.0
Rio Novo do Sul	7.4	54.7	5.5	37.3	71.7
Santa Leopoldina	11.2	71.5	9.6	54.3	81.9
Santa Maria de Jetibá	10.3	64.9	8.2	59.0	81.0
Santa Teresa	8.6	65.8	6.3	44.6	71.3
São Domingos do Norte	10.0	71.8	8.7	45.5	73.2
São Gabriel da Palha	9.6	60.8	7.1	52.0	73.5
São José do Calçado	10.8	47.4	8.2	47.3	73.2
São Mateus	8.7	51.5	6.6	49.8	60.3
São Roque do Canaã	9.2	55.8	2.8	28.8	76.9
Serra	5.2	58.0	6.4	49.6	58.2
Sooretama	11.9	59.8	10.5	57.7	77.5
Vargem Alta	11.1	67.1	8.2	49.7	79.8
Venda Nova do Imigrante	6.8	49.9	5.1	42.1	69.5
Viana	7.5	57.0	11.5	50.2	72.8
Vila Pavão	12.6	61.7	4.4	39.0	77.5
Vila Valério	12.3	77.4	5.3	44.9	77.7
Vila Velha	3.5	54.5	6.6	40.8	45.2
Vitória	2.4	32.6	6.5	31.2	35.0

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Total da população segundo indicadores educacionais: Espírito Santo, 2010

(total)

Unidade territorial	Total de pessoas de 8 anos ou mais analfabetas	Total de pessoas de 0 a 5 anos que não frequentam creche ou pré-escola	Total de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam ensino fundamental	Total de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentam o ensino médio	Total de pessoas de 18 anos ou mais que não completaram o ensino médio
Espírito Santo	226327	162219	36998	83793	1538309
Região Metropolitana da Grande Vitória	66652	77509	18175	36744	636332
Afonso Cláudio	3341	1475	506	887	16816
Águia Branca	1106	475	61	208	4965
Água Doce do Norte	1785	701	97	393	6410
Alegre	3291	1079	270	842	14191
Alfredo Chaves	798	484	125	290	7774
Alto Rio Novo	942	357	93	158	4068
Anchieta	1402	681	173	651	10819
Apiacá	864	400	46	232	3974
Aracruz	4794	3734	699	1836	32998
Atilio Vivacqua	771	393	115	261	4980
Baixo Guandu	2776	1169	231	639	14434
Barra de São Francisco	4772	2280	489	1010	20638
Boa Esperança	1701	739	151	321	7268
Bom Jesus do Norte	660	308	54	205	4074
Brejetuba	1663	896	125	325	6086
Cachoeiro de Itapemirim	9195	6983	1934	4203	85565
Cariacica	17110	20632	5199	8858	160256
Castelo	2326	1239	319	789	17645
Colatina	7355	3957	980	2084	53423
Conceição da Barra	3106	1632	205	757	13470
Conceição do Castelo	1175	493	139	330	6343
Divino de São Lourenço	537	336	34	150	2568
Domingos Martins	2676	1430	460	916	18686
Dores do Rio Preto	892	398	101	182	3580
Ecoporanga	3564	900	237	550	12005
Fundão	1226	758	207	418	8159
Governador Lindenberg	993	497	83	209	6015
Guaçuí	2495	1287	231	729	13317
Guarapari	5624	5368	1379	2826	45554
Ibatiba	2940	1335	295	700	12880
Ibiraçu	685	488	98	316	5622
Ibitirama	1373	641	106	340	4854
Iconha	681	367	59	217	6423

Continua>

Unidade territorial	Total de pessoas de 8 anos ou mais analfabetas	Total de pessoas de 0 a 5 anos que não frequentam creche ou pré-escola	Total de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam ensino fundamental	Total de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentam o ensino médio	Total de pessoas de 18 anos ou mais que não completaram o ensino médio
Irupi	1600	745	199	338	6454
Itaguaçu	1599	583	121	229	7655
Itapemirim	2929	1650	291	970	16555
Itarana	852	461	91	242	6185
Iúna	2894	1830	329	819	14572
Jaguaré	2536	1180	316	799	12357
Jerônimo Monteiro	1111	534	79	323	5514
João Neiva	891	571	128	323	7090
Laranja da Terra	1096	418	83	220	6833
Linhares	10299	6875	1560	4007	61304
Mantenópolis	2021	692	228	409	7421
Marataizes	2860	1467	361	994	17290
Marechal Floriano	1094	686	81	376	7681
Marilândia	1163	445	95	181	6486
Mimoso do Sul	2553	1261	189	751	14272
Montanha	2423	892	145	538	9355
Mucurici	889	195	41	152	3180
Muniz Freire	1855	1058	203	618	10136
Muqui	1290	666	159	292	7158
Nova Venécia	4234	2363	442	1156	22124
Pancas	2844	1106	261	499	11591
Pedro Canário	3219	1510	381	818	12035
Pinheiros	2855	1335	222	597	12369
Piúma	988	762	192	507	8291
Ponto Belo	1192	356	79	172	3487
Presidente Kennedy	1420	478	132	323	5633
Rio Bananal	1905	817	221	448	9733
Rio Novo do Sul	753	460	86	211	5984
Santa Leopoldina	1224	714	173	354	7196
Santa Maria de Jetibá	3117	1853	440	1148	19458
Santa Teresa	1694	997	183	472	11641
São Domingos do Norte	705	504	96	211	4189
São Gabriel da Palha	2724	1489	316	868	16971
São José do Calçado	1004	343	122	240	5579
São Mateus	8268	5024	1194	3226	44661
São Roque do Canaã	932	473	42	154	6448
Serra	18338	22639	4071	10488	165207
Sooretama	2393	1591	460	860	11785
Vargem Alta	1850	1153	251	527	10527
Venda Nova do Imigrante	1260	762	150	427	10398
Viana	4114	3222	1137	1730	31617
Vila Pavão	975	403	54	204	4828
Vila Valério	1506	857	111	321	7658
Vila Velha	13105	17331	3610	7865	138444
Vitória	7134	7561	2573	4558	87096

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Distribuição percentual da população segundo indicadores de empregabilidade, alocação do tempo e renda: Espírito Santo, 2010

(%)

Unidade territorial	Porcentagem de pessoas de 15 a 64 anos desempregadas	Porcentagem de pessoa de 15 a 64 anos subempregadas	Porcentagem de pessoas de 10 a 14 anos que trabalham	Porcentagem de pessoas com 15 anos ou mais que não estudam, não trabalham, não procuram emprego e não são aposentadas ou pensionistas	Porcentagem de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de meio salário mínimo
Espírito Santo	5.4	36.6	6.2	15.4	26.8
Região Metropolitana da Grande Vitória	6.2	27.6	3.2	15.8	21.2
Afonso Cláudio	3.1	61.9	20.8	11.8	39.8
Águia Branca	3.2	55.1	27.9	10.6	41.8
Água Doce do Norte	3.3	61.2	10.7	18.9	47.8
Alegre	4.2	46.4	8.3	12.0	29.0
Alfredo Chaves	2.4	55.0	10.9	10.0	26.9
Alto Rio Novo	4.8	53.5	2.8	19.2	46.7
Anchieta	6.5	36.3	6.7	15.1	28.0
Apiacá	4.1	58.4	6.9	15.1	42.8
Aracruz	7.2	30.8	5.8	15.8	26.9
Atilio Vivacqua	4.0	33.8	10.9	20.4	33.1
Baixo Guandu	5.9	48.2	6.4	15.7	35.5
Barra de São Francisco	5.4	47.2	8.3	18.4	37.1
Boa Esperança	5.7	50.6	9.9	12.2	35.9
Bom Jesus do Norte	4.3	42.0	4.6	15.1	31.4
Brejetuba	1.2	75.9	31.3	10.8	45.5
Cachoeiro de Itapemirim	5.9	28.3	3.4	16.9	22.7
Cariacica	6.4	28.9	2.9	17.8	26.3
Castelo	2.4	42.3	14.7	11.5	23.4
Colatina	4.7	27.2	4.4	12.8	19.8
Conceição da Barra	8.1	41.4	9.1	19.1	47.1
Conceição do Castelo	3.6	53.7	17.9	10.4	35.2
Divino de São Lourenço	2.1	68.3	15.3	13.7	52.8
Domingos Martins	1.6	64.4	25.6	7.5	31.7
Dores do Rio Preto	2.1	57.7	12.2	21.9	46.4
Ecoporanga	5.2	55.6	10.0	20.3	47.5
Fundão	5.2	40.8	6.3	16.1	27.2
Governador Lindenberg	1.3	62.0	5.4	16.0	33.5
Guaçuí	4.8	52.2	9.0	14.1	34.0
Guarapari	6.6	35.7	4.2	17.5	26.9
Ibatiba	2.9	67.6	13.3	14.3	36.8
Ibiraçu	5.7	34.0	2.0	16.2	23.8
Ibitirama	3.7	72.5	16.2	14.0	49.6
Iconha	3.2	45.0	6.5	12.4	20.8

Continua>

Unidade territorial	Porcentagem de pessoas de 15 a 64 anos desempregadas	Porcentagem de pessoa de 15 a 64 anos subempregadas	Porcentagem de pessoas de 10 a 14 anos que trabalham	Porcentagem de pessoas com 15 anos ou mais que não estudam, não trabalham, não procuram emprego e não são aposentadas ou pensionistas	Porcentagem de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de meio salário mínimo
Irupi	1.7	70.9	20.1	10.2	41.3
Itaguaçu	2.3	57.2	10.3	8.9	30.0
Itapemirim	4.7	51.8	3.8	23.7	41.4
Itarana	1.9	60.7	18.2	6.7	23.4
Iúna	1.6	63.1	14.9	16.3	39.2
Jaguaré	6.8	54.5	9.8	15.1	43.1
Jerônimo Monteiro	4.0	50.3	2.9	17.1	35.4
João Neiva	5.3	29.4	1.4	19.7	23.7
Laranja da Terra	0.8	77.2	14.8	12.6	40.4
Linhares	6.4	29.6	4.5	14.8	28.0
Mantemópolis	4.8	69.6	4.8	20.5	47.4
Marataizes	5.6	55.5	3.0	22.4	39.6
Marechal Floriano	2.8	42.9	7.0	12.0	23.6
Marilândia	2.8	51.5	4.8	11.8	23.7
Mimoso do Sul	2.8	54.8	11.8	14.1	35.0
Montanha	5.0	54.6	6.8	17.2	36.5
Mucurici	6.5	49.2	4.6	19.7	51.9
Muniz Freire	3.1	57.5	12.9	15.1	46.9
Muqui	6.3	50.6	5.9	15.1	38.3
Nova Venécia	4.1	44.5	17.3	14.3	30.0
Pancas	4.1	61.6	6.8	19.5	43.1
Pedro Canário	7.0	41.0	6.3	20.4	42.7
Pinheiros	5.1	48.9	6.8	16.2	36.1
Piúma	5.8	48.6	4.1	17.5	28.1
Ponto Belo	7.9	50.2	4.3	24.8	49.5
Presidente Kennedy	5.6	47.2	2.6	20.8	44.9
Rio Bananal	2.2	63.7	11.9	13.6	34.5
Rio Novo do Sul	4.8	44.4	2.7	17.5	29.4
Santa Leopoldina	3.2	60.5	9.5	17.9	51.2
Santa Maria de Jetibá	1.3	61.6	25.9	7.1	29.7
Santa Teresa	2.0	48.3	11.1	12.2	22.8
São Domingos do Norte	4.4	55.2	6.6	15.8	32.3
São Gabriel da Palha	3.4	39.0	8.9	12.6	24.4
São José do Calçado	4.8	47.1	3.8	14.9	36.3
São Mateus	7.0	37.8	7.2	15.3	32.5
São Roque do Canaã	1.3	41.6	5.2	12.9	24.6
Serra	7.3	26.7	3.3	16.8	24.0
Sooretama	7.3	39.1	5.2	15.7	43.6
Vargem Alta	3.0	48.2	10.5	12.0	33.8
Venda Nova do Imigrante	2.4	44.0	5.7	12.7	23.0
Viana	6.7	32.2	3.4	20.1	32.1
Vila Pavão	2.2	53.2	37.7	7.6	38.1
Vila Valério	1.8	65.8	14.6	13.8	34.8
Vila Velha	5.4	28.9	3.1	14.5	16.5
Vitória	5.4	22.2	2.9	13.1	13.9

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Total da população segundo indicadores de empregabilidade, alocação do tempo e renda: Espírito Santo, 2010

(total)

Unidade territorial	Total de pessoas de 15 a 64 anos desempregadas	Total de pessoa de 15 a 64 anos subempregadas	Total de pessoas de 10 a 14 anos que trabalham	Total de pessoas com 15 anos ou mais que não estudam, não trabalham, não procuram emprego e não são aposentadas ou pensionistas	Total de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de meio salário mínimo
Espírito Santo	132687	594641	18572	414123	937417
Região Metropolitana da Grande Vitória	73330	214762	4509	204931	355814
Afonso Cláudio	651	9523	545	2821	12317
Águia Branca	202	2743	235	753	3911
Água Doce do Norte	251	2850	122	1664	5588
Alegre	882	6607	214	2886	8904
Alfredo Chaves	234	4015	109	1115	3750
Alto Rio Novo	235	1559	19	1049	3416
Anchieta	1076	4031	134	2777	6663
Apiacá	206	1904	43	890	3218
Aracruz	4085	11535	443	9626	21951
Atilio Vivacqua	269	1434	89	1553	3262
Baixo Guandu	1147	5996	171	3492	10251
Barra de São Francisco	1462	8064	302	5635	14862
Boa Esperança	544	3441	124	1298	5064
Bom Jesus do Norte	274	1674	34	1108	2952
Brejetuba	96	4774	387	921	5385
Cachoeiro de Itapemirim	7859	23955	533	24816	42977
Cariacica	15388	44363	899	46735	91278
Castelo	593	7530	403	3183	8110
Colatina	3712	15191	388	11312	22023
Conceição da Barra	1516	4569	272	3897	13375
Conceição do Castelo	288	3229	179	926	4100
Divino de São Lourenço	64	1493	66	459	2377
Domingos Martins	354	11772	698	1864	10063
Dores do Rio Preto	91	1650	70	1055	2967
Ecoporanga	783	5224	212	3466	10737
Fundão	592	3090	96	2074	4585
Governador Lindenberg	98	3228	49	1347	3643
Guaçuí	897	6558	225	2976	9402
Guarapari	4758	16365	396	13976	28198
Ibatiba	432	7126	285	2387	8223
Ibiraçu	446	1747	19	1400	2660
Ibitirama	216	3021	149	900	4439
Iconha	291	3039	60	1258	2598

Continua>

Unidade territorial	Total de pessoas de 15 a 64 anos desempregadas	Total de pessoa de 15 a 64 anos subempregadas	Total de pessoas de 10 a 14 anos que trabalham	Total de pessoas com 15 anos ou mais que não estudam, não trabalham, não procuram emprego e não são aposentadas ou pensionistas	Total de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de meio salário mínimo
Irupi	131	4324	234	872	4822
Itaguaçu	219	4261	114	999	4233
Itapemirim	985	6040	108	5471	12803
Itarana	144	3739	158	584	2548
Iúna	304	8313	378	3334	10674
Jaguaré	1124	6280	237	2721	10613
Jerônimo Monteiro	297	2247	27	1440	3838
João Neiva	589	1980	17	2489	3747
Laranja da Terra	64	4146	119	1107	4372
Linhares	6103	19602	580	15337	39193
Mantenópolis	425	3690	64	2067	6334
Marataizes	1301	7219	91	5802	13466
Marechal Floriano	278	3182	83	1313	3345
Marilândia	220	2967	41	1056	2632
Mimoso do Sul	493	6743	247	2857	9019
Montanha	589	4339	103	2333	6445
Mucurici	244	1092	23	851	2931
Muniz Freire	378	4833	233	2084	8633
Muqui	620	3105	71	1688	5482
Nova Venécia	1282	9840	720	5007	13708
Pancas	593	5445	139	3128	9267
Pedro Canário	1107	3988	151	3493	10154
Pinheiros	807	5310	145	2854	8596
Piúma	716	3897	68	2405	5066
Ponto Belo	361	1133	29	1299	3447
Presidente Kennedy	392	1909	25	1636	4618
Rio Bananal	267	5757	179	1844	6041
Rio Novo do Sul	373	2246	25	1563	3333
Santa Leopoldina	264	3273	105	1690	6266
Santa Maria de Jetibá	304	12282	819	1848	10152
Santa Teresa	301	5615	192	2124	4977
São Domingos do Norte	243	2042	43	976	2578
São Gabriel da Palha	756	6284	234	3110	7727
São José do Calçado	330	2084	33	1210	3754
São Mateus	5232	18273	748	12288	35262
São Roque do Canaã	104	2357	46	1151	2767
Serra	20943	49298	1228	51134	98044
Sooretama	1131	4039	127	2617	10350
Vargem Alta	385	4538	186	1708	6437
Venda Nova do Imigrante	347	4698	97	2024	4691
Viana	2912	8668	193	9394	20040
Vila Pavão	133	2590	270	516	3293
Vila Valério	172	4692	173	1462	4805
Vila Velha	15855	57517	1007	47079	68132
Vitória	12883	35461	690	34539	45538

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Distribuição percentual da população segundo indicadores de composição familiar e mortalidade: Espírito Santo, 2010

(%)

Unidade territorial	Porcentagem de pessoas que vivem em famílias onde alguma pessoa de 15 a 64 anos faleceu no último ano	Porcentagem de pessoas que vivem em famílias onde alguma pessoa de 0 a 5 anos faleceu no último ano	Porcentagem de pessoas que vivem em estruturas familiares monoparentais	Porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filho nascido vivo no último ano	Porcentagem de pessoas que vivem em famílias onde o número de idosos e crianças é superior ao número de pessoas em idade ativa
Espírito Santo	0.7	0.01	20.9	2.4	11.1
Região Metropolitana da Grande Vitória	0.8	0.02	23.9	2.4	10.4
Afonso Cláudio	0.2	0.0	16.9	3.1	12.3
Água Branca	1.6	0.4	14.2	1.1	12.0
Água Doce do Norte	0.4	0.0	16.8	2.6	14.6
Alegre	0.7	0.0	21.1	1.2	10.9
Alfredo Chaves	0.6	0.0	14.6	1.4	7.7
Alto Rio Novo	0.3	0.0	15.3	0.0	15.0
Anchieta	0.7	0.0	18.6	1.1	9.8
Apiacá	0.2	0.0	18.8	2.8	13.7
Aracruz	0.6	0.0	18.0	3.0	10.8
Atilio Vivacqua	1.3	0.0	18.8	4.5	13.4
Baixo Guandu	1.0	0.0	19.9	2.2	11.7
Barra de São Francisco	0.4	0.0	18.0	1.8	12.9
Boa Esperança	0.1	0.0	18.0	2.1	12.9
Bom Jesus do Norte	0.6	0.0	24.9	0.0	13.7
Brejetuba	0.3	0.0	9.9	1.0	12.8
Cachoeiro de Itapemirim	0.7	0.0	19.8	1.8	9.8
Cariacica	0.6	0.0	23.8	3.2	11.0
Castelo	0.4	0.0	16.4	2.7	8.2
Colatina	0.9	0.0	22.9	2.1	8.6
Conceição da Barra	0.6	0.0	18.2	3.7	15.6
Conceição do Castelo	1.0	0.0	17.5	0.1	11.9
Divino de São Lourenço	0.5	0.0	13.6	4.8	14.6
Domingos Martins	0.6	0.0	13.8	0.3	11.1
Dores do Rio Preto	0.2	0.1	12.7	4.0	10.2
Ecoporanga	0.1	0.0	20.6	0.5	15.4
Fundão	0.4	0.0	18.5	2.4	12.6
Governador Lindenberg	0.6	0.0	14.7	2.7	14.8
Guaçuí	0.8	0.0	20.9	2.0	13.0
Guarapari	0.9	0.0	22.6	1.7	12.4
Ibatiba	0.3	0.0	14.3	1.4	13.1
Ibiraçu	0.9	0.0	20.0	4.3	11.5
Ibitirama	1.2	0.0	15.5	4.3	20.2
Iconha	0.6	0.0	14.5	2.6	6.8

Continua >

Unidade territorial	Porcentagem de pessoas que vivem em famílias onde alguma pessoa de 15 a 64 anos faleceu no último ano	Porcentagem de pessoas que vivem em famílias onde alguma pessoa de 0 a 5 anos faleceu no último ano	Porcentagem de pessoas que vivem em estruturas familiares monoparentais	Porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filho nascido vivo no último ano	Porcentagem de pessoas que vivem em famílias onde o número de idosos e crianças é superior ao número de pessoas em idade ativa
Irupi	1.2	0.0	12.6	0.6	12.6
Itaguaçu	0.6	0.0	15.6	4.1	11.2
Itapemirim	1.0	0.0	17.2	5.4	12.7
Itarana	0.8	0.0	16.8	2.3	10.6
Iúna	0.5	0.0	14.5	2.8	12.2
Jaguaré	0.3	0.0	15.9	3.7	15.1
Jerônimo Monteiro	0.7	0.0	20.2	2.6	13.0
João Neiva	0.7	0.0	20.7	1.7	9.7
Laranja da Terra	0.6	0.0	13.1	0.7	8.4
Linhares	0.8	0.0	19.6	4.0	13.0
Mantenópolis	0.3	0.0	19.1	3.6	13.7
Marataízes	0.8	0.0	18.9	0.7	12.9
Marechal Floriano	0.2	0.0	17.6	1.4	7.9
Marilândia	0.4	0.0	13.8	1.9	10.2
Mimoso do Sul	0.7	0.0	17.4	3.6	10.1
Montanha	1.0	0.0	21.0	4.4	13.0
Mucurici	1.4	0.0	21.0	2.5	13.1
Muniz Freire	0.8	0.0	13.7	2.5	13.7
Muqui	0.3	0.0	19.1	0.9	12.9
Nova Venécia	1.2	0.1	19.5	2.6	12.8
Pancas	0.9	0.1	15.7	2.8	14.3
Pedro Canário	0.8	0.0	18.4	3.1	14.8
Pinheiros	0.4	0.0	25.4	2.3	15.7
Piúma	1.1	0.0	17.9	3.6	12.0
Ponto Belo	1.0	0.2	21.8	4.1	11.2
Presidente Kennedy	0.7	0.0	20.7	2.8	10.8
Rio Bananal	0.4	0.0	10.6	2.1	9.6
Rio Novo do Sul	0.4	0.0	15.0	2.0	11.2
Santa Leopoldina	0.3	0.0	13.6	3.4	13.8
Santa Maria de Jetibá	0.7	0.0	11.6	1.7	10.1
Santa Teresa	1.1	0.0	17.6	3.1	8.6
São Domingos do Norte	1.7	0.3	18.3	6.7	11.9
São Gabriel da Palha	0.8	0.0	19.4	2.6	10.3
São José do Calçado	0.1	0.0	21.6	0.9	14.0
São Mateus	1.0	0.0	19.5	2.5	14.0
São Roque do Canaã	0.7	0.0	13.9	0.8	10.4
Serra	1.0	0.0	21.9	2.8	11.3
Sooretama	0.6	0.0	15.2	1.5	18.4
Vargem Alta	0.7	0.0	15.2	3.0	13.6
Venda Nova do Imigrante	0.6	0.0	14.3	0.0	10.5
Viana	0.7	0.1	21.9	1.2	11.3
Vila Pavão	0.2	0.0	11.2	1.4	8.8
Vila Valério	0.4	0.0	14.5	2.4	8.7
Vila Velha	0.7	0.0	24.0	2.0	9.8
Vitória	0.6	0.0	27.1	1.9	8.4

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Total da população segundo indicadores de composição familiar e mortalidade: Espírito Santo, 2010

(total)

Unidade territorial	Total de pessoas que vivem em famílias onde alguma pessoa de 15 a 64 anos faleceu no último ano	Total de pessoas que vivem em famílias onde alguma pessoa de 0 a 5 anos faleceu no último ano	Total de pessoas que vivem em estruturas familiares monoparentais	Total de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filho nascido vivo no último ano	Total de pessoas que vivem em famílias onde o número de idosos e crianças é superior ao número de pessoas em idade ativa
Espírito Santo	25695	475	567429	5798	389121
Região Metropolitana da Grande Vitória	12806	335	309579	2682	174141
Afonso Cláudio	65	0	4128	63	3817
Água Branca	146	39	1045	8	1124
Água Doce do Norte	48	0	1530	23	1711
Alegre	225	0	5211	25	3340
Alfredo Chaves	83	0	1641	12	1080
Alto Rio Novo	20	0	882	0	1096
Anchieta	161	0	3446	18	2325
Apiacá	18	0	1115	14	1031
Aracruz	483	0	10935	184	8822
Atilio Vivacqua	130	0	1430	30	1322
Baixo Guandu	286	0	4534	47	3388
Barra de São Francisco	169	0	5679	50	5155
Boa Esperança	20	0	1952	22	1827
Bom Jesus do Norte	56	0	1831	0	1289
Brejetuba	34	0	914	10	1511
Cachoeiro de Itapemirim	1340	0	29569	222	18547
Cariacica	2167	107	63669	781	38303
Castelo	145	0	4644	58	2847
Colatina	974	0	20371	152	9585
Conceição da Barra	179	0	3891	86	4419
Conceição do Castelo	119	0	1602	1	1385
Divino de São Lourenço	23	0	481	16	655
Domingos Martins	195	0	3484	6	3519
Dores do Rio Preto	14	5	638	19	652
Ecoporanga	22	0	3632	8	3493
Fundão	72	0	2439	29	2123
Governador Lindenberg	68	0	1278	19	1611
Guaçuí	234	0	4494	37	3583
Guarapari	950	0	18119	121	13012
Ibatiba	77	0	2511	23	2923
Ibiraçu	103	0	1737	33	1290
Ibitirama	104	0	1082	31	1810
Iconha	77	0	1494	19	853

Continua >

Unidade territorial	Total de pessoas que vivem em famílias onde alguma pessoa de 15 a 64 anos faleceu no último ano	Total de pessoas que vivem em famílias onde alguma pessoa de 0 a 5 anos faleceu no último ano	Total de pessoas que vivem em estruturas familiares monoparentais	Total de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filho nascido vivo no último ano	Total de pessoas que vivem em famílias onde o número de idosos e crianças é superior ao número de pessoas em idade ativa
Irupi	136	0	1151	5	1475
Itaguaçu	91	0	1779	34	1584
Itapemirim	307	0	4096	120	3933
Itarana	90	0	1482	16	1154
Iúna	145	0	3092	53	3336
Jaguaré	77	0	2985	70	3721
Jerônimo Monteiro	74	0	1725	20	1413
João Neiva	104	0	2613	15	1536
Laranja da Terra	70	0	1148	5	905
Linhares	1071	0	20859	414	18157
Mantenópolis	47	0	2024	36	1838
Marataízes	275	0	4994	18	4400
Marechal Floriano	31	0	1955	14	1125
Marilândia	45	0	1248	13	1127
Mimoso do Sul	182	0	3584	57	2600
Montanha	171	0	2877	53	2303
Mucurici	80	0	921	10	739
Muniz Freire	152	0	1987	36	2518
Muqui	44	0	2144	8	1841
Nova Venécia	548	47	7033	86	5835
Pancas	194	15	2635	42	3069
Pedro Canário	198	0	3278	62	3516
Pinheiros	107	0	4504	36	3733
Piúma	204	0	2503	46	2163
Ponto Belo	66	11	1164	21	783
Presidente Kennedy	73	0	1657	20	1110
Rio Bananal	78	0	1504	25	1678
Rio Novo do Sul	47	0	1369	14	1273
Santa Leopoldina	36	0	1328	27	1683
Santa Maria de Jetibá	237	0	3095	43	3450
Santa Teresa	243	0	3079	44	1883
São Domingos do Norte	133	24	1144	35	952
São Gabriel da Palha	242	0	4899	55	3258
São José do Calçado	15	0	1769	6	1452
São Mateus	1103	0	16153	210	15194
São Roque do Canaã	82	0	1258	6	1174
Serra	4250	91	68264	817	46034
Sooretama	135	0	2694	30	4373
Vargem Alta	140	0	2237	41	2586
Venda Nova do Imigrante	130	0	2341	0	2141
Viana	422	59	10489	55	7041
Vila Pavão	17	0	779	9	759
Vila Valério	53	0	1584	23	1199
Vila Velha	3022	57	77493	506	40303
Vitória	1923	22	69107	373	27325

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Distribuição percentual da população segundo indicadores de infraestrutura domiciliar: Espírito Santo, 2010

(%)

Unidade territorial	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio com construção inadequada	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio com acesso inadequado à água	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio sem coleta de lixo	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio com acesso inadequado à energia elétrica	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio sem banheiro ou sem escoadouro adequado
Espírito Santo	1.0	16.94	12.4	4.6	27.2
Região Metropolitana da Grande Vitória	1.0	3.05	2.8	4.9	15.6
Afonso Cláudio	0.5	52.0	41.3	3.8	47.4
Águia Branca	0.1	67.1	61.8	5.9	70.6
Água Doce do Norte	0.0	46.7	42.9	5.3	59.5
Alegre	0.7	26.8	23.4	5.5	38.7
Alfredo Chaves	1.1	52.9	14.2	2.0	26.1
Alto Rio Novo	0.0	42.2	41.5	2.6	44.1
Anchieta	0.0	19.7	6.9	1.8	48.3
Apiacá	0.7	30.3	28.5	6.1	32.8
Aracruz	1.7	12.3	7.0	2.6	18.3
Atilio Vivacqua	0.0	28.3	13.6	1.4	26.4
Baixo Guandu	0.0	19.1	20.5	2.3	22.8
Barra de São Francisco	0.1	35.0	30.7	3.1	41.9
Boa Esperança	1.0	27.3	28.2	1.9	52.3
Bom Jesus do Norte	0.2	8.8	7.3	1.3	21.9
Brejetuba	0.7	73.7	44.8	16.3	55.9
Cachoeiro de Itapemirim	0.2	6.8	3.5	2.2	10.5
Cariacica	1.4	2.9	6.2	7.2	20.5
Castelo	0.4	29.9	23.4	3.9	34.4
Colatina	1.0	11.8	8.3	4.2	15.0
Conceição da Barra	2.9	16.4	17.9	6.3	71.8
Conceição do Castelo	4.1	51.0	29.8	6.9	52.0
Divino de São Lourenço	1.4	57.4	48.8	8.2	68.2
Domingos Martins	3.7	68.4	29.0	2.1	53.3
Dores do Rio Preto	0.0	44.7	13.6	11.0	49.0
Ecoporanga	0.5	32.5	40.0	3.5	54.4
Fundão	2.5	18.2	14.0	9.4	61.5
Governador Lindenberg	0.7	58.9	49.1	7.5	60.0
Guaçuí	0.6	23.0	18.0	5.4	29.0
Guarapari	0.3	10.7	5.0	5.9	36.2
Ibatiba	0.3	49.1	33.7	6.3	46.2
Ibiraçu	2.1	13.1	8.8	1.4	22.3
Ibitirama	0.8	59.1	44.5	22.9	63.4
Iconha	0.7	36.0	16.7	8.2	42.8

Continua >

Unidade territorial	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio com construção inadequada	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio com acesso inadequado à água	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio sem coleta de lixo	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio com acesso inadequado à energia elétrica	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílio sem banheiro ou sem escoadouro adequado
Irupi	1.5	68.2	52.0	6.4	69.3
Itaguaçu	0.9	41.3	27.4	3.0	51.8
Itapemirim	0.4	26.7	9.0	2.6	75.6
Itarana	1.2	57.1	31.6	0.6	43.9
Íluna	0.1	44.8	33.6	3.2	36.4
Jaguaré	0.8	34.2	25.2	7.6	41.4
Jerônimo Monteiro	0.0	23.3	22.9	6.4	23.2
João Neiva	1.9	10.6	8.4	1.4	17.4
Laranja da Terra	0.0	65.0	58.2	4.0	48.8
Linhares	1.7	14.7	12.1	5.3	34.1
Mantenópolis	0.7	34.5	37.8	12.0	41.0
Marataízes	0.1	17.2	15.5	1.2	45.0
Marechal Floriano	3.4	48.9	9.6	3.6	69.5
Marilândia	0.1	41.6	29.8	2.1	43.1
Mimoso do Sul	1.0	43.8	36.0	6.8	50.0
Montanha	1.9	24.4	21.4	4.5	26.5
Mucurici	0.1	43.2	33.7	1.8	37.1
Muniz Freire	0.2	59.2	40.7	2.8	57.3
Muqui	2.0	35.1	29.2	8.8	39.0
Nova Venécia	0.8	32.2	31.0	2.5	36.6
Pancas	0.6	54.8	53.5	7.0	54.0
Pedro Canário	0.7	9.4	10.3	6.2	48.4
Pinheiros	0.7	19.9	21.5	7.9	26.8
Piúma	0.2	4.9	3.8	3.1	32.8
Ponto Belo	0.8	21.1	19.7	1.6	29.0
Presidente Kennedy	1.8	39.8	23.5	7.7	63.1
Rio Bananal	4.3	63.3	44.9	8.1	68.4
Rio Novo do Sul	0.5	42.5	9.9	1.1	53.1
Santa Leopoldina	4.9	73.5	48.4	4.1	76.5
Santa Maria de Jetibá	1.0	75.3	40.9	4.6	57.7
Santa Teresa	0.8	51.1	15.8	2.1	37.2
São Domingos do Norte	0.9	54.1	48.8	9.0	52.5
São Gabriel da Palha	1.6	30.7	23.5	1.9	32.0
São José do Calçado	0.5	21.2	17.6	4.5	30.7
São Mateus	1.0	20.7	17.8	5.8	39.5
São Roque do Canaã	0.3	51.7	29.9	3.9	59.3
Serra	1.0	3.0	1.8	4.0	14.5
Sooretama	1.6	27.0	32.6	2.6	55.0
Vargem Alta	1.0	66.3	21.6	6.2	75.6
Venda Nova do Imigrante	2.2	44.7	6.9	2.8	13.9
Viana	2.0	10.1	10.6	7.4	30.6
Vila Pavão	0.4	59.6	56.9	2.2	71.3
Vila Valério	0.9	67.1	60.6	8.9	66.7
Vila Velha	0.9	1.4	1.0	3.8	14.4
Vitória	0.6	0.8	0.1	4.0	1.7

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Total da população segundo indicadores de infraestrutura familiar: Espírito Santo, 2010

(total)

Unidade territorial	Total de pessoas que vivem em domicílio com construção inadequada	Total de pessoas que vivem em domicílio com acesso inadequado à água	Total de pessoas que vivem em domicílio sem coleta de lixo	Total de pessoas que vivem em domicílio com acesso inadequado à energia elétrica	Total de pessoas que vivem em domicílio sem banheiro ou sem escoadouro adequado
Espírito Santo	34659	592294	433717	161191	950758
Região Metropolitana da Grande Vitória	16569	51152	47509	82526	262576
Afonso Cláudio	149	16084	12765	1164	14661
Água Branca	5	6282	5785	549	6610
Água Doce do Norte	0	5461	5009	614	6947
Alegre	226	8220	7182	1680	11859
Alfredo Chaves	160	7387	1983	273	3642
Alto Rio Novo	0	3087	3033	192	3222
Anchieta	0	4683	1651	424	11514
Apiacá	50	2277	2145	458	2466
Aracruz	1424	10019	5743	2127	14956
Atilio Vivacqua	0	2782	1335	139	2602
Baixo Guandu	12	5526	5919	657	6584
Barra de São Francisco	56	14015	12310	1240	16783
Boa Esperança	140	3855	3979	264	7374
Bom Jesus do Norte	18	830	687	123	2060
Brejetuba	84	8727	5303	1932	6624
Cachoeiro de Itapemirim	343	12943	6701	4221	19839
Cariacica	4811	9997	21421	24939	71122
Castelo	127	10373	8123	1342	11940
Colatina	1070	13073	9259	4627	16625
Conceição da Barra	818	4658	5076	1801	20406
Conceição do Castelo	472	5931	3471	808	6053
Divino de São Lourenço	62	2584	2196	368	3072
Domingos Martins	1170	21736	9220	658	16946
Dores do Rio Preto	0	2855	872	701	3134
Ecoporanga	117	7352	9059	797	12318
Fundão	418	3065	2363	1583	10386
Governador Lindenberg	75	6402	5338	810	6517
Guaçuí	166	6360	4978	1499	7999
Guarapari	298	11254	5236	6211	37947
Ibatiba	57	10989	7545	1403	10323
Ibiraçu	238	1462	983	158	2495
Ibitirama	72	5288	3976	2052	5666
Iconha	88	4495	2082	1021	5352

Continua >

Unidade territorial	Total de pessoas que vivem em domicílio com construção inadequada	Total de pessoas que vivem em domicílio com acesso inadequado à água	Total de pessoas que vivem em domicílio sem coleta de lixo	Total de pessoas que vivem em domicílio com acesso inadequado à energia elétrica	Total de pessoas que vivem em domicílio sem banheiro ou sem escoadouro adequado
Irupi	177	7954	6066	750	8080
Itaguaçu	132	5827	3862	421	7318
Itapemirim	120	8265	2788	797	23383
Itarana	126	6216	3435	67	4775
Iúna	26	12220	9164	882	9908
Jaguaré	189	8424	6213	1876	10207
Jerônimo Monteiro	0	2523	2485	692	2516
João Neiva	301	1679	1324	223	2750
Laranja da Terra	0	7034	6288	428	5281
Linhares	2410	20600	16891	7462	47762
Mantenópolis	92	4609	5060	1598	5487
Marataizes	22	5867	5262	400	15310
Marechal Floriano	479	6939	1364	517	9872
Marilândia	11	4619	3312	239	4782
Mimoso do Sul	260	11266	9275	1749	12860
Montanha	342	4305	3769	799	4675
Mucurici	3	2441	1901	101	2094
Muniz Freire	31	10884	7494	508	10539
Muqui	284	5028	4183	1254	5573
Nova Venécia	356	14698	14158	1122	16727
Pancas	125	11796	11520	1513	11609
Pedro Canário	175	2231	2442	1481	11513
Pinheiros	165	4726	5121	1884	6375
Piúma	31	878	688	555	5918
Ponto Belo	54	1470	1373	114	2019
Presidente Kennedy	185	4094	2417	792	6493
Rio Bananal	748	11085	7868	1410	11985
Rio Novo do Sul	56	4814	1125	123	6010
Santa Leopoldina	597	8995	5925	504	9365
Santa Maria de Jetibá	346	25722	13970	1565	19714
Santa Teresa	174	11142	3434	456	8118
São Domingos do Norte	72	4320	3902	719	4196
São Gabriel da Palha	500	9718	7438	593	10138
São José do Calçado	49	2197	1820	468	3175
São Mateus	1054	22437	19244	6261	42751
São Roque do Canaã	31	5821	3369	438	6681
Serra	3904	12300	7465	16513	59020
Sooretama	374	6404	7746	614	13063
Vargem Alta	194	12611	4111	1183	14377
Venda Nova do Imigrante	450	9142	1418	578	2838
Viana	1239	6296	6624	4605	19066
Vila Pavão	31	5148	4909	193	6155
Vila Valério	119	9258	8366	1233	9203
Vila Velha	3913	5715	3995	15718	59510
Vitória	1985	2525	406	12956	5525

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

ANEXO 2: TOTAL DE FAMÍLIAS E DA POPULAÇÃO SEGUNDO ESCALAS DO IVES

Total de famílias segundo escala do IVES: Espírito Santo, 2010

(total de famílias)

Unidade territorial	Escala de vulnerabilidade				
	Sem vulnerabilidade	Baixa	Média	Alta	Muito alta
Espírito Santo	173565	88027	545907	230773	62823
Região Metropolitana da Grande Vitória	107132	32491	266832	103709	23141
Afonso Cláudio	813	1050	4589	2519	860
Águia Branca	165	258	1278	826	380
Água Doce do Norte	140	453	1673	1044	441
Alegre	1338	939	4651	2387	634
Alfredo Chaves	453	586	2546	870	130
Alto Rio Novo	134	248	1158	549	210
Anchieta	821	867	3986	1317	355
Apiacá	296	198	1129	638	197
Aracruz	3646	1693	12689	4623	1190
Atilio Vivacqua	419	268	1517	583	189
Baixo Guandu	1209	890	4635	2089	506
Barra de São Francisco	1069	1476	6032	3179	1072
Boa Esperança	373	503	2056	1093	362
Bom Jesus do Norte	509	262	1552	752	103
Brejetuba	106	299	1638	1052	391
Cachoeiro de Itapemirim	12335	3367	30741	11027	2023
Cariacica	16581	8142	55218	21730	6155
Castelo	1804	1092	5440	2123	567
Colatina	7184	3434	17763	6561	1212
Conceição da Barra	443	999	4176	1939	948
Conceição do Castelo	306	405	1755	858	299
Divino de São Lourenço	95	151	580	394	177
Domingos Martins	760	1083	4834	2388	695
Dores do Rio Preto	173	194	1085	455	156
Ecoporanga	423	795	3515	2194	649
Fundão	432	853	2575	1045	412
Governador Lindenberg	160	292	1699	855	354
Guaçuí	1254	649	4209	1999	741
Guarapari	4848	3037	16499	6859	2152
Ibatiba	333	829	3631	1648	678
Ibiraçu	459	322	1761	718	196
Ibitirama	110	162	989	1045	390
Iconha	440	557	2150	693	205

Continua>

Unidade territorial	Escala de vulnerabilidade				
	Sem vulnerabilidade	Baixa	Média	Alta	Muito alta
Irupi	192	343	1536	1200	398
Itaguaçu	434	678	2254	980	308
Itapemirim	329	1283	5065	1926	786
Itarana	292	360	1749	748	224
Iúna	704	718	4367	2197	713
Jaguaré	567	547	3804	1704	703
Jerônimo Monteiro	506	294	1604	893	217
João Neiva	832	320	2683	939	199
Laranja da Terra	225	389	1818	833	286
Linhares	6895	3851	19594	8606	2996
Mantenópolis	236	398	1965	1338	424
Marataízes	898	811	5371	2931	604
Marechal Floriano	233	955	2239	837	275
Marilândia	425	367	1796	758	216
Mimoso do Sul	838	747	3902	2173	668
Montanha	423	512	2787	1528	454
Mucurici	132	212	875	474	171
Muniz Freire	348	668	2754	1230	613
Muqui	421	487	2044	1251	238
Nova Venécia	1718	1382	6811	3416	1078
Pancas	357	544	2943	1901	776
Pedro Canário	452	752	3662	1696	610
Pinheiros	610	508	3821	1971	529
Piúma	712	443	3182	1098	315
Ponto Belo	159	214	1131	585	162
Presidente Kennedy	171	432	1564	734	411
Rio Bananal	336	438	2624	1587	480
Rio Novo do Sul	281	444	2008	697	197
Santa Leopoldina	72	488	1806	1024	433
Santa Maria de Jetibá	497	1340	4747	2528	1024
Santa Teresa	707	933	3603	1268	405
São Domingos do Norte	148	277	1188	551	366
São Gabriel da Palha	1387	1300	4775	2169	638
São José do Calçado	522	406	1593	766	229
São Mateus	3515	3201	15821	7557	2636
São Roque do Canaã	294	589	1692	746	199
Serra	21530	8411	64633	24435	5983
Sooretama	460	983	3134	1554	812
Vargem Alta	164	1115	2547	1225	670
Venda Nova do Imigrante	868	712	3365	1181	196
Viana	2190	1612	9787	4120	1184
Vila Pavão	159	354	1401	662	229
Vila Valério	148	419	1990	1186	483
Vila Velha	29723	7330	66589	25831	4943
Vitória	31828	3105	51531	19689	2311

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.

Total da população segundo escala do IVES: Espírito Santo, 2010

(total de pessoas)

Unidade territorial	Escala de vulnerabilidade				
	Sem vulnerabilidade	Baixa	Média	Alta	Muito alta
Espírito Santo	401869	200661	1771722	844529	277789
Região Metropolitana da Grande Vitória	247270	78109	870176	377274	105601
Afonso Cláudio	1624	2270	14150	9226	3674
Águia Branca	406	625	3767	3071	1498
Água Doce do Norte	272	801	5108	3796	1706
Alegre	2732	1905	14627	8539	2847
Alfredo Chaves	922	1308	8197	3081	447
Alto Rio Novo	333	480	3627	1979	892
Anchieta	1796	1995	13339	5009	1687
Apiacá	547	342	3538	2272	812
Aracruz	9433	4608	44015	17995	5519
Atilio Vivacqua	927	606	5145	2274	890
Baixo Guandu	2711	1710	14963	7292	2193
Barra de São Francisco	2531	3285	18423	11267	4553
Boa Esperança	864	1055	6758	4011	1417
Bom Jesus do Norte	1004	541	4840	2653	359
Brejetuba	238	693	5133	4022	1757
Cachoeiro de Itapemirim	28745	7804	103127	40305	9017
Cariacica	39089	19613	180660	79990	28093
Castelo	4132	2629	17909	7590	2420
Colatina	17462	8165	56816	23356	5168
Conceição da Barra	966	2156	13741	7127	4416
Conceição do Castelo	645	849	5530	3246	1362
Divino de São Lourenço	206	299	1766	1451	779
Domingos Martins	1851	2325	15485	9115	3018
Dores do Rio Preto	360	437	3383	1576	637
Ecoporanga	959	1320	10182	7562	2605
Fundão	1119	1950	8042	3930	1836
Governador Lindenberg	356	628	5348	3136	1399
Guaçuí	2789	1236	12689	7458	3446
Guarapari	10452	7097	52170	25294	9766
Ibatiba	640	1680	11088	6035	2923
Ibiraçu	1032	748	5908	2659	831
Ibitirama	230	310	3076	3546	1781
Iconha	1084	1372	6951	2334	761

Continua>

Unidade territorial	Escala de vulnerabilidade				
	Sem vulnerabilidade	Baixa	Média	Alta	Muito alta
Irupi	422	719	4475	4391	1658
Itaguaçu	992	1388	6913	3543	1282
Itapemirim	855	2570	16937	7136	3418
Itarana	593	970	5649	2763	903
Iúna	1602	1548	13438	7692	2974
Jaguaré	1467	1178	12244	6460	3300
Jerônimo Monteiro	1051	525	5122	3143	1008
João Neiva	2018	589	8941	3421	827
Laranja da Terra	463	652	5622	3049	1028
Linhares	16757	9247	66016	33681	14195
Mantenópolis	465	703	6044	4431	1727
Marataizes	1766	1730	17471	10623	2432
Marechal Floriano	584	2161	7250	3112	1096
Marilândia	1020	851	5791	2579	866
Mimoso do Sul	1872	1404	11907	7772	2777
Montanha	882	969	8568	5422	1811
Mucurici	246	347	2699	1644	710
Muniz Freire	779	1340	8783	4664	2824
Muqui	920	1021	6650	4745	968
Nova Venécia	3876	3015	21332	12711	4769
Pancas	786	1137	9438	6896	3257
Pedro Canário	1033	1522	12304	6200	2717
Pinheiros	1310	929	11859	7204	2508
Piúma	1412	937	10198	4142	1346
Ponto Belo	376	373	3511	2056	647
Presidente Kennedy	424	937	4737	2649	1540
Rio Bananal	815	977	8103	5703	1913
Rio Novo do Sul	691	977	6257	2606	787
Santa Leopoldina	150	930	5620	3682	1854
Santa Maria de Jetibá	1167	3310	15804	9794	4101
Santa Teresa	1626	2431	11424	4592	1730
São Domingos do Norte	336	585	3698	1835	1533
São Gabriel da Palha	3165	3070	14905	7984	2554
São José do Calçado	1073	762	5068	2566	879
São Mateus	8630	7071	52242	28478	11924
São Roque do Canaã	659	1474	5525	2793	815
Serra	50528	20403	218625	91400	26946
Sooretama	1101	2237	10368	6132	3922
Vargem Alta	376	2574	8392	4663	3019
Venda Nova do Imigrante	2291	1581	11075	4623	863
Viana	4936	3832	33020	15504	5102
Vila Pavão	368	775	4305	2300	886
Vila Valério	344	855	6202	4394	2004
Vila Velha	67317	17968	212576	91452	22954
Vitória	73829	7247	165083	69704	10903

Fonte: Estimativas produzidas com base nos microdados do Censo Demográfico (IBGE), 2010.